

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

LEANDRO BALEJOS PEREIRA

ENSINO DE HISTÓRIA E O OFÍCIO DO HISTORIADOR: a investigação do processo de patrimonialização do espaço físico da Escola Estadual Professor Olintho de Oliveira (Porto Alegre/RS) com alunos e alunas do 6º ano do ensino fundamental.

Porto Alegre

2016

Leandro Balejos Pereira

Ensino de história e o ofício do historiador: a investigação do processo de patrimonialização do espaço físico da Escola Estadual Professor Olintho de Oliveira (Porto Alegre/RS) com alunos e alunas do 6º ano do ensino fundamental.

Trabalho de Conclusão apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Cristina de Matos Rodrigues

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Pereira, Leandro Balejos

Ensino de história e o ofício do historiador: a investigação do processo de patrimonialização do espaço físico da Escola Estadual Professor Olintho de Oliveira (Porto Alegre/RS) com alunos e alunas do 6º ano do ensino fundamental. / Leandro Balejos

Pereira. -- 2016.

161 f.

Orientadora: Mara Cristina de Matos Rodrigues.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. História. 2. Ensino fundamental. 3. Patrimônio escolar. 4. Projeto de exposição. 5. Fotografia. I. Rodrigues, Mara Cristina de Matos, orient. II. Título.

*Aos meninos e às meninas das salas, do pátio, da cozinha,
do afeto e das estripulias.*

AGRADECIMENTOS

À Professora Mara Cristina de Matos Rodrigues, minha orientadora, por ter aceito acompanhar-me neste caminho, pelo incentivo e confiança, pela disposição em conversar e auxiliar na compreensão das vicissitudes da pesquisa, pelo tratamento sempre respeitoso e pela paciente revisão dos meus textos.

Ao Professor Benito Schmidt pelas aulas, pela disposição em ler meus textos ao longo do curso, pelas indicações valiosas no exame de qualificação e na banca; e à Professora Carla Meinerz pelo cuidado, pelos livros e pelos apontamentos alentadores no colóquio de mestrado. Às Professoras Katani Ruffato e Carmem Gil pela leitura atenta, pela generosidade e observações criteriosas na banca examinadora. Em tempo, também agradeço a todos os professores e a todas as professoras, da graduação e do Mestrado em Ensino de História, que auxiliaram em algum momento da minha formação.

Aos colegas e às colegas de curso – Adriana, André, Arthur, Denise, Fernando, Gerson, Luciano, Mara Betina, Marcello, Paula, Raul, Rodrigo, e Sherol – pela amizade, pelos debates, pelo compartilhamento de leituras e boas conversas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que viabilizou o ingresso, a permanência e concretização da pesquisa através da concessão de bolsa e à UFRGS, seus trabalhadores e suas trabalhadoras, por possibilitar a realização de meus estudos.

À arquivista Ana Arce, pela atenção na pesquisa realizada no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Ao colega Gabriel Costa e demais integrantes do Núcleo de Educação e Pesquisa do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, pela acolhida e aula oferecidas ao docente e aos estudantes da Escola Professor Olintho de Oliveira.

Aos professores e às professoras das escolas estaduais Anne Frank e Olintho de Oliveira; na primeira comecei a lecionar e na segunda pude realizar a pesquisa. Às colegas de magistério Cláudia e Zuleiva pela concentração das minhas aulas em duas noites, o que permitiu que eu frequentasse as disciplinas do mestrado. Às colegas de equipe diretiva no Olintho: Clarisse e Graciela - pela compreensão do meu cansaço e pelas dispensas. À

professora Tônia Regina que, à semelhança de José de Seabra da Silva no cuidado com a carta escrita por Pero Vaz de Caminha na Torre do Tombo, zelou dedicadamente pelos álbuns fotográficos da escola. Aos colegas de magistério Lucas e Maurício, pelo interesse na pesquisa e pelas conversas sobre educação. À Guta, com quem divido a disciplina História na escola, pela alegria e por sempre querer saber “como andavam as coisas”.

Ao Mathias que num café compartilhou a novidade do mestrado profissional e incentivou minha inscrição. Ao Felipe pela amizade e conversas sobre futebol e o tema da pesquisa. À Caroline, carinhosamente Nine, amiga querida e que compreendeu quando lembrei de que almoçaríamos apenas uma semana depois da data combinada.

À Paula, minha companheira amada, que relewa meus defeitos e a inconstância do meu humor, pelo incentivo, pela ajuda e pela compreensão da minha distância durante esta caminhada. Também por dividir comigo as vitórias e os reveses de existir neste mundo. E (como se não bastasse!) pela ajuda no tratamento das imagens que compõe este trabalho e o projeto expográfico.

À minha irmã, Tatiane, pelo amor imensurável e por suportar meu discurso de irmão mais velho. Aos meus pais, Alaídes e Domingos, que sempre incentivaram meus estudos, contribuindo financeiramente para que eu pudesse avançar até o ensino médio e apoiando o prosseguimento na graduação e mestrado. E como se fosse pouco, relevaram minha ausência nos almoços de domingo, respeitaram minhas escolhas pessoais e profissionais e sempre me ofereceram um lugar para voltar e chamar de casa.

As imagens descem como folhas
No chão da sala
Folhas que o luar acende
Folhas que o vento espalha

Eu plantado no alto em mim
Contemplo a ilusão da casa
As imagens descem como folhas
Enquanto falo

[...]

As imagens se acumulam
Rolam no pó da sala
São pequenas folhas secas
Folhas de pura prata

Eu plantado no alto em mim
Contemplo a ilusão da casa
As imagens se acumulam
Rolam enquanto falo

[...]

As imagens enchem tudo
Vivem do ar da sala
São montanhas secas
São montanhas enluaradas

Eu plantado no alto em mim
Contemplo a ilusão da casa
As imagens enchem tudo
Vivem enquanto falo

Eu sei
O tempo é o meu lugar
O tempo é minha casa
A casa é onde quero estar
Eu sei

A Ilusão da Casa, Vitor Ramil. Tambong, 2000.



RESUMO

O presente trabalho assume a relação entre história e memória como um dos desafios disciplinares da História no âmbito da educação básica e pretende refletir sobre o ofício do historiador investigando o processo de patrimonialização do espaço escolar. Desta forma reconhece a materialidade das instituições formais de ensino como possibilidade de atuação da História, enquanto disciplina que proporciona diferentes leituras do mundo, inclusive a reflexão sobre a memória e a cultura material. Tomando em conta estas considerações, propõe-se que alunos e alunas do 6º do ensino fundamental de uma escola pública de Porto Alegre/RS possam construir noções de documento e fontes para a história, da narrativa como mediação entre o passado e a interpretação historiográfica, bem como da noção de patrimônio cultural e seus desdobramentos enquanto possibilidade para a educação histórica. Para concretizar o objetivo enunciado a pesquisa no acervo documental e iconográfico da escola foi simultaneamente recurso metodológico e questão mobilizadora para a produção de conhecimento no ensino fundamental. Além de discutir teoricamente o problema anunciado, operando com os conceitos de patrimônio cultural e patrimônio escolar, e avaliar os resultados da pesquisa, a investigação também descreve e examina a construção de um projeto de exposição, reunindo fotografias e excertos de documentos escritos que compõe o acervo da instituição educativa. A partir da aplicação de instrumento de avaliação escrito, e das anotações efetuadas durante as aulas, foi possível verificar que a maioria dos estudantes conseguiu identificar a importância e a variedade dos vestígios como matéria-prima das fontes para a história e a relação entre a produção historiográfica e as demandas do presente. Também quando questionados sobre diferentes formas narrativas, majoritariamente os estudantes envolvidos na pesquisa identificaram as características da escrita autobiográfica, dos enredos ficcionais e as providências próprias da elaboração do conhecimento histórico. Com relação à noção de patrimônio cultural, a maior parte dos alunos e das alunas reconheceu a tensão entre o papel da memória e a dimensão histórica na patrimonialização dos bens.

Palavras-chave: História. Ensino fundamental. Patrimônio escolar. Projeto de exposição.
Fotografia.

ABSTRACT

The present work assumes the relation between history and memory as one of the disciplinary challenges of history in the scope of basic education and intends to reflect on the occupation of the historian investigating the process of patrimonialization of the school space. In this way, it recognizes the materiality of formal educational institutions as a possibility for the performance of history, as a discipline that provides different readings of the world, including reflection on memory and material culture. Taking into account these considerations, it is proposed that students of the 6th grade of a public elementary school in Porto Alegre/RS can construct notions of document and sources for history, of narrative as mediation between the past and the historiographic interpretation, as well as the notion of cultural patrimony and its outspread as a possibility for historical education. In order to fulfill the stated goal, the research in the documentary and iconographic collection of the school was simultaneously a methodological resource and a mobilizing question for the production of knowledge in elementary school. In addition to theoretically discussing the problem advertised, operating with the concepts of cultural heritage and school heritage, and evaluating the results of the research, the research also describes and examines the construction of an exhibition project, gathering photographs and excerpts of written documents that compose the collection of the educational institution. From the application of a written evaluation instrument and the notes made during the lessons, it was possible to verify that the majority of the students were able to identify the importance and the variety of the traces as raw material of the sources for the history and the relation between the historiography production and the demands of the present. Also when asked about different narrative forms, most students involved in the research identified the characteristics of autobiographical writing, fictional plot, and the proper arrangements for the elaboration of historical knowledge. Regarding the notion of cultural heritage, most of the students recognized the tension between the role of memory and the historical dimension in the patrimonialization of goods.

Keywords: History. Elementary school. School property. Exhibition project. Photography.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Área da Escola Estadual Professor Olintho de Oliveira.....	14
GRÁFICO 1 – Distribuição por sexo dos alunos e das alunas.....	27
GRÁFICO 2 – Alunos e alunas residentes por região territorial de Porto Alegre.....	28
GRÁFICO 3 – Alunos e alunas residentes por bairro de Porto Alegre.....	29
QUADRO 1 – Respostas dos estudantes ao questionário - (bloco I).....	30
QUADRO 2 – Respostas dos estudantes ao questionário - (bloco I).....	31
QUADRO 3 – Respostas dos estudantes ao questionário - (bloco II).....	32
QUADRO 4 – Respostas dos estudantes ao questionário - (bloco III).....	33
QUADRO 5 – Respostas dos estudantes ao questionário - (bloco IV).....	35
FIGURA 2 – Registro da exposição “Ruas”.....	58
FIGURA 3 – Registro da exposição “Praça”.....	59
FIGURA 4 – Registro da exposição “Rio”.....	60
FIGURA 5 – Registro da exposição “Mercado”.....	61
FIGURA 6 – Conhecendo o acervo fotográfico da escola.....	66
FIGURA 7 – Álbuns fotográficos do acervo da Escola Professor Olintho de Oliveira.....	67
FIGURA 8 – Detalhes da metodologia adotada para pesquisa no acervo escolar.....	69
QUADRO 6 – Imagens selecionadas no acervo fotográfico da escola - Turma A.....	72
QUADRO 7 – Imagens selecionadas no acervo fotográfico da escola - Turma B.....	72
FIGURA 9 – Visita do Secretário da Educação.....	73
FIGURA 10 – Homenagem ao expedicionário.....	74
FIGURA 11 – Chá para as alunas concorrentes à rainha da Primavera da escola.....	75
GRÁFICO 4 – Definição do objeto da história.....	107
GRÁFICO 5 – Identificação de fontes históricas classificadas como escritas.....	108
GRÁFICO 6 – A elaboração e a especificidade das fontes orais.....	108
GRÁFICO 7 – Narrativas ficcional, pessoal e histórica.....	109
GRÁFICO 8 – O patrimônio cultural e suas especificidades.....	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

EPAHC – Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Porto Alegre

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MCSHJC – Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

MEC – Ministério da Educação

NEP – Núcleo de Educação e Pesquisa do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 CONHECENDO A TURMA E PREPARANDO A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE EXPOSIÇÃO.....	25
2.1 NARRAR A VIDA E FORMULAR UM CONCEITO PRELIMINAR PARA A HISTÓRIA.....	27
2.2 O HISTORIADOR E SUAS FONTES: ESBOÇANDO UMA NOÇÃO DE FONTE HISTÓRICA.....	39
2.3 APRENDER HISTÓRIA A PARTIR DAS NOÇÕES DE PATRIMÔNIO CULTURAL E PATRIMÔNIO ESCOLAR.....	48
2.4 IR AO MUSEU: A FOTOGRAFIA COMO FONTE NA AÇÃO EDUCATIVA “A ESCRITA DA LUZ”.....	55
3 O PERCURSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE EXPOSIÇÃO.....	63
3.1 CONHECER O ACERVO FOTOGRÁFICO DA ESCOLA E FORMULAR UMA METODOLOGIA DE PESQUISA.....	65
3.2 ESPAÇO ESCOLAR: LUGAR DE SELEÇÃO E PRODUÇÃO DE FONTES HISTÓRICAS.....	70
3.3 O PROJETO EXPOGRÁFICO COMO SUPORTE PARA A DIVULGAÇÃO DE PESQUISA HISTÓRICA NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	78
3.4 AVALIANDO NOÇÕES E CONCEITOS ADQUIRIDOS PELOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	107
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
FONTES.....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120
ANEXOS.....	125
ANEXO A – Exemplos das fontes escritas analisadas em sala de aula.....	126
ANEXO B – Amostra das imagens selecionadas no acervo fotográfico da escola.....	141
APÊNDICES.....	145
APÊNDICE A – Questões sobre a história de vida dos alunos e das alunas.....	146
APÊNDICE B – Síntese textual redigida pelo professor.....	147
APÊNDICE C – Ficha de pesquisa (I) utilizada na investigação do acervo documental.....	149
APÊNDICE D – Produção textual discutindo o conceito de patrimônio cultural.....	150
APÊNDICE E – Ficha de pesquisa (II) utilizada na catalogação do acervo fotográfico.....	152
APÊNDICE F – Registros fotográficos da visita ao MCSHJC.....	153
APÊNDICE G – Descrição das imagens selecionadas no acervo fotográfico.....	156
APÊNDICE H – Avaliação escrita sobre os temas discutidos no 1º bimestre de 2016.....	158
APÊNDICE I – Autorização dos responsáveis para atividade fora da escola.....	161

1 INTRODUÇÃO

Durante o Mestrado profissional em Ensino de História, como produto das disciplinas cursadas, foram enumerados diversos assuntos e temas de pesquisa que procuravam refletir sobre a complexidade e a incompletude inerentes ao ato de ensinar, e o desafio de pensar estratégias capazes de dialogar com formulações curriculares que precisam dar conta da educação dos sujeitos para além do conhecimento histórico. Destas construções e implosões temáticas permaneceu a curiosidade, latente e desestabilizadora, sobre a possibilidade do ensino da história através do patrimônio escolar; e o enfrentamento do problema da fonte na história ensinada na educação básica.

O trabalho aqui apresentado assume a relação entre história e memória como um dos desafios disciplinares da História no âmbito escolar e pretende refletir sobre o ofício do historiador a partir da investigação do processo de patrimonialização do espaço escolar. Desta forma reconhece a materialidade das instituições formais de educação como possibilidade de atuação da História, enquanto disciplina que proporciona diferentes leituras do mundo, inclusive a reflexão sobre a memória e a cultura material. A pesquisa aponta como objetivo fundamental verificar quais as possibilidades de ensinar e aprender história nos anos finais do ensino fundamental investigando o processo de patrimonialização do espaço escolar e investe na construção de noções de documento e fontes para a história, na narrativa como mediação entre o passado e o conhecimento histórico, bem como na noção de patrimônio cultural e seus desdobramentos enquanto possibilidade para a educação histórica.

Entre as peculiaridades do curso de mestrado está, além da docência como pré-requisito de ingresso, a possibilidade de construir e defender uma proposta de intervenção pedagógica. Assim, corroborando com estas duas condições, além de discutir teoricamente o problema anunciado e avaliar os resultados da pesquisa, este trabalho de conclusão apresenta, descreve e avalia um projeto de exposição em execução no ambiente escolar com autoria coletiva dos alunos e alunas do 6º ano do ensino fundamental. A exposição reúne imagens e excertos de fontes selecionados em atividades de aula constituídas a partir de documentos do acervo da escola, além de registros fotográficos e textos produzidos pelos estudantes.

A elaboração do projeto de exposição, enquanto materialização das reflexões desencadeadas nas aulas de História pelos discentes e também pelo docente está inserida na experiência vivida na Escola Professor Olintho de Oliveira¹, sediada na Rua da República, 635, no bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre. Fundada há mais de meio século, a escola apresenta três conjuntos arquitetônicos de alvenaria: dois inaugurados no final da década de 1970; e o terceiro cuja construção é de 1919, portanto, anterior ao início das atividades da instituição ainda como grupo escolar ocorrido em março de 1956². A edificação mais antiga foi interditada em agosto de 2012, por problemas estruturais³. Na ocasião, o prédio abrigava os setores administrativos e a biblioteca da escola, da qual parte do acervo ainda está na construção fechada.

FIGURA 1 – Área da Escola Estadual Professor Olintho de Oliveira⁴



Fonte: Google Maps, novembro de 2016.

¹ Instituição da Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. A unidade escolar oferece ensino fundamental, atendendo no corrente ano letivo 361 estudantes, conforme Relatório de distribuição de matrículas do ensino fundamental (9 anos) calendário 2016. Os alunos e as alunas atendidos provêm, predominantemente, das regiões centro e sul de Porto Alegre. O quadro de recursos humanos da unidade escolar conta com 28 docentes e 06 funcionárias. A estrutura física compreende oito salas de aula, uma sala de audiovisual e laboratório de informática, banco do livro (sem espaço destinado à leitura), refeitório, quadra de esportes e área para recreação.

² Decreto assinado pelo Governador Ildo Meneghetti e pelo Secretário de Educação e Cultura Liberato Salzano Vieira da Cunha que tem como objeto a criação de um Grupo Escolar, situado à Rua José do Patrocínio, 954, em Porto Alegre. RIO GRANDE DO SUL. Decreto N° 6945, de 16 de março de 1956. Publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 17 de março de 1956, p.01. Disponível em: <http://corag.rs.gov.br/doe>.

³ O auto de interdição avaliou que a estrutura apresentava “risco iminente de colapso” e recomendou a “retirada das pessoas” e do mobiliário do prédio. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano. 1ª Coordenadoria Regional de Obras Públicas. *Auto de Interdição*, 08 de agosto de 2012.

⁴ Assinalados em azul os dois prédios contruídos na década de 1970. Marcado em rosa o sobrado construído em 1919 e interditado em 2012.

Desde a interdição o espaço passou a ser caracterizado como “lugar proibido”. Para além das orientações de segurança que justificam a não permanência no prédio, o “casarão”, como é chamado, tornou-se personagem central nos discursos de professores e estudantes sobre o “passado do Olintho”; embora muito pouco se saiba sobre o local, ele é conector entre o passado e o presente da comunidade escolar. Embasa uma percepção romantizada do passado ao ativar na memória, especialmente de professores, “flashes” de um tempo de ordem e relevância social, ao mesmo tempo em que materializa a percepção de um presente desgastado, de um espaço escolar outrora sólido e hoje marcado pelo aparecimento de “rachaduras”. Este processo reafirma, como propõe Ulpiano Meneses, que a tradição não é um conjunto de valores definitivamente consolidado, mas, antes, uma construção sempre exposta aos meandros da dinâmica social. Ou seja, a memória é elaborada no presente e pela solicitação do presente, e compõe um processo retrospectivo⁵.

Corriqueiramente a memória é atrelada a processos de retenção e de armazenamento e nem sempre suas estratégias de seleção e descarte merecem a devida atenção. Por esse ângulo, outro elemento fundamental na memória da comunidade escolar sobre o “casarão” são os relatos envolvendo o processo de tombamento do prédio como patrimônio cultural da cidade. A edificação, construída em 1919, tornou-se um espaço ambivalente na medida em que lastreia uma memória “positiva” sobre a comunidade que deve ser preservada e, simultaneamente, obstaculiza a possibilidade de refletir sobre as consequências de um presente material interditado.

Em consulta aos documentos da Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Porto Alegre foi possível verificar que os membros da comunidade escolar elaboraram um discurso sobre o tombamento do prédio que não é sustentado pela documentação, cuja registra que a edificação foi alvo de um inventário pelo órgão municipal⁶.

⁵ Ao argumentar em favor da fronteira que separa a memória da história, embora sem ignorar os pontos de interseção entre ambas, Meneses enfatiza a necessidade de vigilância para que os procedimentos de gestão da memória não contaminem a história, colocando a memória como objeto a ser tratado pela história e não como alternativa ao conhecimento histórico e tampouco da “História como duplo científico da memória”, preservando ao historiador a função da crítica, MENESES, 1992, p. 13-14 e 23.

⁶ Na listagem de bens tombados em Porto Alegre o imóvel aparece como *inventariado* e classificado como *estruturação*. Bens Tombados e Inventariados em Porto Alegre, 2013, p. 85. E no relatório de imóveis inventariados na municipalidade, a classificação *estruturação* é explicitada como a que determina as edificações “que tomadas individualmente ou integrando conjuntos, se constituem em elementos significativos ou representativos para a preservação da paisagem cultural do Município. São edificações que devem ser preservadas, não podem ser destruídas ou descaracterizadas”. Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis de Porto Alegre, 2014, p.2.

De acordo com a definição da EPAHC, o *tombamento* age seguindo o critério da “excepcionalidade” para a preservação de edificações, enquanto o *inventário* tem foco na preservação das características arquitetônicas de edificações de interesse “sociocultural”, que configuram espaços de referência para a memória coletiva e estruturam a paisagem e a ambiência da cidade. Definição esta que, mesmo instituindo a necessidade da caracterização arquitetônica e vedando a destruição do prédio, não interdita a possibilidade de melhorias e readequações necessárias ao uso social da construção.

Tomando em conta estas considerações, propõe-se que alunos e alunas do 6º do ensino fundamental possam refletir sobre o ofício do historiador na investigação da patrimonialização do prédio mais antigo do conjunto arquitetônico da Escola Professor Olintho de Oliveira, destacando o ciclo de vida da edificação, seus distintos usos e que características lhes são atribuídas para fundamentá-lo como patrimônio. Para este objetivo a pesquisa no acervo documental e iconográfico da escola será simultaneamente recurso metodológico e questão mobilizadora para a produção de conhecimento histórico no ensino fundamental.

A trajetória do ensino de história dialoga com o processo de constituição da disciplina e da formulação da legislação para garantir o oferecimento regular do ensino básico no país. A década de 1980 marca no caminho do ensino de história no Brasil momento importante, quando estavam na pauta dos governos estaduais, que à época passavam novamente a ser eleitos, os currículos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971⁷. As críticas ao ensino proposto na lei tiveram dois desdobramentos importantes: o primeiro foi a iniciativa por parte das Secretarias de Educação de construir uma proposta alternativa e, o que pode ser até mais significativo, considerar a representação dos docentes na discussão no novo modelo; e o segundo movimento destacado foi o papel assumido pela União, a partir da LDB de 1996, em revisar os currículos existentes e orientar a formatação de novas propostas para a educação básica e o ensino superior em todo o território nacional. Neste cenário, um conjunto importante de documentos oficiais é produzido para regular a escola básica.⁸

⁷ Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que tinha como objeto estabelecer diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

⁸ MAGALHÃES, 2006, p. 53.

Em meados de 1990, a produção dos documentos passa pela Semana Nacional de Educação (1993) e pela publicação do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), documento que discutia o incentivo, e àquela altura a meta de universalização, para uma educação orientada pelos “princípios da equidade e da qualidade”. Dialogando com a Constituição de 1988, os preceitos do Plano Decenal serão reforçados pela nova LDB⁹ e, entre 1997 e 2002, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais publicados pelo Ministério da Educação. Não há consenso sobre a relação entre as políticas realizadas pelo MEC durante os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Para Marcelo Magalhães, a pasta que à época era comandada por Paulo Renato Souza recebeu elogios pela implantação de determinados aspectos da política educacional, mas também foi alvo da acusação de representar o alinhamento brasileiro, especialmente durante os mandatos de Cardoso, com a agenda proposta por organismos internacionais como a UNESCO, o BID e o BIRD¹⁰. A diretriz educacional dos mandatos de Fernando Cardoso priorizou a expansão do ensino fundamental, oferecido pelo setor público, e da educação superior com opção pelo incentivo estatal ao setor privado. Ao final da década do Partido da Social Democracia Brasileira e seus aliados no poder, o Brasil tinha avançado na universalização do ensino fundamental, mas a precariedade seguia marcando a educação infantil e a política de investimento no setor privado mostrava seus limites. Do ponto de vista da qualidade do serviço educacional oferecido, os instrumentos de avaliação como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional de Cursos Superiores, ambos criados pelo executivo federal, atestavam a insuficiência do sistema e a acentuação de desigualdades regionais históricas.¹¹

O primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), no plano educacional, começa com a demanda de maior atenção para a educação infantil, ao ensino médio e à educação superior. O primeiro governo de Lula, apesar da instabilidade materializada na constante substituição dos ministros responsáveis pela pasta da educação no início da gestão, conseguiu forjar a atuação do MEC em todos os níveis de ensino, com novos critérios para a redistribuição dos recursos na educação básica, nova orientação para a expansão do ensino universitário e investimento no ensino profissional e tecnológico integrados aos níveis médio

⁹ A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, reafirma os princípios do conjunto regulatório produzido pela União, como, por exemplo, quando no Artigo 26 reitera que “Os currículos de ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.”

¹⁰ MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 54.

¹¹ ABREU, 2010, p. 131-132.

e superior. O documento fundador da política educacional no segundo mandato de Lula foi o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), iniciativa do executivo lançada em 2007. O Plano defendia a implantação de uma visão articulada entre níveis e modalidades de ensino e atribuiu ao MEC a responsabilidade de agir em prol da igualdade na educação nacional.¹²

Do ponto de vista da formulação de política educacional de Estado, o PDE investiu na institucionalização de um conjunto de medidas para garantir a continuidade de políticas públicas de escolarização. Na educação básica foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e instituído um piso nacional para os profissionais do magistério do ensino básico, garantindo um patamar mínimo de remuneração. No ensino universitário foi criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) visando aumentar a oferta de vagas nas instituições públicas. Enquanto no setor privado foi mantido o Programa Universidade para Todos (ProUni) e expandido o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Também foi entregue à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a tarefa de cooperar com estados e municípios na formação inicial e continuada dos profissionais do magistério. Por fim, a educação profissional e tecnológica teve sua rede expandida e modernizada oferecendo cursos de nível médio e graduação.¹³

Quando enfocados os resultados das políticas educacionais em oito anos de Governo Lula, é possível constatar o aumento exponencial do orçamento do Ministério da Educação, a ampliação significativa da rede de educação tecnológica e da oferta de vagas para o ensino superior público, bem como a expansão das bolsas do ProUni e dos contratos de financiamento estudantil pelo Fies. Na relação entre a aplicação de recursos e o crescimento da qualidade da educação básica, os índices de alfabetização cresceram, embora o ensino médio continue configurando o ponto final da escolarização da maioria dos estudantes brasileiros e onde é possível identificar desigualdades regionais, étnicas e entre as áreas urbana e rural.¹⁴

Finalmente, no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (2011-2014), além da continuidade de uma “visão sistêmica da educação” com a manutenção de investimentos em

¹² ABREU, 2010, p. 133-134 e 136.

¹³ *Ibid.*, p. 136-139.

¹⁴ *Ibid.*, p. 140-142.

todos os níveis e modalidades de ensino, o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação publicaram as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2013), documento concebido com o objetivo de atualizar a legislação vigente, trazendo medidas como a inclusão do ensino de nove anos e a obrigatoriedade de oferta gratuita de ensino dos quatro aos dezessete anos de idade.¹⁵

No contexto das políticas públicas para a educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram concebidos com o objetivo de auxiliar na orientação do processo em curso. No entanto, passaram a balizar desde a produção de material didático até a formulação dos critérios de avaliação do sistema de ensino brasileiro, o que, provavelmente, evidencia o esforço governamental na implantação de fato dos parâmetros como referencial no processo de escolarização em todo o país. Como ainda assinala Marcelo Magalhães, referindo-se especialmente ao ensino de história, os parâmetros retiram os Estudos Sociais do currículo e promovem o retorno da História e da Geografia, propondo que as primeiras noções sobre as especificidades dessas disciplinas já deveriam compor os dois ciclos iniciais de escolarização e construídas no trabalho por eixos temáticos¹⁶. O autor também refere que a opção pela organização dos conteúdos nesta diretriz representou filiação a uma concepção curricular não hegemônica entre os especialistas da área, quando da formulação dos documentos¹⁷.

Analisando os Parâmetros Curriculares Nacionais para História é possível inferir que para os primeiros dois ciclos do ensino fundamental é delegada à disciplina função de promover uma “contribuição específica ao desenvolvimento dos alunos como sujeitos conscientes, capazes de entender a história como conhecimento, como experiência e prática de cidadania”¹⁸. Ou seja, a recomendação vincula o ensino de história à construção de um pleno exercício da cidadania, considerando o entendimento da memória e da identidade como direitos de cidadania ou passando pelo compromisso de uma construção social plural. Neste contexto, a disciplina História aparece como “guardiã” das relações entre presente e passado,

¹⁵ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*, 2013, p. 06.

¹⁶ Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental dividem o processo de ensino-aprendizagem em quatro ciclos, no interior dos quais os conteúdos são organizados por eixos temáticos. Para detalhamento do 1º e 2º ciclos e os eixos temáticos “História Local do Cotidiano” e “História das organizações populacionais”, ver: BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia*. Vol. 1, 1997, p. 49-74. Para as particularidades do 3º e 4º ciclos e dos eixos “História das relações sociais, da cultura e do trabalho” e “História das representações e das relações de poder”, ver: BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: História*, 1998, p. 53-76.

¹⁷ MAGALHÃES, 2006, p. 60.

¹⁸ BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental*. Vol. 1, 1997, p. 25.

compreendidas como fundamentais na formatação de identidades individuais e coletivas dos sujeitos inseridos nos espaços formais e informais de educação.

O patrimônio cultural é um dos objetivos gerais do ensino fundamental merecendo destaque no texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais como instrumento para o conhecimento e a valorização da pluralidade sociocultural brasileira.¹⁹ Da mesma forma, nos parâmetros para o ensino médio, a relação entre história e memória constitui-se em compromisso disciplinar.²⁰ Embora seja entregue à disciplina a tarefa de livrar as novas gerações da “amnésia social” como garantia para a configuração de identidades individuais e coletivas, como pontua Francisco Ramos, as recomendações do MEC não discutem com profundidade a complexa relação instituída entre história e memória²¹. A apreciação centrada no patrimônio que imprime apenas a marca de grupos sociais dominantes, uma providência da pesquisa histórica, confunde-se com a proposição balizada no “direito à memória” de “resgate” do patrimônio de grupos identitários não representados. Situação esta que coloca a disciplina História como agente protetora de garantias, antes de exercer o trabalho de crítica da memória e discutir os usos do passado.

É na definição da escola básica como instituição que possui, entre outras atribuições, o dever de garantir espaço para a formação identitária de crianças e adolescentes e a preparação para o exercício da cidadania que o debate sobre o patrimônio cultural e a educação para o patrimônio será considerada pelos sistemas de ensino. Serão tomadas iniciativas para promover a patrimonialização da própria instituição escolar em diálogo com reflexões no âmbito da pesquisa universitária sobre a temática. No início da década de 1990, o pesquisador espanhol António Viñao Frago diagnosticava que a dimensão espacial da atividade humana de modo geral, e da educativa em particular, era uma questão não estudada a fundo e de modo sistemático²².

¹⁹ BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental*. Vol. 1, 1997, p. 25.

²⁰ BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias*, 1999, p. 26-27.

²¹ RAMOS, 2010, p. 406-407.

²² Antes de arrolar os trabalhos que compunham o dossiê da Revista *Historia de la Educación*, editada pela Universidade de Salamanca, Frago apresentou três razões para a investida tímida dos historiadores da educação espanhóis na questão da materialidade do espaço escolar, quais sejam: a concentração dos trabalhos do campo na discussão do pensamento pedagógico; a dificuldade de integração entre diferentes áreas do conhecimento sobre o assunto como medicina, arquitetura, pedagogia e políticas de administração; e, por fim, a concentração das temáticas de pesquisa da História da Educação nas contingências disciplinares do ensino superior, FRAGO, 1993, p. 11-13.

No entanto, o tópico apresentado por Frago, mesmo de forma minoritária, já era discutido no campo da História da Educação espanhola²³. Com relação ao enfrentamento do tema no Brasil, Maria Cristina Menezes ao apresentar o dossiê “Cultura escolar e cultura material escolar: entre arquivos e museus” evidencia-o como um instrumento de sistematização das discussões no campo da História da Educação sobre objetos e temas de estudo que, nas palavras da autora, eram até “então considerados inéditos, senão malditos”, como a memória e sua relação com a história e o espaço educativo como lugar de memória²⁴. Também Carmem Gil, Dóris Almeida e Rosa Fátima de Souza reconhecem que no Brasil a discussão do patrimônio escolar é recente, remontando às últimas décadas, como fruto do alargamento teórico-metodológico da História da Educação com interesse renovado pela instituição escolar e com variedade de objetos de pesquisa²⁵.

O debate sobre o patrimônio escolar, a cultura material escolar ou o espaço escolar, termos utilizados pela bibliografia, está, prioritariamente, no campo da História da Educação e na sua interface com os procedimentos teórico-metodológicos da História Cultural. O alcance do levantamento realizado permitiu identificar a multiplicidade de enfoques, temáticas e objetos de pesquisa. De outra parte, também foi possível acessar permanências nas discussões, tais como: o consenso da necessidade de elaboração de instrumentos para salvaguardar, catalogar e oferecer os suportes adequados ao patrimônio escolar que sofre a ação indomável do tempo; a aposta na cooperação entre instituições de ensino superior e unidades escolares para a criação e manutenção de acervos; o debate sobre onde devem ser construídos estes acervos: se na escola ou em centros de documentação destinados ao manejo do patrimônio escolar; a relação entre preservação, educação e configuração de identidades individuais e coletivas; as proposições de que as práticas escolares são orientadas por costumes e modos de vivência singulares e capazes de produzir culturas escolares; e a materialidade do espaço da escola como possível indício deste arranjo cultural específico.

A bibliografia sobre o tema do patrimônio escolar, mesmo no campo da História da Educação, é difusa e forjada em diálogos multidisciplinares. O alcance do levantamento

²³ Entre os trabalhos listados pelo autor, destaco: “*Escuela u espacio: testimonios y textos*”, de León Esteban Mateo e Ramón López Martín; e “*La arquitectura como programa*”, de Agustín Escolano Benito, ambos de cunho mais teórico e geral. Entre os estudos que discutem temas mais específicos merecem destaque: “*Utilización de parques y jardines como espacios educativos alternativos en Madrid (1900-1931)*”, de María del Mar del Pozo Andrés; e “*Arquitectura escolar en Berlín a comienzos del siglo XX: currículum oculto y género*”, de Helga Schmidt-Thomsen e Christa Kersting, que trata da relação entre arquitetura escolar, currículo e gênero.

²⁴ MENEZES, 2005, p.14.

²⁵ GIL; ALMEIDA, 2013, p. 126; SOUZA, 2013, p. 203.

apresentado aqui foi delimitado por termos de busca capazes de selecionar os trabalhos que relacionam patrimônio escolar e os afazeres da disciplina História na educação básica. Ao invés de uma apresentação cronológica ou temática, considerando a variedade de perspectivas e objetos estudados, a opção foi organizar o material a partir das aproximações e distanciamentos das análises em relação ao papel do ensino de História no processo de patrimonialização da instituição escolar.

O primeiro conjunto de trabalhos levantados, apesar de reconhecer o potencial educativo do patrimônio escolar, preocupa-se centralmente com a garantia de preservação dos bens patrimoniais escolares como fontes para a pesquisa científica ou institucional. A preservação dialoga diretamente com a percepção da escola como lugar de memória e com a importância da preservação desta memória para garantir as construções identitárias da comunidade escolar²⁶. E, quando são evocadas possibilidades temáticas para o trabalho em sala de aula, as apostas giram em torno da história local ou da reconstrução da história e da memória, quase como sinônimos, da instituição ou da comunidade escolar²⁷.

Embora também partindo da preservação como pressuposto e da instituição escolar como lugar de memória, António Vinão Frago procura problematizar a capacidade do sistema educativo de dirigir a transmissão das memórias individual, social e institucional, considerando a mudança nos suportes e nos ritmos de transmissão. Essas mudanças, segundo o autor espanhol, implicam novas relações e interações tanto com a história, como com o patrimônio em geral e, de modo específico, com a educação institucional ou formal.²⁸ Aproximando-se de Frago no que diz respeito à necessidade de preservar, estudar e difundir o patrimônio escolar como constituinte de valores identitários comuns de determinado grupo, Augustín Escolano Benito apontará para a pertinência dos “viejos objetos de la escuela” como “objetos-huella que cuentan cosas relevantes²⁹”. É com essa concepção de objeto-rastro, que toma emprestada de Pier Paolo Sacchetto, que o autor entenderá a cultura material da escola como indício para o desvelamento de significados implícitos nas materialidades escolares, na construção de sentidos interpretativos e no desenvolvimento de uma nova sensibilidade histórica capaz de aproximar a interpretação das diferenças geracionais, de gênero e sociais.

²⁶ MENEZES, 2005; MENEZES; MORAES, 2006; HORTA, 2000; SOUZA, 2013; ORIÁ, 2013.

²⁷ GONÇALVES, 2006; MOGARRO, 2006.

²⁸ FRAGO, 2010, p. 33.

²⁹ BENITO, 2010, p.18.

Diferentemente dos trabalhos até aqui apresentados, Francisco Ramos, Carmem Gil e Dóris Almeida oferecem uma perspectiva na qual o próprio conceito de patrimônio existe como tensão nos usos do passado pelo presente e, antes de ser essencialmente puro e positivo, é resultado de disputas das mais variadas gêneses. Deste modo, a memória e seus lugares não edificam unanimidades e, ao invés de ser defendidas, passam a ser debatidas. Por sua vez, a disciplina História, ao “assumir o compromisso com a pluralidade cultural”, faz emergir um espaço instável e capaz de perceber os conflitos em torno do que fazer com o passado ou do que o passado pode fazer para ausentar o presente. O que, como assinala Ramos, leva o ensino de História à recusa de tornar-se ensino de memória. E, antes de realizar um “inventário das diferenças” para a valorização da diversidade, cabe à disciplina “interrogar sobre as relações de poder que residem nas produções de sentido para o pretérito, destacando conexões entre casos mais particulares com situações mais gerais”³⁰.

Neste entendimento, tão importante e urgente quanto a preservação, a organização e a guarda adequada da documentação da escola, é identificar o potencial educativo do patrimônio escolar como fonte para ensinar história. A proposição aponta, novamente, para uma relação entre história e memória mediada pelo ensino no trato do patrimônio. Para além de construções identitárias, o patrimônio escolar preservado passa a ser mais uma fonte possível de ser acessada e interrogada³¹.

Trata-se de tomar o patrimônio cultural, de modo geral, e o patrimônio escolar, particularmente, como possibilidade para educar a partir da dúvida, da problematização da estabilidade e do investimento no dissenso e na desarmonia; investir menos em uma conscientização que apenas defenda valores de preservação e mais no questionamento como princípio orientador na discussão de sacralizações e esquecimentos, ou seja, mirar as escolhas, seus agentes e conflitos. Especificamente com relação à arquitetura da escola, Carmem Gil e Dóris Almeida observam as diferentes possibilidades de leitura que os prédios escolares

³⁰ RAMOS, 2010, p. 399 e 409. Também nesta direção segue o argumento de Rebeca Gontijo em artigo que examina a trajetória do termo “diversidade” relacionado às questões étnicas durante a história do Brasil. Do século XIX até a percepção sobre a diferença nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a diversidade esteve ligada ao mal da mestiçagem e às tentativas de embranquecimento, passando pela valorização do mestiço como expressão da autenticidade brasileira até figurar nos parâmetros como patrimônio sociocultural. Na atualidade, a escola passa a ser um espaço privilegiado para o estudo da pluralidade, para a efetivação de uma “cultura de paz” e marcado pelo “respeito mútuo” e pela “solidariedade”. Neste cenário, o reconhecimento parece passar necessariamente pela afirmação das diferenças e a oposição entre grupos sociais pode afastar a possibilidade de compartilhamento coletivo de determinados parâmetros. GONTIJO, 2009, *passim*.

³¹ GIL, 2012.

podem proporcionar como indício do exercício do poder de regimes políticos e/ou políticas de Estado para a educação³². E, além disso, do espaço de estudo ou trabalho como “rastros” para a formulação de hipóteses pertinentes ao ensino de história. É a partir das proposições desestabilizadoras de Ramos, Gil e Almeida que foi pensado este trabalho. Não se trata de negligenciar a importância dos movimentos para salvaguardar a cultura material escolar, porém, este processo, geralmente conflitivo, pode oferecer valiosos subsídios para o trabalho em sala de aula.

A interpretação segundo a qual a investigação da patrimonialização do espaço da escola pode qualificar a aprendizagem de alunos e de alunas do ensino fundamental coloca a questão da utilização das fontes nas aulas de história³³. É corrente que entre as justificativas para o uso de documentos que tornar-se-ão fontes na educação básica esteja a possibilidade de proporcionar *agência histórica* na formação dos sujeitos que aprendem. Assim, como utopia, também é possível encontrar uma oferta de formação cidadã que, idealmente, deve ir além da aula. O caminho de trabalho escolhido procura dialogar com a percepção de que as fontes para história na educação básica possam “criar e recriar o que somos, dando sentido original para o ensino de história, em conexão com a identidade dos alunos, situados em um determinado contexto histórico, que necessita ser entendido”³⁴. Investindo na compreensão de que o ofício do historiador é produzir um discurso sobre um passado ordenado pela linguagem, quando a seleção de fontes, o método e a teoria são condições e estão condicionados ao presente. Procura-se assim afastamento da utilização dos documentos como legitimadores de determinada narrativa do docente, da mesma forma de uma perspectiva em que o relato seja submisso à fonte. O que se procura sugerir é a discussão na sala de aula do ofício do historiador como um trabalho complexo, de mediação entre o documento como uma engenharia de seu tempo, no qual não reside verdade, mas, antes, um esforço de transmissão de uma imagem de si mesma por determinada sociedade para as gerações futuras.

³² GIL; ALMEIDA, 2013. Ver também: GIL; POSSAMAI, 2014.

³³ Um bom exemplo da atenção para a utilização de fontes no ensino de história escolar, para além das volumosas publicações em eventos destinados à área da educação e ao ensino de história, é o Caderno pedagógico de história PIBID/UFRGS (2013). Fruto da experiência no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, a compilação ilustra a multiplicidade de linguagens utilizadas pelos discentes em formação no trabalho desenvolvido na educação básica, MEINERZ, *et. al.*, 2013, p.10-17.

³⁴ PEREIRA ; SEFFNER, 2008, p. 116.

2 CONHECENDO A TURMA E PREPARANDO A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE EXPOSIÇÃO

A primeira parte desta exposição tem por objetivo apresentar os alunos e as alunas que integraram o trabalho desenvolvido nas aulas de história e narrar os antecedentes da construção de um projeto expográfico como possibilidade de ensino para a história. O texto está organizado em quatro seções, as quais buscam contextualizar e analisar os procedimentos didáticos que compuseram a intervenção pedagógica apresentada nesta investigação.

Na primeira seção é apresentado um mapeamento de determinadas características dos alunos e das alunas matriculados nas duas turmas do 6º ano do ensino fundamental, através da análise dos dados oferecidos pela escola, via sistema informatizado da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul e pela coleta de informações junto às regentes de classe do 5º ano. Os dados recolhidos permitiram estabelecer a média de idade, a distribuição por sexo, o local de residência e a trajetória escolar dos estudantes. Posteriormente, ainda no mesmo segmento, é analisado um exercício de escrita autobiográfica realizado pelos alunos e alunas, com o objetivo de compor um instrumento de investigação qualitativa sobre os estudantes pesquisadores e estabelecer parâmetros preliminares de reflexão sobre o processo de pesquisa e de escrita da história, quando a vida dos envolvidos no desenvolvimento da aprendizagem foi o ponto de partida.

A segunda seção é dedicada ao relato da inserção de potenciais fontes históricas na aula, quando foram classificados e cotejados documentos escritos, registros iconográficos, relatos orais e cultura material. Em seguida é apresentado o trabalho de descrição e análise realizado pelos estudantes a partir do manuseio da documentação escrita que compõe o acervo da escola. O conjunto documental abordava dados biográficos de Olintho de Oliveira, que empresta seu nome para a unidade educacional, certidões de registro imobiliário do prédio mais antigo do conjunto arquitetônico da escola e a trajetória da instituição, desde a criação como grupo escolar até tornar-se escola estadual de ensino fundamental.

A terceira parte do texto procura comunicar a discussão teórica em torno das noções de patrimônio cultural e patrimônio escolar, através da leitura de autores como Francisco Ramos, Márcia Chuva, Nestor Canclini, Rosa Fátima de Souza e António Viñao Frago. A

construção textual também trata do percurso para a formulação de um conceito, mais ou menos complexo, de patrimônio com os alunos e as alunas como protagonistas no debate sobre o tema. Objetivando a inserção dos estudantes na discussão para além da conceituação proposta no livro didático, os jovens pesquisadores foram estimulados a pensar as escolhas implicadas no uso da definição patrimônio histórico e artístico ou na opção pela expressão patrimônio cultural. Esse movimento exploratório ocorreu a partir de pesquisa realizada em fontes disponíveis na Internet e tinha como objetivo o apontamento das aproximações e particularidades dos conceitos.

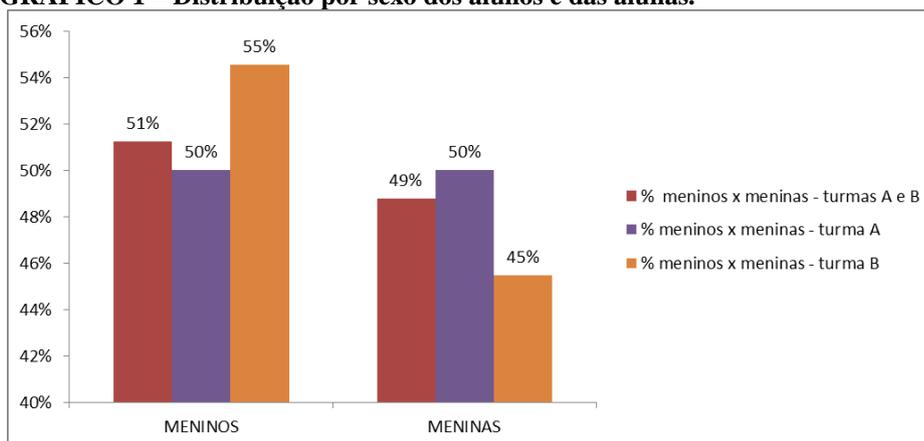
Finalmente, na quarta seção é narrada a visita ao Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Na ocasião, as turmas foram convidadas a observar as características arquitetônicas e a representatividade da edificação do museu na paisagem da cidade, puderam visitar os espaços de exposição da instituição e participaram da oficina “*A escrita da Luz*”, proposta que proporcionou aos estudantes outro olhar sobre a fotografia, oferecendo reflexão sobre o processo de construção, os elementos que são oferecidos para análise do passado e como as imagens podem figurar como fonte histórica.

2.1 NARRAR A VIDA E FORMULAR UM CONCEITO PRELIMINAR PARA A HISTÓRIA

No início do corrente ano letivo foram reunidas informações para o mapeamento de determinadas características dos alunos e das alunas matriculados nas duas turmas do 6º ano do ensino fundamental. Este levantamento preliminar partiu da coleta e análise dos dados oferecidos pela escola, via sistema informatizado da Secretaria da Educação, e de informações prestadas pelas regentes de classe do 5º ano. Os dados recolhidos permitiram estabelecer a média de idade, a distribuição por sexo, o local de residência e a trajetória escolar dos estudantes.

Em abril de 2016, os alunos e as alunas das duas turmas juntas apresentavam em média 12 anos de idade. Se enfocada a turma “A” a média demonstrou ligeiro recuo para 11 anos e 9 meses, enquanto a turma “B” mantinha 12 anos. Na relação entre média de idade e sexo, nas duas turmas as meninas tinham em média 11 anos e 9 meses e os meninos 12 anos. E quando proposta a mesma relação para as turmas separadamente, na turma “A” meninas e meninos compunham 11 anos e 9 meses de idade, já na turma “B” a média de idade das meninas era menor (de 11 anos e 6 meses) em relação aos meninos (12 anos).³⁵

GRÁFICO 1 – Distribuição por sexo dos alunos e das alunas.



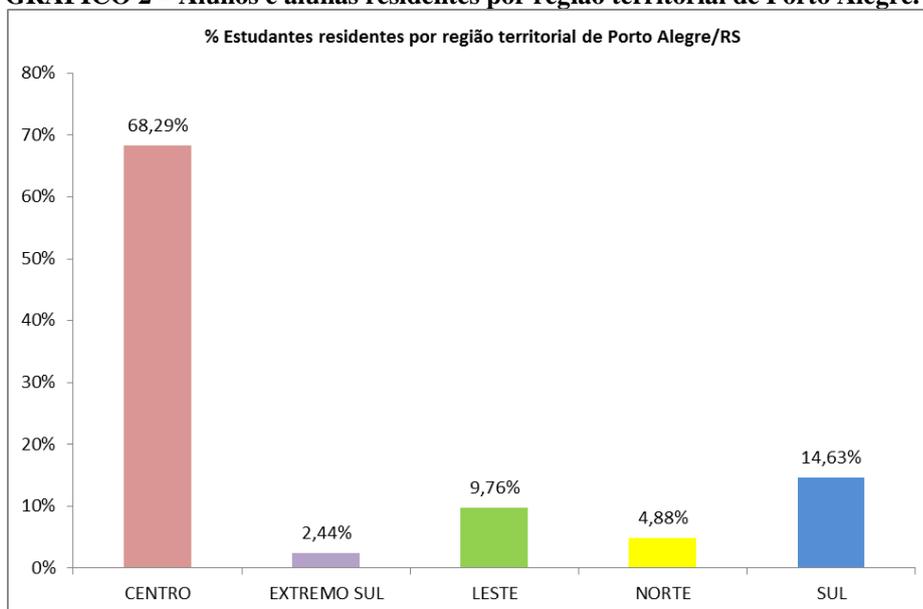
Fonte: Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, 2016.

A distribuição por sexo dos alunos e das alunas participantes da pesquisa, de acordo com os dados do gráfico acima, evidencia o equilíbrio no percentual de meninos e de meninas

³⁵ Cf. dados compilados a partir do Relatório de matrícula da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, 2016.

nas duas turmas, embora com predominância para os meninos. Quando analisada a turma “A” a tendência de igualdade entre sexos permanece, enquanto na turma “B” o percentual de meninos supera o de meninas.

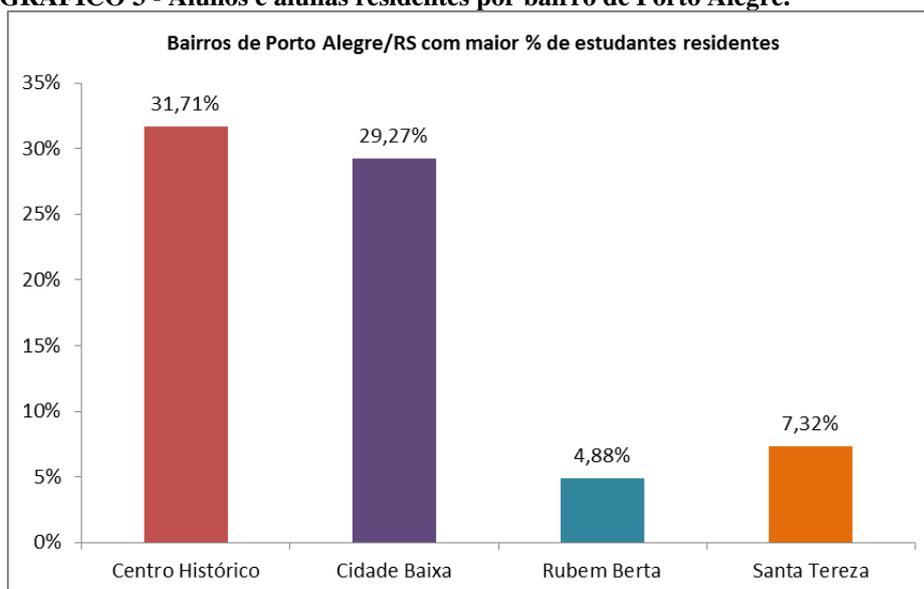
GRÁFICO 2 – Alunos e alunas residentes por região territorial de Porto Alegre.



Fonte: Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, 2016.

A distribuição dos estudantes, segundo a divisão por regiões territoriais de Porto Alegre³⁶, demonstra que, considerando o 6º ano do ensino fundamental, a comunidade escolar reside majoritariamente na região “centro” da cidade, seguida em percentual pelas regiões “sul” e “leste”. Além disso, também é possível inferir que entre os estudantes matriculados no 6º ano do ensino fundamental todos residem na Capital. No detalhando das informações sobre a residência dos estudantes por localidade (gráfico 3) predominam os bairros Centro Histórico e Cidade Baixa, respectivamente. Fora da região territorial “centro”, a maior parcela dos estudantes atendidos no 6º ano reside nos bairros Santa Tereza (região “sul”) e Rubem Berta (região “norte”).

³⁶ A divisão da cidade de Porto Alegre em “Regiões Territoriais” foi estabelecida para viabilizar o fluxo de informações de infraestrutura, saneamento básico e aspectos ambientais com o objetivo de facilitar ações emergenciais do Centro Integrado de Comando (CEIC), o mapeamento e o planejamento da necessidade de expansão de equipamentos e serviços, considerando o crescimento da municipalidade ao longo do tempo. Mais informações sobre os critérios utilizados para a configuração das regiões territoriais e dados sobre a cidade estão disponíveis em: <https://goo.gl/IBsKes>. Acesso em: 21 de jan. 2016.

GRÁFICO 3 - Alunos e alunas residentes por bairro de Porto Alegre.

Fonte: Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, 2016.

Quando examinada a trajetória escolar dos alunos e das alunas foi possível verificar que majoritariamente sempre foram atendidos pela rede pública do Estado do Rio Grande do Sul (65,9%), enquanto 34,1% frequentaram instituições de ensino que não estão vinculadas ao magistério estadual. Entre os estudantes atendidos por outras redes de ensino, 50% estiveram vinculados a escolas da rede privada, foram atendidos por redes municipais 35,7% e para 14,3% não constam informações na documentação consultada. Além da maior parte dos alunos e das alunas terem mantido vínculo de no mínimo seis anos exclusivamente com escolas estaduais, a maioria significativa frequenta a escola Professor Olintho de Oliveira desde o primeiro ano do ensino fundamental.

A consulta aos dados sobre a composição das turmas quanto ao sexo e a idade, o local de residência e o vínculo de alunos e alunas com as redes de educação formal permitiu construir uma caracterização geral dos estudantes participantes das aulas de história no 6º ano do ensino fundamental. Os alunos e as alunas possuem em média 12 anos de idade, persiste o equilíbrio entre meninos e meninas, todos são residentes em Porto Alegre, morando prioritariamente na região “centro” da cidade, especificamente nos bairros Centro Histórico e Cidade Baixa. Majoritariamente sempre foram atendidos pela rede pública estadual e a maioria significativa possui vínculo com a escola Professor Olintho de Oliveira desde o primeiro ano do ensino fundamental.

Depois de recolhidas informações nos documentos oficiais sobre os estudantes, o primeiro movimento disciplinar proposto foi um exercício ensaístico e autobiográfico. Cada integrante das turmas recebeu uma folha pautada e a recomendação de escrever, no mínimo, vinte e cinco linhas para narrar uma história autobiográfica. O título e a estrutura narrativa do texto foram deixados a critério de cada autor/autora. Esta aproximação inicial tinha dois objetivos principais: compor um instrumento de investigação qualitativa sobre alunos e alunas pesquisadores e estabelecer parâmetros preliminares de reflexão sobre o processo de pesquisa e de escrita da história, quando a vida dos envolvidos no processo de aprendizagem foi o ponto de partida.

Ao final da primeira semana as produções textuais foram devolvidas a seus autores juntamente com questões interrogando o processo de escrita de cada um/a (Apêndice A, p. 146). Novamente observando “suas histórias”, alunos e alunas foram instigados a pensar nas questões propostas e registrar suas conclusões por escrito. A retomada dos textos objetivou aprofundar noções de pesquisa e escrita de narrativas históricas, a partir de indagações organizadas em quatro eixos: a) o conjunto de personagens que compuseram o enredo de cada história e a possibilidade de distintos pontos de vista sobre os acontecimentos narrados; b) a memória, uma operação seletiva, como fonte principal acionada para a composição da narrativa e a possibilidade da utilização de outros recursos e fontes para a investigação do passado; c) a relação entre a escrita da história e a localização dos acontecimentos no tempo e no espaço e, conseqüentemente, o caráter também social de uma escrita pessoal; e d) a diferença entre a representação narrativa do passado, a partir da seleção de elementos para constituí-la, e o desejo de comunicar toda a complexidade da existência de uma pessoa.

QUADRO 1 – Respostas dos estudantes ao questionário (bloco I)

Bloco I - O conjunto de personagens que compuseram o enredo de cada história e a possibilidade de distintos pontos de vista sobre os acontecimentos narrados.			
	Sim	Não	Não respondeu
a) Em sua história aparecem outros personagens além de você? Quem? Por quê?	63,4%	7,3%	29,3%
b) Se estes outros personagens que aparecem em seu texto fossem escrever a sua história, ela seria igual? Por quê?	12,2%	58,5%	29,3%

Fonte: Questionário elaborado pelo autor, 2016.

Nas respostas da primeira questão do Bloco I, destacaram-se as referências ao que alunos e alunas consideram sua família nuclear, com todos os arranjos que o uso da expressão

precisa ter em conta atualmente. Com significativa vantagem a referência familiar é feminina. São as mulheres, na condição de mães, irmãs ou avós que merecem recordação e prestígio na trama da existência dos estudantes respondentes da pesquisa.

Quando foi abordado o protagonismo dos personagens que compuseram as histórias, a maior parte dos alunos e alunas reconheceu em suas respostas a possibilidade de que a escrita da história, inclusive de suas histórias, aceita diferentes versões. Além disso, na perspectiva dos estudantes, os personagens biologicamente “mais velhos” saberiam operar melhor com a memória, cuja aparece com caráter cumulativo e sem mediações. Não há porque desconfiar da memória. As passagens “[...] Porque elas [*as personagens*] teriam mais coisas [*a dizer*] que eu não me lembro” (aluno, 11 anos) e “sim porque eles já conhecia [*sic*] minha vida eles convivem comigo³⁷” (aluna, 12 anos) ilustram a confiança dos estudantes no papel assertivo e tranquilizador da memória acumulada ao longo de uma vida.

QUADRO 2 - Respostas dos estudantes ao questionário (bloco I)

Bloco I - O conjunto de personagens que compuseram o enredo de cada história e a possibilidade de distintos pontos de vista sobre os acontecimentos narrados.					
c) Qual destas histórias estaria certa? Por quê?	A do(a) autor(a)	A do(a) personagem	Ambas	Nenhuma	Não respondeu
	41,5%	14,6%	7,3%	2,4%	34,1%

Fonte: Questionário elaborado pelo autor, 2016.

No entanto, a despeito da confiança na capacidade de recordação dos familiares “mais velhos”, as respostas da questão C denotam, predominantemente, que na percepção dos autores e das autoras apenas estes poderiam narrar sobre si mesmos. Há uma relação direta e inequívoca entre a possibilidade de falar sobre si e garantir a apuração precisa dos fatos. Os excertos “A minha, porque as pessoas não me conhece [*sic*] direito por isso” (aluna, 11 anos), “A minha, por que eu sei que, [*sic*] foi um fato da minha vida” (aluna, 12 anos) e “A minha, por que eu contei minha própria história” (aluna, 12 anos) informam a tendência predominante nas respostas de uma hierarquização das narrativas baseada no critério da autoria. Também merecem destaque outras duas referências: “Tudo na minha história tá certa [*sic*]” (aluno, 15 anos) que expõe a confiança na correspondência entre o texto autobiográfico

³⁷ Durante este texto optou-se por manter grafia e sintaxe originais dos excertos que compõem a exposição. As possíveis incorreções de ortografia e/ou concordância serão indicadas com a expressão [*sic*]. Também, a autoria das passagens inseridas na exposição preserva nomes e características pessoais de seus autores ou autoras, identificando-os apenas por sexo e idade, respectivamente.

e a veracidade e, em contrapartida, “A minha porque eu tive criatividade” (aluna, 11 anos), onde o argumento central é uma suposta capacidade criativa da autora como fiadora de uma versão mais qualificada sobre sua própria existência.

QUADRO 3 - Respostas dos estudantes ao questionário (bloco II)

Bloco II: a memória, uma operação seletiva, como fonte principal acionada para a composição da narrativa e a possibilidade da utilização de outros recursos para a investigação do passado.			
d) Você escreveu sua história utilizando a memória? E se precisasse escrevê-la com outros recursos, quais utilizaria?	Sim	Não	Não respondeu
	68,3%	2,4%	29,3%
e) Classifique estes recursos em documentos escritos, orais, visuais e/ou cultura material.	Classificou	Não classificou	
	36,6%	63,4%	

Fonte: Questionário elaborado pelo autor, 2016.

A memória figura como recurso principal na formulação das narrativas produzidas pelos respondentes. De outra parte, foi significativo o percentual de estudantes que não respondeu ao questionamento. O que corrobora a dificuldade de conceber outras fontes para a escrita da história foi a referência constante ao papel memorialístico dos familiares de mais idade para dirimir dúvidas e superar lacunas nos relatos. Respostas como “eu iria pedir informação para meu pai e minha mãe, ou também iria pensar no que me disseram antes” (aluna, 11 anos) e “conversando com uma pessoa mais velha e documentos” (aluna, 11 anos) formaram uma tendência onde a memória novamente apareceu como prova. A análise dos dados pode indicar a pertinência da proposição de Fabiana Almeida e Sonia Miranda de que atualmente o discurso da memória é pouco problematizado na escola. Essa situação coloca para a disciplina História o desafio de reestabelecer o diálogo escolar entre memória e história, onde as operações da primeira configuram elementos importantes na formação do conhecimento histórico e a problematização da distinção dos dois campos auxilia na constituição de pensamento crítico sobre as tradições que compõem a sociedade³⁸.

Em contraponto, outros dois conjuntos de possibilidades apareceram com vigor. O primeiro mesclando a memória com outro tipo de fonte, como explicita o fragmento: “fotos e também meus pais para contarem a história melhor” (aluno, 13 anos). O segundo investindo no potencial de “[...] antigos diários que escondi no poso [sic]” (aluna, 11 anos) ou, ainda, voltando o olhar para a investigação da “minha casa e os passeio [sic] que ia” (aluno, 11

³⁸ALMEIDA; MIRANDA, 2012, p. 267.

anos). As duas passagens mereceram destaque por destoarem do padrão de respostas e apresentarem uma percepção mais ampla das possibilidades de construção das narrativas autobiográficas. Por outro lado, uma proposição sensorial também apareceu nas manifestações, quando estar “olhando, lembrando” (aluno, 11 anos) e consultando “o passado” (aluna, 11 anos) configura uma boa medida para a escrita de histórias autobiográficas.

QUADRO 4 - Respostas dos estudantes ao questionário (bloco III)

Bloco III: a relação entre a escrita da história e a localização dos acontecimentos no tempo e no espaço e, conseqüentemente, o caráter também social de uma escrita pessoal.			
	Sim	Não	Não respondeu
f) Você escreveu seu texto em ordem cronológica? Por quê?	29,3%	41,5%	29,3%
g) Alguns fatos de sua vida apareceriam nas histórias pessoais de outras pessoas? Por quê?	43,9%	26,8%	29,3%
h) Para explicar os acontecimentos de sua vida você precisou localizá-los no tempo e no espaço? Por quê?	51,2%	19,5%	29,3%

Fonte: Questionário elaborado pelo autor, 2016.

Maioria significativa dos estudantes afirmou que não organizou sua escrita cronologicamente ou não respondeu a indagação. No entanto, analisando mais detidamente os escritos foi possível identificar uma quebra de continuidade entre a percepção dos autores sobre a organização de seus textos e de como efetivamente estruturaram suas produções. Embora seja possível admitir que as respostas demonstrem um processo pouco consciente de escrita, de outra parte, é necessário considerar a possibilidade de que os respondentes não tivessem clareza sobre o significado de uma exposição cronológica. Da mesma forma, quanto ao caráter social de seus escritos a maioria dos estudantes reconheceu que a narrativa possibilitava a interlocução com outras histórias e vidas. Novamente foi expressivo o percentual de não respondentes para a questão o que pode indicar dificuldade interpretativa em relação ao tema, ou mesmo uma percepção ainda pouco complexa sobre os diferentes grupos sociais nos quais os sujeitos estabelecem relações durante a vida.

Adiante, serão apresentadas algumas passagens para explicitar a argumentação sobre o papel atribuído pelos estudantes à percepção do tempo e do espaço em suas produções. Parte das exposições, como a que inicia com “minha vida começa a [sic] 12 anos atrás. Numa tarde de inverno 7 de julho de 2004, eu nasci aqui em POA” (aluna, 11 anos) foi bastante precisa ao informar com riqueza de detalhes, data e local de nascimento. Outra referência importante

pode ser observada nos excertos “aos meus 7 anos eu tinha começado a ler e escrever. Eu não gosto muito de brincar de boneca, o meu negócio é esporte” (aluna, 11 anos) e “quando eu tinha 6 anos eu entrei na escola, no 1º ano, escola legal e grande, cheia de coisas, tipo: quadra, sala de aula, pracinha, casarão, refeitório e pátio.” (aluno, 11 anos), quando, de maneira implícita ou explícita, o espaço escolar está no centro da interpretação de alunos e alunas sobre suas vidas.

Outra construção narrativa interessante encontrada nos textos foi a que, ao propor uma escrita retrospectiva, expôs um enredo onde os autores observaram suas vidas de uma posição externa como, por exemplo, em: “[...] a minha vida foi muito legal, quando eu era criança eu era muito bonita, fofinha e eu gostava bastante de fazer amizade. Eu era muito engraçada e eu brincava bastante e depois quando eu cresci eu fiquei diferente” (aluna, 12 anos) ou “[...] tenho 11 anos e minha vida foi assim” e “essa foi a minha vida” (aluno, 11 anos). Nas três passagens acima é possível identificar que os autores optaram, conscientemente ou não, por diferenciar o tempo da escrita do presente e operaram com a noção de “infância” como sinônimo para passado. No trecho “era uma vez uma moça que estava trabalhando e ela estava grávida. Quando ela estava caminhando lá perto do serviço, a bolsa dela rompeu e ela foi sozinha para o hospital” (aluna, 11 anos), o uso da terceira pessoa do singular para narrar o próprio nascimento foi outro recurso utilizado na tentativa de distanciar-se da cena, de emprestar uma “cor distinta” ao que “passou”. Também merece destaque a referência ao estudo do passado como uma viagem, como explícito no trecho “hoje eu estou aqui contando minha história. Eu vou agora voltar a um bom tempo atrás” (aluno, 11 anos). Nesta proposição, a narrativa de uma vida implica discursivamente em um deslocamento do presente para o passado. Ambas as categorias, presente e passado, apresentam-se suficientemente sólidas para garantir um caminho de ida e de retorno.

Aproximadamente metade dos alunos e alunas respondeu afirmativamente quanto ao potencial explicativo da inserção temporal e espacial de seus relatos. Considerando que os estudantes possuem em média pouco mais de uma década de vida, a referência aos anos foi frequente e conectou os fatos que mereciam ser relatados segundo a perspectiva dos autores. Por sua vez, a cidade e a unidade escolar foram os espaços mais citados como palcos dos episódios centrais do enredo da existência de cada aluno ou aluna. As respostas fortalecem a perspectiva de uma alfabetização processual dos alunos e o argumento apresentado por Dilma Scaldaferrri, quando tenta identificar quais as possibilidades de apreensão das temporalidades

por alunos da educação básica. Associando-se a perspectiva sócio-histórica, construída a partir dos estudos realizados por Vygotsky, a autora reafirma que o pensar historicamente é o ponto final da descontextualização dos alunos. E pensar na lógica do conhecimento histórico significa desenvolver a capacidade de perceber de modo relacional tempo pessoal (subjetivo) e tempo social (objetivo), internalizando procedimentos como ordenação, sucessão, duração e simultaneidade para construir generalizações³⁹.

QUADRO 5 - Respostas dos estudantes ao questionário (bloco IV)

Bloco IV: a diferença entre a representação narrativa do passado, a partir da seleção de elementos para constituir-la, e o desejo de comunicar toda a complexidade da existência de uma pessoa.

i) Você acredita que depois de lerem a sua história, as pessoas podem te conhecer e entender melhor? Por quê?	Sim	Não	Não respondeu ou não justificou
	51,2%	19,5%	29,3%

Fonte: Questionário elaborado pelo autor, 2016.

No último bloco de questões, quando perguntados se acreditavam que suas narrativas pudessem apresentá-los suficientemente a seus leitores a ponto destes conhecê-los melhor, pouco mais de 50% respondeu afirmativamente, cerca de 20% não demonstrou crer nesta possibilidade e quase 30% não respondeu a questão ou justificou sua escolha.

Em análise preliminar deste esforço de escrita das turmas foi possível identificar elementos comuns nos textos. Todos os alunos ou alunas presentes realizaram a tarefa, inicialmente alguns com maior dificuldade, mas de modo geral as narrativas mostraram-se ricas em detalhes. Um questionamento constante durante a atividade foi o destino que o relato tomaria, se seria compartilhado com o grupo ou permaneceria apenas sob o exame do professor. Como uma forma de “tranquilizar” os autores lhes foi garantido que o texto apenas seria acessado pelo docente. Acordo totalmente respeitado.

De modo geral, as elaborações textuais foram constituídas a partir do ano como referência temporal⁴⁰, apresentando características próprias da oralidade e estruturadas desde um conjunto de “flashes”. Outro recurso comum em boa parte das produções recebidas foi a utilização de histórias contadas por familiares ou responsáveis sobre os primeiros anos de vida. O ingresso na escola também foi muito recordado, talvez pela situação de escrita ou

³⁹ SCALDAFERRI, 2008, p. 55-56.

⁴⁰ Mesmo a década, como convenção de medida temporal, ficou distante dos relatos. O que, de certa forma, pode ser compreendido pela idade de alunos e alunas que somadas compunham média de 12 anos em abril de 2016.

mesmo pela presença significativa da instrução escolar nos primeiros anos de existência dos estudantes.

A tendência percebida nos trabalhos analisados permite afirmar que os estudantes admitiram a possibilidade de múltiplos pontos de vista em uma mesma narrativa, no entanto reservaram para si, como autores, o monopólio da versão mais fidedigna. A maior parte dos trabalhos também reconheceu a importância dos personagens para a narrativa e sua relevância, inclusive, enquanto fonte. A respeito da utilização de outros recursos e fontes para a investigação de sua história de vida, os estudantes não identificaram possibilidades além da sua própria memória e a de familiares. Em relação à localização dos acontecimentos no espaço, a cidade, de residência e/ou nascimento, e a instituição escolar aparecem como referência espacial central. A escola também é o marco temporal predominante na escrita, identificado como um momento em que ocorre uma aceleração da vida. Por fim, majoritariamente os estudantes expuseram que é possível através da história dar conta da complexidade que marca a existência de uma pessoa. No caso das respostas negativas, o argumento predominante esteve relacionado com o fato de que a seleção dos elementos que constituíram seus enredos, em detrimento de outros, impediu a compreensão de uma vida por inteiro.

A escrita autobiográfica dos estudantes e a análise das respostas ao questionário aplicado foram retomadas na discussão que visou construir uma conceituação inicial para a escrita da história. Para tanto, a metodologia foi a aula expositiva estruturada a partir de quatro definições prévias: o termo “história” foi utilizado inicialmente pelas culturas antigas mediterrânicas com o sentido de investigar e registrar acontecimentos do presente; a história ocupa-se do estudo dos acontecimentos que marcaram a trajetória dos grupos sociais no tempo; estuda mudanças e permanências que marcaram a existência de homens e mulheres; e a história é uma forma de investigação orientada por conceitos a partir dos vestígios deixados por aqueles ou aquelas que participaram, testemunharam ou registraram acontecimentos.

Ao expor aos alunos e às alunas definições amplas, mas ao mesmo tempo complexas, sobre a produção e os objetivos do conhecimento histórico, procurou-se deslocar o debate da escrita autobiográfica para o papel e os diversos sentidos que narrativas históricas assumem em uma determinada coletividade. Além disso, e não menos importante, foi a possibilidade de aproximação dos integrantes das turmas com noções, tais como: “investigação”,

“acontecimento”, “mudança”, “permanência” e “vestígio”, que compõem o vocabulário básico da produção e da escrita da história. Considerando as raras manifestações orais, o debate centrado em proposições teóricas mais complexas inicialmente pareceu intimidar os estudantes. A conversa ganhou maior adesão quando o professor estabeleceu um exemplo para cada definição de história propostas, possibilitando perceber que foi comum nas duas turmas a presença de uma compreensão do conhecimento histórico como centrado no sujeito. Tal percepção, quando confrontada pelo docente, obtinha como resposta uma perspectiva subjetivista, onde a ação humana na história era justificada pela possibilidade do exercício do livre arbítrio.

Helenice Rocha, ao analisar o desempenho dos alunos do 5º ano, último antes do seu ingresso nos anos finais ensino fundamental, das redes pública e privada, a partir de números do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb, 2005), observou que três quartos dos alunos da rede pública encontravam-se nos níveis de não alfabetizados, alfabetizados precariamente ou no nível de leitura rudimentar. Significativamente 90% dos estudantes avaliados não alcançaram o nível de leitura e escrita considerado adequado para o prosseguimento dos estudos nas séries finais do ensino fundamental⁴¹. A situação coloca a questão de como ensinar História, disciplina que prescinde de domínio mínimo de leitura e escrita, para os alunos da educação básica.

A disciplina História não está imune à cultura escrita como referência ocidental de racionalidade, utilizando-se da escrita como campo de saber. Seguindo Michel de Certeau, Helenice Rocha definirá “a história [como] uma operação sobre o discurso”. O que coloca a necessidade do domínio da leitura e da escrita, da capacidade de hierarquizar informações na referência a eventos e processos descontextualizados. Estas especificidades da narrativa histórica precisam ser consideradas no enfrentamento dos alunos e das alunas com a escrita da história, pois torna a leitura um procedimento específico desta área de conhecimento. Logo, o aprendizado em história não prescinde apenas de habilidades de leitura e escrita, mas também da compreensão da narrativa histórica como forma de organização específica do discurso sobre o tempo. Nesse sentido, os estudantes necessitam das competências da leitura e da escrita para participar, a seu modo, no processo de interpretação inerente ao conhecimento histórico, inclusive na história escolar⁴².

⁴¹ ROCHA, 2010, p. 124.

⁴² *Ibid.*, p. 128-129.

Os planos de aula apresentados até aqui foram organizados como preparação para o debate sobre fontes históricas e o protagonismo do historiador como mediador especializado entre o passado e sua representação narrativa: a história. No entanto, com o transcorrer das atividades e na análise da produção escrita das turmas, optou-se por retomar a relação entre a escrita da história e a vivência do tempo pelas sociedades humanas. Através da apresentação de imagens e da construção de relógios de areia (ampulhetas) foram retomadas as formas rudimentares de medida do tempo cronológico em diferentes sociedades. Também a revisão dos movimentos de *rotação* e de *translação* possibilitou introduzir o debate sobre os períodos curtos. E, partindo do calendário cristão, discutir períodos longos, como: século, milênio e era (Apêndice B, p. 147-148). A primeira consideração sobre a retomada destas noções foi a pouca familiaridade das turmas com a expressão dos séculos em algarismos romanos, bem como a “naturalização” do calendário cristão como ferramenta inequívoca para a organização do tempo social. Antes de investir na problematização de que não “é o tempo que passa: o que passa é a vida dos homens e de suas sociedades, sendo o tempo o parâmetro que mede este transcurso e esta duração”⁴³ e suas implicações para o conhecimento histórico, optou-se por revisar as convenções e ferramentas desenvolvidas para mensurar o tempo.

Na mesma direção, para esquematizar a discussão sobre temporalidades foi utilizada uma *linha do tempo* como ferramenta de aprendizagem para abordar o calendário enquanto artefato cultural, colocando em paralelo os calendários cristão, judaico, muçulmano, chinês e maia. A utilização da *linha do tempo* como recurso didático não pressupõe adesão a uma compreensão metódica do conhecimento histórico, marcada pela distribuição contínua, homogênea e por uma relação de causalidade entre acontecimentos precedentes e sucessivos. Desta forma, tem-se em conta que “ainda que demarcar o processo histórico com algumas datas divisórias seja metodologicamente útil, o procedimento não dá conta das várias dimensões que o tempo social possui”⁴⁴ e que o conhecimento histórico obedece a “ritmos” e “passos” singulares. No entanto, através do método comparativo, o debate proposto na aula de história mirava a visualização reflexiva dos calendários como artefatos relacionados à cultura de cada povo, a uma época e a um lugar, ou seja, como criações culturais e não recursos naturais.

⁴³ PETERSEN; LOVATO, 2013, p. 231.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 232.

2.2 O HISTORIADOR E SUAS FONTES: ESBOÇANDO UMA NOÇÃO DE FONTE HISTÓRICA

A retomada da discussão sobre a constituição de fontes históricas ocorreu com uma nova avaliação dos escritos pessoais de alunos e alunas, através da leitura de alguns excertos⁴⁵ na aula de história. A seleção das passagens procurou oferecer exemplos que pudessem estabelecer respostas para três questionamentos próprios do método histórico: Quem agiu? Quando aconteceu a ação? E onde ocorreu a ação? Depois de refletir sobre a historicidade de suas narrativas, os estudantes foram convidados a investigar, à luz das questões apresentadas, uma passagem do material didático que introduz o contato entre indígenas e europeus em terras do continente americano:

Em 22 de abril de 1500 chegavam ao Brasil 13 caravelas portuguesas lideradas por Pedro Álvares Cabral. À primeira vista, eles acreditavam tratar-se de um grande monte, e chamaram-no de Monte Pascoal. No dia 26 de abril, foi celebrada a primeira missa no Brasil. (BRAICK, 2011, p. 26).

A partir do trecho que destaca a chegada portuguesa no atual território brasileiro foi proposto aos estudantes analisar quais os sujeitos da ação, a temporalidade e o espaço informado pelo fragmento. Os portugueses, representados na figura de Pedro Álvares Cabral, foram identificados como os sujeitos da ação, assim como, a partir das datas oferecidas no texto fora possível localizar a cena em um intervalo de quatro dias, desde a chegada até a realização da primeira celebração religiosa. No entanto, o local onde ocorre a cena motivou debate nos grupos permitindo a reflexão sobre o espaço como “uma *construção social*. Tal como em relação ao tempo, a distorção que frequentemente se produz é conceber o espaço como um *dado*, obscurecendo assim a presença de uma *operação social* que produz a construção e a representação do espaço”⁴⁶. Ainda que, segundo Petersen e Lovato, a questão do espaço não tenha merecido a atenção desejável no trabalho dos historiadores, a problematização do “Brasil” como espaço construído socialmente já no século XV revelou-se muito profícua na aula de história no ensino fundamental.

⁴⁵ A escolha de excertos da produção textual autobiográfica dos estudantes para leitura em sala de aula procurou manter o anonimato de seus autores ou autoras, preservando a relação de confiança entre os integrantes das turmas e o docente.

⁴⁶ PETERSEN; LOVATO, 2013, p. 239. Destaque em *itálico* das autoras.

Os documentos⁴⁷ foram inseridos na aula divididos em quatro grupos: registros escritos, iconográficos, relatos orais e cultura material. Foram relacionados exemplos de documentos em cada um dos grupos, entre os quais um foi escolhido para ser discutido mais detalhadamente. Entre os registros escritos um trecho da *Carta de Pero Vaz de Caminha*⁴⁸; entre os iconográficos a tela *Primeira Missa no Brasil*⁴⁹, de Victor Meirelles; para os relatos orais foi reproduzida uma situação de entrevista retirada do filme *Narradores de Javé*⁵⁰; e para cultura material foram selecionados objetos já utilizados no cotidiano escolar, como mimeógrafo e sineta. Nesta primeira aproximação entre os estudantes pesquisadores e os elementos constituintes da investigação em história operou-se com a noção de fonte histórica como “aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema. Ela é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo”⁵¹. Esta matéria-prima, como indício do passado, “refere-se a manuscritos, livros impressos, prédios, mobília, paisagem (como modificada pela exploração humana), bem como a muitos tipos diferentes de imagens: pinturas, estátuas, gravuras, fotografias”⁵².

Seguida da visualização de cópias digitais da documentação e do manuseio dos objetos, foram propostas as seguintes questões: qualquer vestígio é fonte histórica independentemente do trabalho e da seleção do/da historiador/a? Os vestígios necessitam das questões formuladas pelo/a historiador/a para tornar-se fonte histórica? As duas proposições apresentam-se, a primeira vista de maneira bastante simples, porém estão no centro de um debate complexo e no qual figuram diversas posições que resultam, por sua vez, em intrincadas formulações teórico-metodológicas sobre a produção do conhecimento histórico. No entanto, um consenso sobre a temática das fontes é o abandono de uma concepção de

⁴⁷ Será utilizado o termo documento ou documentos, e suas variantes, tais como: documentação e registros documentais, em uma perspectiva que procura enfatizar que a “transformação” do documento em fonte histórica pressupõe o trabalho de questionamento do historiador, conforme definem Sílvia Petersen e Bárbara Lovato, 2013, p. 296. A diferença é sutil, ponderam as autoras, contudo importante.

⁴⁸ BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. *A carta de Pero Vaz de Caminho*. Transcrição disponível em <https://goo.gl/g7bnj2>. Acesso em: 10 mar. 2016.

⁴⁹ BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). *Primeira Missa no Brasil* (1858-1860). Óleo sobre tela, 270 x 357 cm, de Victor Meirelles. Disponível em <https://goo.gl/uZafR3>. Acesso em: 10 mar. de 2016.

⁵⁰ No trecho selecionado Antonio Biá registra a história do herói Indalécio. Ao sugerir adaptações na história, Biá também é seu protagonista mesmo em uma posição de escuta. Outro aspecto importante no fragmento é a distância entre oralidade e escrita. NARRADORES DE JAVE. Riofilme, 2003.

⁵¹ Uma fonte histórica, segundo José Barros, possui, pelo menos, duas funções: a de permitir acesso aos fatos históricos que o historiador pretende reconstruir ou interpretar e na condição de “testemunho” ou “discurso” de uma época a ser investigada pelo profissional de história. BARROS, 2015, p. 63. Ainda, Pedro Paulo Funari recupera que a noção de fonte, como depósito abundante de informações a ser analisado pelo historiador, dialoga com o cientificismo do século XIX e a preocupação da época com a “descoberta dos fatos verdadeiros”, FUNARI, 2008, p. 85.

⁵² BURKE, 2004, p. 16.

documento tributária do que Jacques Le Goff denomina como “a ilusão positivista” que “via no documento uma prova de boa-fé, desde que fosse autêntico”⁵³. Desta forma, como apontam Leandro Karnal e Flavia Tatsch, a concepção metódica de documento privilegiava a heurística documental, ou seja, a busca, a seleção, a crítica e a classificação dos documentos são eleitas como as preocupações do historiador⁵⁴.

O alargamento do conteúdo do termo documento, segundo Le Goff, foi produzido nos anos 1960 e mereceu ser chamado de revolução documental⁵⁵. Na ocasião, a Escola dos *Annales* colaborou para a redefinição da noção de fonte ao propor também a ampliação do objeto do historiador para tudo que fosse humano. O que, conseqüentemente, também ampliou a tipologia das fontes necessárias ao trabalho historiográfico. Tão importante quanto a problematização do campo de atuação do historiador e das fontes que poderia lançar mão, está a compreensão na crítica documental de que:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo a ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 2003, p. 535-36)⁵⁶.

Deste modo, inspirado nas considerações de Michel Foucault em *A Arqueologia do saber*, Jacques Le Goff constrói uma definição na qual o documento é transformado em monumento quando utilizado pelo poder para impor, voluntariamente ou não, uma imagem de si para o futuro. Logo, cabe ao historiador criticá-lo para além da sua condição de “falso” ou “verdadeiro”, haja vista que, nesta perspectiva, a crítica quanto à “veracidade” da fonte continua sendo uma providência útil, porém não possui o estatuto de interditar a utilização do documento como matéria-prima da elaboração do conhecimento histórico. Portanto, a tarefa historiográfica consiste em desmontar, desestruturar o documento e verificar as condições em que foi produzido.

É notório que uma discussão mais aprofundada sobre concepções de documento e fonte histórica se apresenta de maneira subterrânea nos objetivos disciplinares da história no

⁵³ LE GOFF, 2003, p. 535. Para posições semelhantes ver também: BARROS, 2015, p. 64; PETERSEN; LOVATO, 2013, p. 294; KARNAL; TATSCH, 2012, p. 13.

⁵⁴ KARNAL ; TATSCH, 2012, p. 14.

⁵⁵ LE GOFF, 2003, p. 531.

⁵⁶ Para uma perspectiva na qual fonte e história são consideradas enquanto produtos discursivos produzidos pelo historiador sobre os vestígios do passado, ver: JENKINS, 2011, p. 82. Sobre o caráter textual e discursivo das fontes históricas e as implicações para a historiografia, ver: FALCON, 2011, p. 164 e 169.

âmbito escolar. Não obstante, uma das possibilidades que este trabalho pretende indicar é que já na escola os estudantes sejam animados a refletir sobre o conhecimento histórico como algo que também possui historicidade e do trabalho realizado por historiadores, como grupo social especializado na formulação e na mediação de múltiplas representações sobre o passado. Para tanto, procurou-se mediar o debate a partir de uma concepção na qual “nem o sujeito nem o objeto apresentam o domínio total da mensagem no diálogo que dizemos chamar-se História⁵⁷”, reiterando o aspecto de construção permanente do conhecimento histórico.

Depois de um momento de aproximação e “explosão” de ideias, as turmas foram divididas em grupos de até seis integrantes para manusear fotocópias de documentos escritos na sala de aula. Foram oferecidos recortes de jornais, certidões de imóveis e exemplares do Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul (Anexo A, p. 126-140). A documentação abordava dados biográficos de Olintho de Oliveira, que empresta seu nome para a unidade educacional, certidões de registro imobiliário do prédio mais antigo do conjunto arquitetônico da escola e a trajetória da instituição, desde a criação como grupo escolar até tornar-se escola estadual de ensino fundamental.

A metodologia de trabalho mostrou-se pouco eficaz já no primeiro encontro da semana. Desde a organização dos alunos e das alunas em grupos na primeira turma até a pouca concentração na análise do material, o ambiente da atividade coletiva manteve-se barulhento, desorganizado e propício para a dispersão. A distribuição de apenas dois exemplares documentais para cada grupo de cinco ou seis estudantes dificultou a interação de todos do grupo com o material. Mesmo que o objetivo da atividade fosse proporcionar um contato preliminar entre registro documental e jovens pesquisadores, os questionamentos levantados, e a falta destes, bem como a pouca concentração indicaram a necessidade de readequação do método.

Na mesma semana outra dinâmica foi proposta, quando o trabalho com a documentação foi realizado em duplas e focado na construção de impressões coletivas sobre o material analisado. Foram manuscritos na lousa das salas de aula três orientações durante o processo de leitura: fazer perguntas para o documento; ler mais de uma vez, sempre; e refletir sobre o que “diz” a documentação. Depois que alunos e alunas efetuaram a leitura das fontes e

⁵⁷ KARNAL; TATSCH, 2012, p. 13.

foram estimulados a propor hipóteses sobre o material recebido, a lousa foi dividida para a distribuição das potenciais fontes de acordo com o conteúdo abordado. Ao final da atividade, os estudantes propuseram a divisão dos documentos em três grupos temáticos: compra e venda do “casarão”, criação e alteração do nome da escola e notícias sobre o personagem Olintho de Oliveira.

Na semana subsequente as turmas foram desafiadas a novamente manusear a documentação juntada em pesquisa preliminar efetuada pelo professor e preencher um guia de pesquisa (Apêndice C, 149). Todos os estudantes presentes, com maior ou menor dificuldade, conseguiram realizar a tarefa. O trabalho solicitou que fosse informado o tipo de registro analisado, o acervo ao qual pertencia, a datação do documento e uma breve descrição do assunto tratado. Com a maior interação com o material disponível para a análise e a separação temática das fontes realizada no encontro anterior, também surgiram as primeiras hipóteses da relação existente entre o conjunto documental estudado e o espaço escolar.

Na descrição das fontes foi possível identificar um padrão, permitindo a inclusão dos alunos e alunas pesquisadores em dois grupos. No primeiro grupo o trabalho com a documentação resultou em descrições a partir da cópia de trechos dos documentos consultados, portanto, sem apresentar texto autoral dos alunos. Enquanto no segundo grupo foi possível identificar construções descritivas que partiram de texto próprio dos agentes da análise, incluindo, em alguns casos, a formulação de hipóteses preliminares sobre o potencial explicativo de exemplares específicos no conjunto da documentação.

A seguir será discutido o conteúdo das fichas de pesquisa preenchidas pelos alunos e pelas alunas pesquisadores. A primeira passagem que merece destaque registra a transmissão por herança do imóvel mais antigo do conjunto edificado da escola:

No livro na página 58 do serviço registral imobiliário do teor nº 17451 do dia 5 de abril de 1944 da propriedade do Dr. Israel Baptista o terreno dele tem a largura de 21,48m e a extensão de 13,24m com Dr. Tibúrcio. O tenente coronel Candido Alves do transmitente: herança de José Baptista partilha do valor de CR\$ 70.000,00⁵⁸. (aluno, 11 anos; aluno, 11 anos; aluno, 11 anos).

⁵⁸ A certidão com a transcrição da folha 58 do livro “3L/1” do Serviço Registral Imobiliário trata da transmissão de imóvel situado à Rua da República, 635, de José Baptista Soares da Silveira Souza Filho para Cypriana Baptista de Mesquita, como herança do primeiro estabelecida em partilha de 1909. PORTO ALEGRE. Registro de Imóveis da 2ª Zona. *Certidão*, Porto Alegre, 5 de abril de 1944.

O excerto serve como exemplo da interação dos estudantes com os documentos, quando mesmo defrontados com a aridez de uma certidão imobiliária conseguiram estabelecer os personagens e a motivação da transação.

Sobre o mesmo tema, analisando fonte da transferência de propriedade do sobrado por venda ou herança, outro grupo de alunos identificou o teor do documento: “Fala sobre a venda do casarão é o registro de imóveis e a carta de sentença. O casarão era de José Baptista”⁵⁹ (aluna, 11 anos; aluno, 11 anos; aluna, 12 anos), informação que é mais detalhada na descrição “Essa certidão fala sobre registro de imóveis. Prédio da rua República nº 635 extensão de 21,48m. Bairro: Cidade Baixa. Proprietário: o Estado do Rio Grande do Sul. Incluídos [ilegível] do prédio com propriedade que é ou foi de José Baptista Soares da Silveira e Souza”⁶⁰ (aluna, 13 anos).

Também merece destaque as descrições nas quais é possível perceber maior riqueza de detalhes, como: “O casarão fica na Rua República nº 635 bairro cidade baixa. O casarão assobrado [sic] era fora do alinhamento da rua. Tem uma escritura de doação no 20º tabelionato. Matrícula 58.290”⁶¹ (aluna, 11 anos; aluno, 11 anos; aluna, 12 anos), que destaca o não alinhamento do terreno à rua e a característica assobradada da construção. Bem como, o registro do momento da medição do terreno: “Eles no dia 17/03/1982 mediram os terrenos pra vê onde se localiza, quantos metros tem”⁶² (aluno, 11 anos; aluno, 11 anos; aluno, 12 anos), enfatizando a informação do documento que indica os procedimentos para sua formulação.

Finalmente, a tentativa melhor desenvolvida de construção textual a partir da análise documental pode ser expressa no excerto “[...] o primeiro proprietário [e] que foi passado de geração em geração até ficar com o estado [sic] que permanece com ele até hoje. E é graças ao Estado que temos a escola Olintho de Oliveira”⁶³ (aluno, 11 anos). A elaboração textual

⁵⁹ A certidão com a transcrição da folha 294 do livro “3-CP/2” do Serviço Registral Imobiliário trata da transmissão de imóvel de José Baptista Canabarro e Ligia Silveira Canabarro para o Estado do Rio Grande do Sul, com a finalidade de cumprimento de carta de sentença do 2º Cartório dos Feitos da Fazenda Pública em 7/5/1969. PORTO ALEGRE. Registro de Imóveis da 2ª Zona. *Certidão*, Porto Alegre, 27 de junho de 1969.

⁶⁰ Cf. Registro de Imóveis da 2ª Zona. *Certidão*, Porto Alegre, 27 de junho de 1969.

⁶¹ A certidão com a transcrição da folha 1 do livro 2, matrícula 58.290, do Serviço Registral Imobiliário atesta a transferência por doação de imóvel do Estado do Rio Grande do Sul para o Município de Porto Alegre. PORTO ALEGRE. Registro de Imóveis da 2ª Zona. *Certidão*, Porto Alegre, 28 de fevereiro de 1983.

⁶² Cf. Registro de Imóveis da 2ª Zona. *Certidão*, Porto Alegre, 27 de junho de 1969.

⁶³ Cf. Registro de Imóveis da 2ª Zona. *Certidão*, Porto Alegre, 27 de junho de 1969.

tenta indicar a passagem do tempo no uso do termo “geração” e também explicita que a aquisição do imóvel pelo poder estatal implicou na alteração de seus usos.

Quando os alunos pesquisadores se defrontaram com a tarefa de descrever as decisões do Governo do Estado ou da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul publicadas no Diário Oficial do RS, o padrão foi a cópia literal do conteúdo da fonte, embora alguns estudantes tenham construído textos descritivos com marca pessoal. As decisões selecionadas informam a trajetória da unidade escolar incluindo decretos e portarias que tratam da criação, das alterações de nome e de “status” da escola no sistema de ensino estadual. O fragmento: “O Governador do estado do RS decreta: criar um grupo escolar de 5ª entrância e 2ª categoria a Rua José do Patrocínio nº 954 nessa capital⁶⁴” (aluna, 12 anos; aluno, 13 anos) é um exemplo do ato de seleção dos alunos ao manejar o documento que estabeleceu a criação do grupo escolar, hoje escola de ensino fundamental.

O mesmo procedimento de seleção também pode ser observado no decreto que estabelece a denominação do grupo escolar “[...] Governador do estado do RS decreta: é denominado ‘Professor Olintho de Oliveira’ o grupo escolar à Rua José do Patrocínio nº 954⁶⁵” (aluna, 12 anos; aluno, 13 anos) e na decisão da Secretaria da Educação que unificou o grupo com uma unidade ginásial: “O secretário do Estado da Educação unifica o grupo escolar Professor Olintho de Oliveira e cria o ginásio Sir Winston Churchill⁶⁶” (aluno, 13 anos; aluna, 12 anos). Não há nos dois casos citados marcas de uma tentativa de reescrita do conteúdo da fonte analisada, porém, os elementos descritos denotam a capacidade de leitura em desenvolvimento pelos estudantes.

⁶⁴ Decreto assinado pelo Governador Ildo Meneghetti e pelo Secretário de Educação e Cultura Liberato Salzano Vieira da Cunha que tem como objeto a criação de um Grupo Escolar, situado à Rua José do Patrocínio, 954, em Porto Alegre. RIO GRANDE DO SUL. Decreto Nº 6945, de 16 de março de 1956. Publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 17 de março de 1956, p.01. Disponível em: <http://corag.rs.gov.br/doe>.

⁶⁵ Decreto assinado pelo Presidente da Assembleia Legislativa, no exercício do cargo de Governador do Estado, Alberto Hoffmann e pelo Secretário de Educação e Cultura Ariosto Jaeger que nomeia o Grupo Escolar, situado à Rua José do Patrocínio, 954, de “Professor Olintho de Oliveira”. A homenagem ocorreu pouco mais de um ano da passagem do médico dedicado à especialidade pediátrica. RIO GRANDE DO SUL. Decreto Nº 8348, de 13 de dezembro de 1957. Publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, de 18 de dezembro de 1957, p.39. Disponível em: <http://corag.rs.gov.br/doe>.

⁶⁶ A Portaria assinada pelo Secretário da Educação Substituto Plácido Steffen tem por objeto a unificação do Grupo Escolar Professor Olintho de Oliveira e do Ginásio Estadual Sir. Winston Churchill sob o nome de Escola Estadual de 1º Grau Professor Olintho de Oliveira. RIO GRANDE DO SUL. Portaria Nº 174.848, de 08 de abril de 1980. Publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, de 14 de abril de 1980, p.01. Disponível em: <http://corag.rs.gov.br/doe>.

Embora predominante, a cópia literal de trechos das decisões publicadas no Diário do Estado não foi o único recurso utilizado pelos jovens pesquisadores. No trecho: “Esse documento fala sobre o decreto e seu artigo 1, que fala sobre um grupo escolar de 5ª entrância e 2ª categoria à Rua José do Patrocínio nº 954 nesta capital. No artigo 1 é denominado Professor Olintho de Oliveira o grupo escolar à Rua José do Patrocínio⁶⁷”, (aluno, 12 anos). Da mesma forma no fragmento: “Fala sobre o decreto que altera a lotação numérica de professores de unidades primárias. Unidade escolar Rua República. A alteração no decreto aconteceu em 12 de março de 1956, na escola Olintho de Oliveira⁶⁸”, (aluno, 14 anos). As passagens são resultado do esforço de síntese dos alunos pesquisadores ao analisar o conteúdo da documentação. Além disso, o termo “fala” remete também a uma postura de “escuta” daquilo que o documento informa, em uma atitude de investigação a partir dos registros documentais.

Ao analisar a cobertura da imprensa sobre o falecimento de Olintho de Oliveira, as descrições produzidas pelos alunos e pelas alunas mantêm duas características já identificadas: a reprodução de parte da fonte e a tentativa de descrição a partir de construções textuais com marca pessoal. No trecho “Dr. Olímpio Olinto de Oliveira [...], a homenagem justa a uma das maiores expressões da Medicina brasileira, significa para nós recordar dias já distantes da segunda década do século, quando nos reunimos no porão da sua casa da rua de S. Antônio (morávamos ao lado)⁶⁹” (aluna, 11 anos; aluna, 11 anos; aluna, 11 anos), a opção foi copiar parte do texto laudatório sobre o médico. O que se repete no fragmento:

⁶⁷ Cf. RIO GRANDE DO SUL. Decreto Nº 8348, de 13 de dezembro de 1957. Publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, de 18 de dezembro de 1957, p.39. Disponível em: <http://corag.rs.gov.br/doe>.

⁶⁸ Decreto assinado pelo Governador Ildo Meneghetti e pelo Secretário de Educação e Cultura Liberato Salzano Vieira da Cunha que altera a lotação numérica de professores de unidades escolares do Estado. O Grupo Escolar, situado à Rua da República, 635, conta na relação anexa com 25 professores. O decreto estabelece ainda que nas unidades escolares não relacionadas estava mantida a lotação numérica de professores definida pelo Decreto Nº 4881, de 22 de fevereiro de 1954. RIO GRANDE DO SUL. Decreto Nº 6943, de 13 de março de 1956. Publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, de 16 de março de 1956, p.002. Disponível em: <http://corag.rs.gov.br/doe>. A distribuição dos professores foi estabelecida pelo Decreto Nº 1.192, de 05 de abril de 1950, que tem como objeto a regulamentação do ingresso e do reingresso no magistério primário do Estado e define em seu artigo 13 que: “Tomar-se-á em conta, na designação da escola, quando possível, a zona de residência do professor, respeitados, exceto em casos previstos neste decreto, os quadros de classificação e de vagas de primeiro estágio, mencionados nos artigos 6º e 7º.”

⁶⁹ Na seção “Vultos da Pátria”, Antônio Almeida traça o perfil biográfico do “Professor Dr. Olímpio Olinto de Oliveira”. Como argumento inicial o autor enfatiza que escreve a partir de uma relação de convivência com o personagem, através da contemporaneidade e proximidade que possuía dos filhos do biografado. O texto apresenta dados da vida privada, da formação e da atuação profissional do personagem, quase sempre em tom laudatório. Olímpio de Oliveira teria sido o segundo de oito irmãos, teria nascido em 05-01-1865/66 e falecido a 22-05-1956. Realizou estudos no Rio de Janeiro, quando se especializou em pediatria, e retornou ao Estado onde clinicou e lecionou. Casou-se na capital em 21-05-1889 e foi pai de sete filhos. Titular da cátedra de Clínica Pediátrica da Faculdade de Medicina, em 1917, por ocasião do falecimento do Dr. Luis Masson, postulou a

[...] Era o ilustre Riograndense uma das grandes expressões da medicina brasileira – Fundador da Faculdade de medicina desta capital, campanhas de higiene, pediatra em favor da infância o seu devotamento pela medicina infantil vinha desde o curso acadêmico como um dos discípulos prediletos do grande especialista Professor Moncorvo.⁷⁰, (aluna, 11 anos).

Uma característica enfatizada frequentemente nas publicações *post mortem* do personagem foi sua atenção aos cuidados com a infância. Essa temática, predominante no material analisado, também mereceu destaque por parte dos estudantes ao analisar os registros.

Ainda no mesmo tema, o noticioso sobre o falecimento de Olinto, a passagem: “Na página 16, foi feita uma homenagem ao professor Olinto de Oliveira pelo seu falecimento e todos os seus alunos se juntaram para criar essa grande homenagem a ele. Ele morreu quinta-feira, 24 de maio de 1956”⁷¹ (aluna, 13 anos; aluna, 12 anos; aluno, 11 anos) é um exemplo no qual os alunos pesquisadores organizam a descrição a partir da localização da informação “na página 16” destacando as homenagens que teria recebido o falecido e os dados sobre sua morte: “Ele morreu quinta-feira, 24 de maio de 1956”, reiterando o que podemos interpretar como preocupação dos estudantes em descrever com a maior precisão possível o acontecimento narrado pela fonte. Em outro exemplo, verificado no fragmento:

Falecido Dr. Olintho de Oliveira formado em medicina fundador de uma faculdade. Ele foi tão importante para a medicina que uma escola teve como dedicatória seu

titularidade da cátedra de Clínica Médica, pedido que foi indeferido com a entrega da vaga ao Professor Dr. Aurélio de Lima Py. A negativa fez com que Olinto de Oliveira renunciasse ao posto que ocupava e mudasse para o Rio de Janeiro, onde instalou consultório e dirigiu o Departamento Nacional da Criança. ALMEIDA, Antônio da Rocha. Dr. Olímpio Olinto de Oliveira, *Correio do Povo*, sem data.

⁷⁰ O texto enfatiza a vida profissional de Olintho de Oliveira, com especial atenção ao trabalho realizado pelo pediatra, professor e colaborador do Jornal *Correio do Povo* no cuidado com a infância. É na dedicação ao trato das crianças que Olintho galgou postos na administração pública na Capital Federal, travando disputas especialmente com Martagão Gesteira acerca das políticas destinada à infância, e conquistou a maioria das honorarias recebidas. Além disso, mereceu destaque a atuação do médico em atividades relacionadas à arte e às letras, como fundador, ao lado de outros, da Academia Rio-grandense de Letras. Faleceu ontem no Rio de Janeiro o professor Olintho de Oliveira, *Correio do Povo*, 23 de mai. de 1956, p. 10 e 16. Para mais da disputa entre Olintho de Oliveira e Martagão Gesteira em torno da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância (DAMI) e do Instituto de Puericultura, ver: MEDEIROS, Helber Renato Feydit de. O passado e o presente da puericultura através da história do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira. In: *Anais. XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

⁷¹ Escrito por um médico, ex-aluno e amigo, segundo apresentação do próprio autor, a coluna enfatiza o trabalho precursor de Olintho de Oliveira na área da pediatria. Durante o texto fica bastante evidente a relação próxima entre autor e homenageado, mesmo que ao citar a renúncia de Oliveira a titularidade da cátedra de Clínica Pediátrica da Faculdade de Medicina, o autor apenas tenha feito referência breve a aposentadoria do mestre, sem esclarecer suas circunstâncias. Logo depois Raul Moreira prossegue citando o convite que recebeu de Sarmiento Leite para concorrer ao cargo deixado pelo mestre, que passou a ocupar como substituto até 1930 e depois de forma efetiva. MOREIRA, Raul. Olinto de Oliveira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25 de mai. 1956, p. 16.

nome na Escola Estadual de E. F. Olintho de Oliveira. Ele promoveu uma propaganda sobre as crianças e meios de protegê-las⁷², (aluna, 11 anos; aluna, 11 anos; aluna, 11 anos).

Na passagem, a relevância social da trajetória do médico e professor é analisada a partir da homenagem que lhe foi rendida ao dar-lhe o nome de uma instituição escolar. Tal percepção é indício da clareza que alunos e alunas possuem dos mecanismos de reconhecimento social e do papel das unidades escolares, como espaço privilegiado para a perpetuação de memórias positivas sobre os personagens que as identificam.

2.3 APRENDER HISTÓRIA A PARTIR DAS NOÇÕES DE PATRIMÔNIO CULTURAL E PATRIMÔNIO ESCOLAR

Ao propor a reflexão sobre o sobre o ofício do historiador a partir da investigação do processo de patrimonialização do espaço escolar, e considerar esta investigação como possibilidade de ensino e aprendizado na disciplina História para alunos e alunas dos anos finais do ensino fundamental, procura-se dialogar com a concepção pedagógica na qual “o objeto é tratado como indício de traços culturais que serão interpretados no contexto da exposição do museu ou na sala de aula⁷³”. O objetivo é refletir a partir e com a cultura material compreendida como tudo que é feito ou utilizado pelo homem⁷⁴ e considerada como uma das dimensões da experiência social. E, além disso, oferecer instrumentos para que os estudantes compreendam o “ciclo de vida” de um prédio, os vários usos de uma edificação, como a patrimonialização do espaço passa a compor a memória e que posição pode ocupar na projeção de futuro da comunidade escolar.

Francisco Ramos ao pensar a educação histórica através dos objetos indica como ponto de partida os “objetos geradores” definidos como aqueles “significativos para os alunos,

⁷² Faleceu ontem no Rio de Janeiro o professor Olintho de Oliveira, *Correio do Povo*, 23 de mai. de 1956, p. 10 e 16.

⁷³ RAMOS, 2004, p. 22.

⁷⁴ Desde o século XVI objetos e edifícios antigos mereceram a atenção de renascentistas e antiquários, seja por seu valor artístico, servindo de modelo ou mesmo como curiosidade, em atividades que podem ser consideradas precursoras da Arqueologia. No entanto, apenas no século XIX, vinculada com a centralidade que o documento assumiu na escrita da história e da consequente preocupação em preservar documentos e arquivos, a cultura material adquiriria o status de fonte histórica, inclusive com a intensificação de empreendimentos arqueológicos para a coleta e divulgação de artefatos e edifícios, FUNARI, 2008, p. 84-85.

ou participantes de determinado grupo⁷⁵.” O autor estende para a sala de aula a possibilidade de uma pedagogia dos objetos, enquanto pensa o ensino de história no espaço museológico. Seguindo Ramos, a intenção é pensar o “objeto gerador”, no caso deste trabalho o espaço físico da escola, como matéria-prima para a reflexão histórica e discussão do processo de patrimonialização do espaço escolar. A comparação entre objetos produzidos no passado com outros do presente pode configurar-se no ponto de partida para a construção de uma noção de historicidade ao chamar a atenção para o seu ciclo de vida: nascimento, morte e transformação. E, ainda, oferecer subsídio para a meditação sobre o trabalho humano na criação destes artefatos e como se dá, em ocasiões distintas, seus usos⁷⁶. Para os objetivos deste trabalho a noção de “ciclo de vida” é importante para pensar os usos da edificação mais antiga da escola e o seu percurso até tornar-se alvo de inventário pela municipalidade de Porto Alegre.

Considerando que a edificação investigada figura na relação de construções inventariadas pelo poder municipal, para este texto impõe-se o debate sobre o que merece ou não o “status” de patrimônio cultural. No caso brasileiro, a trajetória das discussões sobre o tema levou à formulação que dividiu a noção de patrimônio cultural entre material e imaterial. Márcia Chuva, ao retomar a historicidade do conceito, aponta a contradição do processo: ao mesmo tempo em que a figura de Mário de Andrade – considerado pioneiro ao embretar-se nos confins do país para recolher amostragens do que seria uma cultura brasileira – é ainda referenciada nos órgãos responsáveis pelas políticas públicas da área, sua “concepção integral da cultura” não prevaleceu como consenso.

Na reconfiguração da ideia de nação centrada no fortalecimento dos recortes identitários foi possível ampliar a noção de patrimônio e a consequente inclusão de novos objetos, bens e práticas como concorrentes ao posto de patrimônio cultural. Retomando as proposições de Andrade, tentou-se atribuir um valor nacional às manifestações culturais “passíveis de registro” e orientar uma identidade cultural brasileira que possui como esteio a diversidade⁷⁷. Entre idas e vindas, os campos do patrimônio e do folclore apenas recentemente se reencontraram no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), mas

⁷⁵ RAMOS, 2004, p. 32.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 35-36.

⁷⁷ CHUVA, 2012, p. 157 e 161. Ver também SOUZA, 2013.

mantendo, segundo Chuva, uma divisão artificial entre materialidade e imaterialidade que chancela uma política de distribuição não paritária dos recursos⁷⁸.

A construção do problema desta pesquisa dialoga com a noção de patrimônio em que a cultura material torna-se um bem cultural a partir da atribuição de valores pelos homens, portanto não possuindo valor permanente intrínseco ao objeto⁷⁹. Para tanto, parte-se do conceito oferecido por Nestor Canclini para patrimônio cultural:

o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos – não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos. (CANCLINI, 1994, p. 99).

A conceitualização apresentada pelo antropólogo argentino é importante para este trabalho na medida em que reconhece os usos dos espaços como passíveis de patrimonialização. E, mesmo que a tipologia de nosso objeto, por se tratar de uma construção de alvenaria, tenha sido hegemônica na definição do que é considerado patrimônio no Brasil, o estudo da patrimonialização do espaço escolar pode contribuir no debate sobre os critérios que tornam ou não um bem cultural de determinado grupo representativo a ponto de ser atingido por políticas públicas.

O desafio está em discutir o pressuposto identitário – necessariamente associado ao processo de patrimonialização do espaço escolar - ultrapassando o viés preservacionista e debatendo “os usos sociais do patrimônio”, entre os quais emerge a sua potencialidade para o ensino de história. Tal tarefa não deve perder de vista o patrimônio cultural como entrecruzado por disputas econômicas, políticas e simbólicas. Assim, através do que Canclini denomina paradigma “participacionista”⁸⁰, entre os possíveis desdobramentos da investigação

⁷⁸ CHUVA, 2012, p. 151, 160 e 162.

⁷⁹ *Ibid.*, 2012, p. 163.

⁸⁰ Nestor Canclini identifica quatro paradigmas nos processos de patrimonialização dos bens. O primeiro é o tradicionalismo substancialista, quando os bens históricos adquirem valor em si, o patrimônio é definido pela excepcionalidade e por uma visão a-histórica. Já o viés mercantilista está fundamentado no valor econômico que os bens possuem ou possam adquirir e no favorecimento ou não do avanço material. A perspectiva conservacionista e monumentalista, segundo o autor, está baseada no papel central do Estado para o resgate, a preservação e a custódia de bens históricos, sem, no entanto, promover o debate sobre as possíveis contradições destas escolhas patrimoniais. E, por último, o paradigma participacionista procura relacionar preservação e necessidades de determinada sociedade, privilegiando as demandas do presente, estimulando o debate democrático e incluindo entre os bens que podem ser considerados patrimônio os costumes e as crenças. Assim como procura interrogar sobre os usos dos bens, os critérios de restauração e de recepção do público para o qual são destinados, CANCLINI, 1994, p. 103-105.

está a promoção, a partir dos “produtos” da aula de história, de um debate sobre as necessidades de preservação/reformulação do espaço escolar orientado pela perspectiva de seus usos sociais.

O espaço físico ou a arquitetura é um dos elementos que compõem o patrimônio da instituição escolar. Rosa Fátima de Souza, ao problematizar o uso do termo “patrimônio escolar” no singular, apresenta outras expressões do que denomina campo da preservação educacional, como: patrimônio histórico-educativo e patrimônio educativo, este último encontrado especialmente nas publicações em língua espanhola. Apesar da utilização do vocábulo no plural potencialmente abrigar bens materiais, imateriais e suas especificidades internas (tombamento dos edifícios; acervo documental, museológico e bibliográfico; modos de fazer e praticar o ensino), neste trabalho será mantida a grafia no singular, acompanhando a autora na percepção de que assim é possível dialogar com a noção de patrimônio cultural, sem perder de vista a multiplicidade de objetos e processos definidos pela expressão.⁸¹ E, além disso, a utilização do qualificativo “escolar” pode cumprir adequadamente o objetivo de colocar a escola e suas particularidades em evidência.

Para pensar especificamente a arquitetura dos espaços de instrução formal como possibilidade de investigação na educação básica, procura-se considerar, como indica António Viñao Frago, que os objetos não falam por si e de que sua conservação e catalogação não nos levam além da construção de crônicas e cronologias dos acontecimentos. Existe, portanto, a necessidade de associação entre o espaço físico e as especificidades da unidade de ensino demarcadas pela noção de culturas escolares⁸². Neste caso, entre as alternativas para conhecer com maior profundidade o que mobiliza a pesquisa está a reconstrução do ciclo de vida do objeto, o que para o espaço físico da escola pressupõe estudar sua proposta de construção,

⁸¹ SOUZA, 2013, p. 211.

⁸² Nos estudos em História da Educação as definições de cultura escolar mais referidas são tributárias dos estudos de Jean-Claude Forquin, André Chervel, Dominique Julia e do próprio António Viñao Frago. Forquin compreende a cultura escolar como fruto de uma seleção composta pelo cruzamento de diversos saberes, os quais não integram esta mesma cultura de forma pura. Por sua vez, Julia, Chervel e Frago partem do pressuposto de que existe uma construção cultural própria do sistema escolar. Dominique Julia aponta que a cultura escolar, como conjunto de normas e práticas que viabilizam a transmissão e incorporação de conhecimentos específicos está relacionada a finalidades que podem variar em diferentes épocas. André Chervel interpreta o sistema escolar considerando a configuração das disciplinas escolares como produtos de um saber específico que emerge do funcionamento institucional baseado na circularidade cultural entre escola e sociedade. E, por fim, António Frago define como “culturas escolares” todas as manifestações práticas ocorridas no interior das escolas envolvendo alunos, professores, normas e teorias. Ainda, numa perspectiva histórica, prefere admitir a existência de “culturas escolares”, cujas especificidades podem ser verificadas pelo método comparativo. Para uma síntese mais aprofundada do debate sobre a cultura escolar como categoria de análise ver FARIA FILHO *et. al.*, 2004.

seus usos e seus usuários. E ainda os critérios que provavelmente orientaram e orientam a existência do lugar.⁸³

A despeito da densidade teórica existente em torno das noções de patrimônio cultural e escolar, essa exposição tratará também do percurso para construção de um conceito, mais ou menos complexo, de patrimônio com os alunos e as alunas protagonistas no debate sobre o tema. Objetivando a inserção dos estudantes na discussão para além da conceituação proposta no manual didático, os jovens pesquisadores foram provocados a pensar as escolhas implicadas no uso da definição *patrimônio histórico e artístico* ou na opção pela expressão *patrimônio cultural*. Esse movimento exploratório ocorreu a partir de pesquisa realizada em fontes disponíveis na Internet consultadas livremente pelos estudantes e carregou como objetivo o apontamento das aproximações e particularidades dos conceitos.

Os excertos escolhidos para demonstrar as primeiras impressões construídas pelas turmas sobre patrimônio podem ser elencados sob três perspectivas predominantes. A primeira investida dos alunos pesquisadores procurou localizar a “origem” do conceito para depois propor uma definição. No segundo conjunto de trabalhos a noção de patrimônio histórico e artístico surgiu como sinônimo de patrimônio material, enquanto, por sua vez, patrimônio cultural apareceu ligado essencialmente à imaterialidade. Por fim, a terceira vertente conseguiu localizar uma noção mais abrangente do que pode ser considerado patrimônio cultural.

A primeira passagem que informa os resultados da busca realizada pelos alunos indica que patrimônio histórico é o

conjunto de bens que contam a história de uma geração [e] faz parte do patrimônio histórico”, enquanto patrimônio cultural configura o “conjunto de bens materiais e imateriais, que contam a história de um povo através de seus costumes, que faz parte do patrimônio histórico/artístico. (aluna, 11 anos; aluno, 14 anos; aluna, 11 anos).

Embora com amplitudes distintas, a relação entre patrimônio e história “revelada” aparece nas duas definições sob o “guarda chuva” da noção de patrimônio histórico e artístico, que engloba os bens significativos para uma geração ou mesmo um povo. Outro recurso utilizado foi pontuar a origem das atividades preservacionistas ao apontar que

⁸³ FRAGO, 2012, p. 12.

a preservação do patrimônio histórico teve início como atividade sistemática no século XIX, após a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, inicialmente para restaurar os monumentos e edifícios históricos destruídos nas guerras. (aluno, 11 anos; aluna, 11 anos; aluna, 11 anos).

Mesmo que não tenha sido tratado conceitualmente do patrimônio, a passagem é representativa da relação que os alunos construíram com a disciplina História, quando o distanciamento temporal de uma ideia ou acontecimento pode adquirir força explicativa por si mesma.

Na segunda perspectiva, em maior ou menor medida, a noção de patrimônio histórico e artístico surgiu como sinônimo de materialidade, opondo-se a uma suposta imaterialidade intrínseca ao patrimônio cultural. Na definição de patrimônio histórico como “conjunto de fatos, documentos, edifícios, e objetos que compõem a história do Brasil [...]” e, por outro lado, de patrimônio cultural onde encontram abrigo “tradições, costumes, objetos, práticas alimentares” (aluno, 11 anos; aluno, 11 anos; aluno, 11 anos) há uma oposição intransponível entre a concepção hegemônica no Brasil sobre o tema do patrimônio até início dos anos 2000 e o registro de outras formas de manifestação cultural⁸⁴.

Ainda não é desprezível a inclusão do pressuposto identitário para o qual servem de prova os “objetos que compõem a história do Brasil”. E, em uma construção com mais detalhes, mas com a mesma oposição entre material e imaterial, patrimônio histórico consistiria no “conjunto de bens que contam a história de uma geração através de sua arquitetura, vestes, acessórios, mobílias, utensílios, armas, ferramentas, meios de transporte, obras de arte, documento”, enquanto patrimônio cultural pode ser compreendido como “o conjunto de bens materiais e/ou imateriais que conta a história de um povo através de seus costumes, comidas típicas, religiões, lendas, contos, danças, linguagens, superstições, rituais e festas”, (aluno, 11 anos; aluno, 11 anos).

Mesmo quando o texto procura estabelecer uma comparação que podemos conceber como mais complexa entre as noções de patrimônio, como no excerto

⁸⁴ Uma síntese da trajetória da noção de patrimônio no país foi brevemente indicada nas páginas 49 e 50 desta seção. Ainda é pertinente recuperar que no Brasil o registro de bens culturais imateriais é recente (estabelecido pelo Decreto 3.551, de agosto de 2000), assim como a definição das dimensões do patrimônio imaterial como: “*celebrações, saberes, formas de expressão e lugares expressivos* das diferentes identidades conformadoras da diversidade cultural do país”, da construção de um Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e da realização de “inventários” como prática preliminar de salvaguarda. MARTINS, 2012, p. 302. Destaque em *itálico* da autora.

[...] a diferença entre patrimônio cultural e histórico é que o patrimônio cultural tem um conjunto de bens materiais e imateriais que contam a história de um povo através de seus costumes, tais como: a comida típica, religião e outras. Já o patrimônio histórico conta a história de uma geração, através da arquitetura, vestes, acessórios e utensílios, armas e ferramentas. (aluno, 12 anos; aluna, 11 anos; aluna, 12 anos).

Agregado ao termo “cultural” cabe bens materiais e imateriais, porém, nos exemplos apenas são mencionadas manifestações imateriais, “modos de fazer”. Além disso, enquanto o patrimônio cultural pode alcançar um “povo”, por sua vez, seu duplo histórico pode rememorar ou “contar” os feitos de uma “geração”.

No terceiro grupo de trabalhos foram apresentadas definições mais abrangentes e desenvolvidas para os conceitos e suas variações. O patrimônio cultural “de uma nação, de uma região ou de uma comunidade é composto de todas as expressões materiais e espirituais que lhe constituem, incluindo o meio ambiente natural” e, mais especificamente, pode ser entendido como os “bens materiais e/ou imateriais, que contam a história de um povo através de seus costumes. Através do patrimônio cultural é possível conscientizar os indivíduos adequando-os à sua própria história”, (aluno, 12 anos; aluna, 13 anos; aluno 15 anos). Além do encontro entre materialidade e imaterialidade no conceito, o patrimônio é apontado como ferramenta de problematização da identidade para indivíduos de determinado grupo.

A partir dos trabalhos realizados pelos alunos e alunas foi inserido na aula de história um texto que procurou discutir as aproximações, os limites e as implicações da utilização das expressões patrimônio histórico e artístico ou patrimônio cultural. Trazendo no título uma interrogação: “Patrimônio Histórico e Artístico ou Patrimônio Cultural?” (Apêndice D, p. 150-151), a síntese didática preparada para aula de história apresenta um breve histórico do conceito de patrimônio para o Brasil, especialmente a definição proposta pelo Decreto-lei de 1937 e no artigo 216 da Constituição Federal de 1988.⁸⁵

Enquanto a lei de 1937 estabelecia como patrimônio

⁸⁵ Decreto assinado pelo Presidente da República Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema tem como objeto a organização e a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. BRASIL. Presidência da República. *Decreto-lei nº 25*, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <https://goo.gl/Z42cW0>. Acesso em: 08 abr. 2016; BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://goo.gl/iHHm9t>. Acesso em: 08 abr. 2016.

o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937).

De outra parte, a Constituição Federal de 1988 define que o patrimônio cultural abriga os bens “de natureza material e imaterial, considerados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Nessa redefinição estão as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Também foi apresentado aos estudantes um breve histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão estatal responsável pela regulação, fiscalização e gestão do patrimônio cultural brasileiro. Ainda, uma breve classificação dos bens culturais de acordo com a divisão em material, imaterial, arqueológico e patrimônio da humanidade⁸⁶ ocupou a segunda parte do texto. Mereceu maior espaço e atenção a pertinência da diferenciação entre bens culturais materiais e imateriais, dialogando com a posição de intersecção que a intervenção pedagógica proposta ocupou nas aulas de história. Embora partindo da fisionomia física da instituição como desencadeadora do processo de patrimonialização do espaço escolar, a percepção do potencial educativo dos modos de usar os bens e os espaços dialoga fortemente com as mais variadas formas de manifestação e vivências que a escola abriga.

2.4 IR AO MUSEU: A FOTOGRAFIA COMO FONTE NA AÇÃO EDUCATIVA “A ESCRITA DA LUZ”

Entre os procedimentos preparatórios para a intervenção pedagógica estava visitar uma instituição cultural, que foi introduzida no prosseguimento da discussão sobre patrimônio. O

⁸⁶ A categoria *patrimônio cultural da humanidade* é instituída na Convenção da UNESCO Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 1972. Segundo Ana Luiza Martins, o fórum reforçou a classificação dos monumentos históricos por seu caráter excepcional também em âmbito internacional. MARTINS, 2012, p. 285-286.

plano de aula discutiu conceituações gerais de patrimônio familiar e patrimônio cultural, além da divisão em bens materiais, imateriais e naturais. Neste encontro as turmas foram estimuladas a refletir sobre processos de patrimonialização a partir do espaço escolar enfrentando três questões: o que podemos considerar patrimônio na nossa escola? Será que identificar o que a comunidade escolar registrou como importante nos permite conhecê-la com maior profundidade? E o que é importante para nós: alunos/as, professores/as e funcionários/as da escola?

Na sequência, a última parte da aula foi reservada para uma breve apresentação do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC), a partir de pesquisa realizada previamente sobre espaços culturais como museus, memoriais e arquivos sediados na cidade, a função social destas instituições e suas principais atribuições. Especificamente sobre o Museu Hipólito José da Costa⁸⁷ foram abordadas informações como localização, fundação, composição do acervo e as atividades e ações oferecidas pela instituição. O próximo encontro foi destinado à saída de campo.

A visita ao MCSHJC ocorreu durante toda a manhã, incluindo os deslocamentos de ida e retorno para a escola. Os 30 estudantes, dos 41 que integram as turmas, foram recebidos pelos técnicos em assuntos culturais do Núcleo de Educação e Pesquisa (NEP) do museu. As atividades ocorreram em três momentos: exposição das características arquitetônicas e da representatividade da edificação do museu na paisagem da cidade, desde uma mirada da parte externa (a partir da Rua dos Andradas). A visita dos espaços de exposição da instituição, com especial atenção para uma reprodução fotográfica de Porto Alegre no século XIX em imagem capturada a partir das águas do Guaíba. A atividade seguiu com a participação dos estudantes na oficina “*A escrita da Luz*”, proposta cujo principal objetivo é proporcionar a seus participantes outro olhar sobre a fotografia, oferecendo reflexão sobre o processo de construção, os elementos que são oferecidos para análise do passado e como as fotografias podem ser utilizadas como fonte histórica.

⁸⁷ O Museu está vinculado à Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, foi fundado em 10 de setembro de 1974 com o objetivo de pesquisar, recolher, classificar e conservar acervos das diversas áreas da comunicação social; e comunicar através da exposição de bens culturais locais e nacionais. Abriga acervo constituído por jornais, revistas, publicidade e propaganda, televisão e vídeo, cinema, rádio, fonografia e fotografia. Possui áreas expositivas, auditório e salas de pesquisa.

A dinâmica de trabalho na oficina foi organizada a partir da divisão dos estudantes em grupos no espaço de exposição do museu e da distribuição de um conjunto de fotos em caixas identificadas com as temáticas “Ruas”, “Praça”, “Rio” e “Mercado”. Cada grupo também recebeu folhas, tamanho A4, para a redação de um enredo a partir das imagens recebidas, sob a orientação dos integrantes do NEP e dos docentes responsáveis pelas turmas na saída a campo. Como desfecho para a oficina cada grupo detalhou oralmente sua produção textual a partir da análise dos registros iconográficos. Por fim, o produto da atividade ocupou o espaço do MCSHJC e os trabalhos passaram a figurar ao lado das exposições permanentes da instituição, acentuando, pela possibilidade de alcançar os visitantes do museu, uma percepção dos alunos e das alunas autores sobre a divulgação e a recepção do resultado do trabalho realizado. Para o encerramento da visita, os profissionais do museu executaram, com voz e violão, canções que podem ser interpretadas à luz da relação das sociedades com o tempo, bem como do papel da história e da memória na trajetória de homens e mulheres⁸⁸.

A seguir serão discutidos os trabalhos dos alunos e das alunas com o acervo fotográfico disponibilizado no museu. A exposição seguirá a organização dos grupos na oficina e as temáticas propostas pelos orientadores da atividade.

⁸⁸ Foram compartilhadas as canções “Tempos modernos”, composição de Lulu Santos (1982) e “O tempo não para”, composta por Arnaldo Brandão e Cazuza (1988).

FIGURA 2 – Registro da exposição “Ruas”



“Ruas”. Foto do autor, 2016.

O primeiro enredo imaginado vinculou as imagens das ruas de Porto Alegre ao nascimento da própria cidade, como indica o excerto:

Era uma vez uma rua que não havia nada. Certo dia começaram a construir casas, lares, comércios, bancas e foi fundada uma cidade que se chamava Porto Alegre. Depois de um tempo começaram a criar carroças, uma espécie de quarto com cavalos, depois criaram relógios, também criaram os chapéus, relógios de bolso, ternos, vestidos, sapatos, sandálias. Antigamente as ruas eram um pouco maiores do que as de hoje e tinham uma arquitetura diferente, começaram a criar bandas musicais, tipos de músicas pop, rock, punk, pagode, samba, rap, hip-hop, reggae, eletrônica e finalmente funk. (Grupo “Ruas”).

Se no primeiro momento a atenção dos estudantes esteve voltada para o “movimento” da cidade representado pela ênfase nos meios de transporte e pela descrição dos acessórios e vestuário dos ocupantes da rua como espaço público, também merece destaque a percepção das características das vias públicas “um pouco maiores do que as de hoje”, da comparação entre os traços arquitetônicos da época com a contemporaneidade e a ênfase na música como criação humana capaz de conectar os homens no tempo. O desafio de contar uma história a

partir da imagem permitiu aos autores “brincar” com diferentes temporalidades, mas, de outra parte, não escapou ao olhar dos estudantes o potencial explicativo da captura fotográfica.

FIGURA 3 – Registro da exposição “Praça”



“Praça”. Foto do autor, 2016.

O grupo que ficou encarregado de trabalhar com o material da caixa com imagens de praças de Porto Alegre enfatizou os espaços como cenários de uma história de crime, encontro conjugal e celebração da infância:

Era uma vez uma mulher chamada Elisabete...
 Ela estava na praça sozinha, à noite, porém um homem puxou uma arma, mas um soldado estava passando por ali à noite, prendeu o meliante.
 Quando chegaram na delegacia o homem foi preso.
 Depois de um mês ela voltou a frequentar a praça, mas um homem passou e convidou para tomar um café, desde então foi crescendo um grande amor e tiveram um filho.
 No primeiro aniversário [do filho] comemoraram em outra praça. (Grupo “Praça”).

Prioritariamente a praça é representada como local onde os habitantes da cidade se encontram e onde são constituídas tramas diversas. O apontamento de uma situação de violência pode indicar a conexão entre o passado e a percepção do presente da cidade. Da mesma forma que o encontro amoroso da protagonista, Elisabete, e a comemoração do

aniversário de seu filho também em uma praça indicam uma perspectiva de futuro positiva, de esperança, de aposta em um “final feliz” onde a família nuclear merece destaque.

FIGURA 4 – Registro da exposição “Rio”



“Rio”. Foto do autor, 2016.

Quando interpretadas as imagens do “rio Guaíba”, e sua relação com o espaço urbano, a história composta está centrada nas consequências da interação entre os habitantes da cidade e o lago, como exemplificado na passagem:

Antigamente as pessoas usavam o rio para lavar roupas, beber a água, tomar banho e outras coisas. Mais para frente as pessoas começaram a fazer esportes como nadar, andar de barco, etc.

Pescadores começaram a poluir, os habitantes começaram a não ir ao rio por conta da poluição, os peixes começaram a ir embora e morrer.

Depois começou o tempo das usinas e navios que acabaram poluindo mais ainda por causa do óleo e da fumaça. (Grupo “Rio”).

A relação da cidade com as águas que a circundam é mediada pela degradação causada pelo uso intensivo e pouco responsável dos recursos naturais. O passado expresso na utilização do termo “antigamente” é representado como momento em que a relação entre homem e natureza mostra-se equilibrada e sustentável. Em oposição, a parte final do enredo

problematiza circunstâncias do presente, como o debate acerca das questões ambientais. Ainda é possível destacar que a contaminação das águas é atribuída primeiro aos “pescadores” e depois representada pela intensificação da exploração destrutiva do lago pelos habitantes da cidade, materializada na ação de “usinas e navios”.

FIGURA 5 - Registro da exposição “Mercado”



“Mercado”. Foto do autor, 2016.

Finalmente, o conjunto de imagens que mostram o Mercado Público de Porto Alegre é relacionado, em uma construção textual bastante curiosa, as más condições de existência de trabalhadores imigrantes na década de 20 do século passado, como exemplificado na passagem:

Em 1920, imigrantes vão para POA em busca de trabalho e melhores condições de vida, muito pobres, salário baixo decidem fazer um protesto em frente à Prefeitura, com isso o governo decide construir o Mercado Público para gerar mais empregos aos imigrantes. (Grupo “Mercado”).

O Mercado surge na paisagem da *urbe* como resposta da demanda por postos de trabalho e melhores condições de vida para os “imigrantes” recentemente chegados à cidade. E o Paço Municipal, registrado em uma das imagens, também é destacado no conjunto que

compõe o “centro histórico” - região a partir da qual se desenvolveu o espaço urbano de Porto Alegre.

De volta à escola, a avaliação da visita ao MCSHJC foi realizada no próximo encontro depois da saída (Apêndice F, p. 153-155). A partir de um painel com os registros fotográficos do grupo no espaço do Museu, alunos e alunas foram convidados a comentar os momentos da atividade. Além da referência ao calor, realmente a manhã foi escaldante, estava muito viva na memória recente dos integrantes das duas turmas a elaboração a partir dos registros fotográficos e as canções compartilhadas no encerramento da experiência. O ato de transpor o espaço físico da escola e adentrar o museu, lugar de revigoramento da ação educativa a partir de lógicas, tempos e objetos específicos, aproximou os estudantes, através da reflexão teórica, das práticas de análise e da divulgação de resultados, da linguagem fotográfica como “uma representação do mundo que varia de acordo com os códigos culturais de quem a produz⁸⁹” e dos olhares que a ela são lançados por diferentes grupos sociais em distintas épocas, situações e projetos.

⁸⁹ BORGES, 2011, p. 80.

3 O PERCURSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE EXPOSIÇÃO

A segunda parte deste trabalho foi dedicada a informar os procedimentos e conceitos mobilizados para construção do projeto de exposição a partir da reflexão sobre o ofício do historiador e a patrimonialização do espaço escolar, que propõe como objetivos fundamentais vivenciar e refletir sobre o aprendizado que a disciplina História pode oferecer aos estudantes do ensino fundamental. Deste modo, a elaboração da exposição está inserida em um processo mais amplo de educação histórica, ou seja, é meio pelo qual os alunos e as alunas elaboram e reelaboram percepções sobre a escola, seja através de seus aspectos físicos ou subjetivos. Esta porção da exposição também está dividida em quatro seções que serão apresentadas a seguir.

A primeira seção procura relatar o contato dos estudantes pesquisadores com o acervo fotográfico da instituição escolar. Por tratar-se da primeira interação com as possíveis fontes para a história, o objetivo inicial foi direcionar o olhar curioso dos estudantes para a potencialidade do material avaliado, sem investir, neste momento, na compreensão mais ampla sobre os documentos iconográficos. O caminho metodológico escolhido e comunicado nesta seção buscou colocar em evidência a importância dos registros e suas condições de produção, bem como investir na formulação de critérios para a catalogação do acervo imagético.

Na segunda seção são expostos os procedimentos executados na seleção das imagens para integrar a proposta de exposição e a definição de como os resultados da pesquisa seriam divulgados. O texto procura descrever e analisar as imagens escolhidas pelos estudantes, considerando o papel do “casarão” na constituição das vivências da comunidade escolar. Além disso, nesta parte também são descritas e justificadas as readequações efetuadas no trabalho de pesquisa desenvolvido nas aulas de história.

A terceira seção tem como objetivo apresentar o projeto gráfico construído para divulgação da pesquisa. Inicialmente são informados os pressupostos teóricos e metodológicos, bem como a escolha do suporte para a organização do material selecionado. Na parte final são dispostas telas para comunicar uma visão de conjunto de cada segmento da exposição, assim como são reproduzidas as imagens individualmente e acompanhadas dos elementos textuais e gráficos que compõem a estrutura.

Na última seção tem lugar a avaliação do potencial do projeto expográfico na disciplina História. São detalhados os instrumentos avaliativos aplicados e analisadas algumas das respostas dos estudantes no enfrentamento de questões que discutiam os objetos de análise da história, a noção de documento e fonte para a história, a narrativa como mediação entre o passado e o conhecimento histórico, bem como a noção de patrimônio cultural e seus desdobramentos enquanto possibilidade para a educação histórica.

3.1 CONHECER O ACERVO FOTOGRÁFICO DA ESCOLA E FORMULAR UMA METODOLOGIA DE PESQUISA

A construção do projeto de exposição, ao refletir sobre o ofício do historiador a partir da investigação do processo de patrimonialização do espaço escolar, está inserida em um processo educacional mais amplo, ou seja, é meio pelo qual os alunos e as alunas elaboram e mesmo reelaboram percepções sobre a escola como espaço de formação e instituição social. Consequentemente também é construída uma maneira particular de vivenciar o currículo estabelecido que, segundo Ivor Goodson, é resultado de lutas precedentes a sua existência e estabelece parâmetros anteriores à prática pedagógica⁹⁰. É que a construção curricular, ao revelar percepções sobre homens e mulheres, sobre a sociedade e sobre o conhecimento não é formulação neutra, quando o modelo pedagógico é produto de uma relação não estática entre a prática da escola e a comunidade.

A proposição desta experiência foi construída desde as particularidades cognitivas e epistemológicas da história como disciplina escolar, as quais dialogam, mas possuem especificidades em relação ao debate especializado do ensino e da pesquisa em espaços voltados para a formação profissional de pesquisadores e professores. O primeiro movimento para estabelecer um diálogo entre as particularidades da constituição do conhecimento histórico e as tarefas disciplinares da História para a formulação do projeto de exposição foi a construção de uma metodologia de pesquisa, partindo das impressões dos alunos e das alunas sobre o acervo de documentos disponíveis.⁹¹

Para o manuseio da documentação, as imagens foram distribuídas entre as duas turmas do 6º ano. Na primeira aula os estudantes foram divididos em grupos ou duplas e puderam manejar todo o material disponível. Os álbuns circularam pela sala de aula e estiveram ao alcance de todos os integrantes das duas turmas. Enquanto os alunos “descobriam” as imagens, o professor percorreu os grupos, observou a interação dos estudantes com as fotos e alertou para a questão, grafada no quadro, “o que essas fotografias nos permitem imaginar

⁹⁰ GOODSON, 2008, p. 20-21.

⁹¹ O acervo fotográfico reúne cerca de 340 fotografias, com dimensões variadas, impressas em cores ou preto e branco. As imagens estão distribuídas em oito álbuns e um envelope tamanho A4. Todo o material estava acondicionado no banco do livro da escola, em estante utilizada também para a organização das obras disponíveis para empréstimo aos estudantes da instituição.

sobre a nossa escola em outros tempos?” Nesta primeira aproximação entre alunos, acervo e a questão proposta, o objetivo foi direcionar o olhar curioso dos estudantes para a potencialidade do material avaliado, sem investir na compreensão mais ampla sobre os documentos iconográficos. Inclusive, para chamar atenção da importância dos registros, como frutos de condições de produção específicas e únicas, e proporcionar ludicidade ao contato com as fotos, cada aluno ou aluna recebeu um par de luvas de látex para garantir a preservação da fonte e minimizar os efeitos do contato com os álbuns empoeirados.

FIGURA 6 – Conhecendo o acervo fotográfico da escola



Fonte: foto e edição do autor, 2016.

No segundo encontro da semana, com duração de 50 minutos, foi mantida a divisão da aula precedente e cada grupo de alunos e alunas recebeu um álbum do acervo escolar para

definição de uma metodologia de identificação das imagens. Depois de verificado que os álbuns não possuíam títulos, ficou estabelecido que a indicação não deveria interferir de maneira permanente no acervo e, a partir disso, que cada conjunto fotográfico seria identificado pelos aspectos que compunham sua capa: cor, formato ou figuras⁹². Nas ocasiões em que não foi possível estabelecer uma característica descritiva clara na capa dos álbuns, a opção foi identificá-los utilizando uma letra do alfabeto. Também foi construída uma numeração sequencial crescente para as páginas dos álbuns, estabelecendo uma lógica interna a cada conjunto documental. Para facilitar a compreensão dos estudantes, considerando que eram iniciantes nos procedimentos em acervos, foi utilizada uma fita adesiva removível para indicar as marcações na capa e nas páginas.

FIGURA 7 – Álbuns fotográficos do acervo da Escola Professor Olintho de Oliveira



Fonte: foto e edição do autor, 2016.

⁹² A divisão interna do acervo fotográfico foi estabelecida em: “álbum A”, “álbum azul”, “álbum B”, “álbum C”, “álbum castelo/igreja”, “álbum flor”, “álbum montanha/paisagem”, “álbum vermelho” e “envelope A4”.

Superada a nomeação dos álbuns, a seguir procurou-se instituir um conjunto de ações a todos os grupos de trabalho na identificação e registro das imagens consultadas durante a pesquisa. Procedimento estranho aos estudantes do ensino fundamental foi necessário que o professor efetuasse uma breve explanação sobre a importância da preservação da integridade da documentação em consulta e da necessidade, não menos importante, de informar os “receptores” da pesquisa em curso quais arquivos foram investigados e a sua localização com a maior precisão possível. A conversa esteve centrada na explicação de que para a escrita da história não é possível regressar ao passado, no entanto, um trabalho que tem por objetivo estabelecer a historicidade de um fato, acontecimento, evento, objeto ou espaço deve revelar com o maior número de detalhes possíveis o caminho percorrido para a construção da interpretação apresentada na pesquisa.

Depois de discutida a pertinência da indicação dos documentos como necessária para a efetivação do método histórico, por sugestão dos estudantes, ficou estabelecido que as fotos fossem identificadas da parte superior para a parte inferior e da esquerda para a direita (quando fosse o caso de mais de duas imagens) nas páginas dos álbuns, e de que as fotografias do envelope e dos álbuns A, B e C fossem numeradas individualmente sempre em ordem crescente. Com a metodologia de consulta das fontes debatida, foi apresentada aos alunos e alunas uma ficha de pesquisa (Apêndice E, p. 152) contemplando espaço para identificação do álbum ou envelope, do número correspondente a cada foto analisada (segundo a metodologia definida), colunas para inclusão do ano e do título da imagem e espaço para uma breve descrição da fonte. Em contato com a ficha, duas questões apareceram com maior intensidade entre os estudantes. A primeira foi como lidar com as lacunas na identificação das fontes, as quais não permitiam o preenchimento completo da ficha de pesquisa. Já a segunda esteve vinculada ao receio de expressar textualmente o que indicava o documento iconográfico. Para discutir essas questões o docente coordenou intervalos no trabalho para a reflexão e indicações sobre as dúvidas com toda a turma a partir de imagens escolhidas pelos grupos. Também é importante destacar que a dificuldade mais frequente dos alunos e das alunas pesquisadores foi a construção de uma metodologia de pesquisa com critérios claros. Como a importância de estabelecer uma visão geral de todo o acervo analisado e, apenas depois, também com critérios explicitados, efetuar a seleção das imagens que poderiam responder a questão da pesquisa. Aliás, dificuldade esta comum a quem trabalha na elaboração de conhecimento histórico.

FIGURA 8 – Detalhes da metodologia adotada durante a pesquisa no acervo escolar



Fonte: Foto 1 – Homenagem Mascaranhas de Moraes; Foto 2 – Dia da criança, 1983. Álbum “flor”, pág. 2. Acervo da E.E.E.F. Professor Olintho de Oliveira.

Concluído o trabalho de identificação do acervo, atividade realizada em grupos, preliminarmente foi possível verificar que a maioria dos estudantes conseguiu compreender e seguir a metodologia de pesquisa proposta, embora, em alguns casos pelo volume do material a ser analisado não tenham catalogado todas as fotos do álbum⁹³. No entanto, ficou ensejada nos estudantes a percepção de que é necessário construir caminhos de pesquisa para que os possíveis retornos ao acervo sejam ordenados e conscientes e não fruto de escolhas aleatórias.

3.2 ESPAÇO ESCOLAR: LUGAR DE SELEÇÃO E PRODUÇÃO DE FONTES HISTÓRICAS

O projeto de exposição foi pensado a partir do processo de patrimonialização do espaço escolar e como fio condutor da investigação esteve o conjunto de impressões de alunos e de alunas do ensino fundamental sobre o “casarão” - enquanto prédio mais antigo e preponderante na paisagem arquitetônica da escola. Para tanto, os estudantes participantes da pesquisa, que foi desenvolvida como atividade do currículo da disciplina História, efetuaram reflexões sobre patrimônio cultural, a constituição de diferentes fontes históricas, bem como sobre o trabalho do historiador na constituição de métodos, na análise e na divulgação do conhecimento histórico. Por vezes, é preciso demarcar, que esta proposta mostrou-se bastante árida tanto para alunos e alunas quanto para o professor, que reconstituía técnicas e efetuava novas leituras sobre os limites da sua prática educativa e dos desdobramentos das tarefas da disciplina que ministrava para a ação dos indivíduos no espaço escolar. Em algumas situações o currículo, na definição já mencionada neste trabalho, cumprindo o papel de garantir o “ritmo” da rotina escolar foi um entrave para o desenvolvimento do projeto. O tempo social que orienta a existência no espaço escolar produz seus próprios marcadores e demandas. Nesta perspectiva, na “aceleração” do cotidiano, se preciso for, a reflexão sobre o conhecimento torna-se prática subversiva. A seguir, serão expostos os procedimentos executados na seleção das imagens que assumiriam a condição de “testemunhos *potenciais*”⁹⁴ no projeto de exposição e a definição de como os resultados da pesquisa seriam divulgados.

⁹³ O acervo fotográfico conta com 340 imagens distribuídas em: “álbum A” - 34 fotografias; “álbum azul” - 133 fotografias; “álbum B” - 15 fotografias; “álbum C” - 22 fotografias; “álbum castelo/igreja” - 28 fotografias; “álbum flor” - 25 fotografias; “álbum montanha/paisagem” - 27 fotografias; “álbum vermelho” - 31 fotografias; e “envelope A4” - 25 fotografias. E aproximadamente 100 registros digitalizados.

⁹⁴ PETERSEN; LOVATO, 2013, p. 295. Destaque em *itálico* das autoras.

A seleção das imagens que poderiam compor a exposição foi precedida pela retomada das fichas de pesquisas produzidas para análise dos acervos de documentos escritos e do material fotográfico (Apêndice C, p. 149; Apêndice E, p. 152) e pela exibição de um episódio do Programa Profissão Repórter⁹⁵ que tratava do cotidiano de fotógrafos vinculados ao fotojornalismo. No episódio exibido em 2 de agosto de 2011 a produção jornalística abordou o dia a dia do trabalho de profissionais da fotografia, desde os que trabalham clicando celebridades (os *paparazzi*), passando pelos bastidores do cotidiano dos fotojornalistas que acompanham os registros policiais e viajando com um fotógrafo dedicado ao registro da natureza em lugares inóspitos. A metodologia adotada procurou pôr em evidência o caráter testemunhal que a fotografia adquiriu ao longo do século XX. Com o aprimoramento tecnológico, os registros fotográficos adquirem valor de prova no fotojornalismo, bem como em áreas como a Sociologia e a Antropologia são desenvolvidas técnicas para sua utilização. No caso da história, mesmo que pelo menos desde 1920 as imagens figurassem nos livros didáticos e nos museus da área, a fotografia não foi atingida por cuidados de descrição e conservação específicos, antes, pelo contrário, manteve-se como documento complementar as fontes textuais, como registro periférico⁹⁶.

Cada estudante recebeu a tarefa de escolher uma fotografia que dialogasse com o processo de patrimonialização do espaço escolar, a partir do papel do “casarão” na constituição da escola e das vivências da comunidade atendida. Dialogando com a premissa de que “na história, tudo começa com gesto de *pôr à parte*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outro modo⁹⁷”, como propõe Michel de Certeau em passagem citada por Jacques Le Goff. Dos 41 alunos e alunas pesquisadores 27 efetuaram a seleção e descrição das fotografias. Entre os que não realizaram a escolha e a análise da foto, alguns não concluíram a tarefa ou não estavam presentes no encontro e, ainda, outros foram transferidos da unidade escolar durante o desenvolvimento do trabalho. Como não foi imposta restrição, em alguns casos a mesma imagem foi escolhida por estudantes de turmas distintas, o que explica a não correspondência entre o número total de alunos e alunas pesquisadores e de imagens selecionadas.

⁹⁵ Profissão Repórter é um programa jornalístico semanal, produzido e exibido pela Rede Globo de televisão. Disponível em: <https://goo.gl/OrLX1w>. Acesso em: 15 abr. 2016.

⁹⁶ LIMA; CARVALHO, 2012, p. 35 e 39.

⁹⁷ CERTEAU, 1974 *apud* LE GOFF, 2003, p. 533.

QUADRO 6 - Imagens selecionadas no acervo fotográfico da escola – Turma A

PESQUISA NO ACERVO FOTOGRAFICO							
Pesquisador(a)	Álbum	Página	Foto	Data	Título	Descrição	
20	Aluna, 11 anos	“Azul”	4B	1	Sem data	Presidente do CPM (abrigo) feijoada	O presidente do CPM fez feijoada no casarão para as pessoas.
22	Aluna, 11 anos	“Azul”	9A	1	Sem data	Abertura da semana “Olinthiana”	Diretora fazendo abertura da semana “Olinthiana” na frente do casarão.
23	Aluno, 11 anos	“Vermelho”	3	2	1981	Quermesse	A imagem mostra uma festa ocorrendo na escola no ano de 1981.

Fonte: Apêndice G – Descrição das imagens selecionadas no acervo fotográfico, 2016, p. 156-157.

Os dados apresentados no quadro 6 ilustram o registro da pesquisa desencadeada pela turma A no acervo fotográfico da escola, quando foram identificadas e descritas imagens escolhidas pelos estudantes. Ao analisar o material conjuntamente é possível intuir sobre o fato de alunos e alunas terem compreendido a necessidade de recolher todas as informações disponíveis nos registros iconográficos para contextualizá-las e compreendê-las no problema de investigação proposto. As imagens, na condição de fontes para a história, também precisam ser criticadas pela investigação e encaradas “como um documento, como uma construção cultural, cuja confecção e difusão têm uma história que não pode ser desconhecida pela análise histórica⁹⁸”.

De outra parte, ao destacar a coluna “descrição” fica evidente a dificuldade dos estudantes em estabelecer relações mais amplas entre a imagem analisada e as vivências da comunidade escolar em determinada época. Situação que, todavia, não deve ofuscar a disposição descritiva dos jovens pesquisadores ao enfrentar o acervo, considerando, como pondera Peter Burke, que a contextualização, no caso de fotografias, é muitas vezes dificultada pelo não acesso a identidade dos fotógrafos e mesmo pela retirada das imagens do conjunto no qual e para o qual foram produzidas⁹⁹.

QUADRO 7 - Imagens selecionadas no acervo fotográfico da escola - Turma B

PESQUISA NO ACERVO FOTOGRAFICO							
Pesquisador(a)	Álbum	Página	Foto	Data	Título	Descrição	
36	Aluna, 11 anos	"Azul"	8A	1	Sem data	Chá para as alunas concorrentes a rainha da Primavera da escola.	As concorrentes da Rainha da Primavera tomando chá no casarão.
37	Aluna, 13 anos	"Flor"	2	2	1983	Dia da criança	Eles estão comemorando o dia da criança no pátio da escola.
40	Aluno, 14 anos	"Montanha /	2	2	1982	Festival da	Vários alunos vendo

⁹⁸ BORGES, 2011, p. 81.

⁹⁹ BURKE, 2004, p. 27.

		Paisagem"				criatividade	apresentação de outros alunos com o casarão ao fundo.
--	--	-----------	--	--	--	--------------	---

Fonte: Apêndice G – Descrição das imagens selecionadas no acervo fotográfico, 2016, p. 156-157.

Parte da sistematização apresentada no quadro acima reúne o registro da análise do acervo realizada pela turma B, reforçando o padrão já identificado no outro grupo do 6º ano do ensino fundamental. Na observação do professor, corroborada pelos dados compilados, não foram percebidos indícios de que os estudantes tiveram dificuldade significativa para colocar em prática a metodologia de pesquisa previamente discutida e exercitada na sala de aula.

FIGURA 9 - Visita do Secretário da Educação



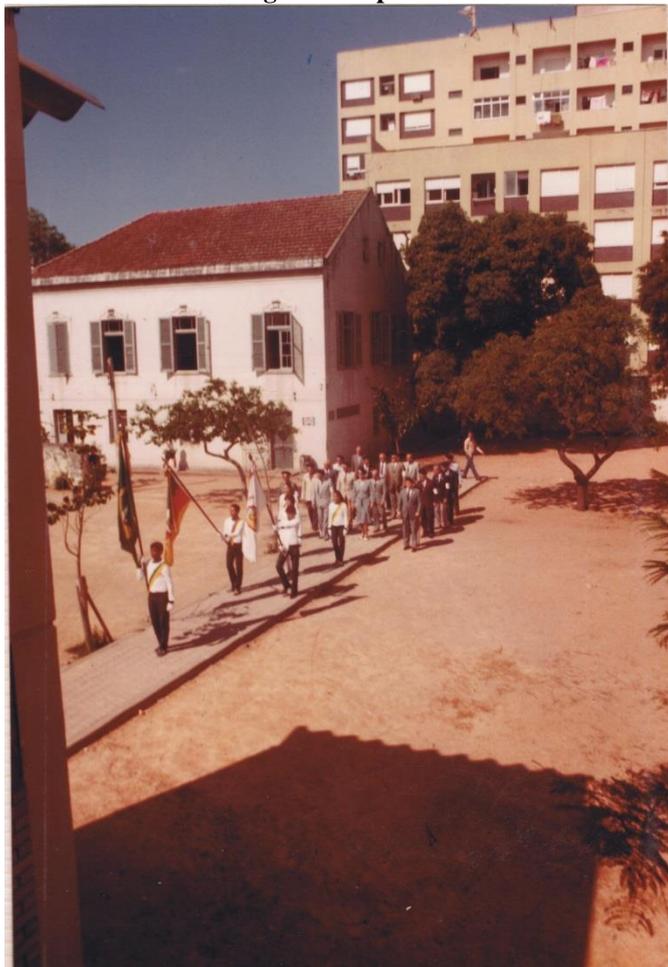
“O Secretário da Educação conversando com algumas mulheres sobre a escola, na sala da diretora, e a diretora ouvindo ele falar”, (aluna, 11 anos).¹⁰⁰

A imagem acima foi selecionada como exemplo da percepção dos alunos e das alunas pesquisadores com relação às fotografias analisadas. Foi lançada mão de diferentes estratégias para decodificar o registro em questão. A identificação de um dos personagens como “Secretário da Educação” dialoga com o título da foto inserido no álbum, enquanto a dedução de que uma das mulheres da imagem ocupe o cargo de diretora da escola provavelmente esteja relacionada com a percepção da inscrição na porta da sala. A análise a partir de elementos que compõem a imagem, bem como a inclusão de informações que remetem a

¹⁰⁰ Fonte: Álbum "Montanha/Paisagem", pág. 13, foto 1, 1983. Acervo da E.E.E.F. Professor Olintho de Oliveira.

disposição da fotografia no conjunto do álbum e a possibilidade de formular hipóteses sobre a cena, como a que propõe tratar-se do registro de uma “conversa” entre os personagens, pode indicar a aquisição de habilidades analíticas de reconhecimento e contextualização pelos estudantes.

FIGURA 10 - Homenagem ao expedicionário



“Soldados e alunos homenageando os expedicionários com o casarão ao fundo”, (aluno, 12 anos)¹⁰¹.

Neste segundo registro novamente a leitura é realizada a partir de elementos propriamente da imagem e complementada pelas informações que o título “Homenagem ao expedicionário” oferecia. É a identificação do registro e a observação de outras fotografias nas páginas anteriores e subsequentes do álbum que permite, por exemplo, a conclusão de que os adultos em cena eram “soldados” em trajes próprios para cerimônias. No entanto, ao contrário da descrição da imagem anterior, o aluno pesquisador prioriza a descrição do registro fotográfico e explora pelo menos dois planos da imagem: o acontecimento em foco e a paisagem ao fundo.

¹⁰¹ Fonte: Álbum "Montanha/Paisagem", p. 3, foto 2, 1982. Acervo da E.E.E.F. Professor Olintho de Oliveira.

FIGURA 11 - Chá para as alunas concorrentes à rainha da Primavera da escola.



“As concorrentes à Rainha da Primavera tomando chá no casarão”, (aluna, 11 anos).¹⁰²

No terceiro exemplo, acima, ao contrário das duas demonstrações precedentes, a análise reproduz com alterações na redação o título da imagem. Não fica claro em que medida a descrição é mediada pelo “olhar” da aluna ou indica o privilégio das informações textuais em relação às imagéticas. Não há referência a nenhum dos elementos que compõem a cena além do qualificativo “concorrentes à Rainha da Primavera” referindo-se às personagens clicadas.

Embora a incursão dos estudantes do ponto de vista metodológico tenha sido satisfatória, mesmo considerando a dificuldade em ordenar cognitivamente as fontes analisadas com maior retidão no acervo fotográfico, o conjunto de imagens selecionadas foi marcado pela fragmentação temática. O primeiro ponto a ser destacado foi o questionamento sobre a possibilidade de que professor e estudantes não tenham investido suficientemente na demarcação do problema de pesquisa. No entanto, o encaminhamento da pesquisa fez recordar, como pontuam Leandro Karnal e Flavia Tatsch, que o “documento histórico é raramente ‘dócil’, ‘aberto’ ou ‘fácil’ [...] o método que, à força de esforços titânicos, deve

¹⁰² Fonte: Álbum “Azul”, pág. 8A, foto 1, sem data. Acervo da E.E.E.F. Professor Olintho de Oliveira.

extrair coisas que só aparecem de forma indireta¹⁰³”. Além disso, mostrou-se imprescindível considerar como característica fundamental do acervo consultado a fragmentação expressa na variedade temática, temporal e nas lacunas no conjunto dos álbuns pesquisados, bem como na organização interna de cada divisor do montante das fontes disponíveis. Em outros termos, o percurso da investigação demonstrou a importância de observar as condições de produção de potenciais fontes para a história de modo geral, e dos registros iconográficos em especial.

Superada a etapa de seleção do material iconográfico para compor a exposição, passou-se para avaliação do potencial explicativo e estético das fotografias. Todas as imagens foram digitalizadas e rerepresentadas para as duas turmas, através de *slides* projetados no quadro branco da sala de aula. Cada imagem estava acompanhada do nome do aluno ou da aluna que efetivou a análise e da descrição redigida para a apresentação da fonte. Todas as fotos foram visualizadas e comentadas na tentativa de avaliar coletivamente se a fase de seleção poderia ser dada como concluída. Em um primeiro momento, com a visualização sequencial das fontes, os alunos e as alunas majoritariamente identificaram que seria bastante difícil estabelecer temáticas (ou narrativa) devido à heterogeneidade do material. No entanto, aos defensores da viabilidade de que era possível organizar uma exposição lógica a partir do material recolhido até aquele momento foi dada oportunidade de defender seus pontos de vista.

Para oferecer outra mirada aos envolvidos nas atividades de pesquisa, depois da apresentação, no encontro subsequente, foram distribuídas para aos alunos e alunas cópias impressas das imagens e recolocadas as questões discutidas anteriormente. Também foi retomada com as turmas, como possibilidade, a ideia, já referida neste trabalho, da investigação do ciclo de vida do espaço físico da escola, considerando as características fundamentais, usos, usuários e transformações físicas ocorridas no “casarão”¹⁰⁴. No reencontro entre a reflexão sobre os objetivos da pesquisa e as fontes selecionadas para comunicar o resultado da investigação foi possível rediscutir o caminho percorrido e sinalizar a necessidade de retorno ao acervo, bem como a possibilidade de produzir registros para compor a narrativa sobre o ciclo de vida da edificação mais antiga do espaço escolar.

¹⁰³ KARNAL; TATSCH, 2012, p. 17.

¹⁰⁴ Cf. já discutido na introdução e na seção 2.3 deste trabalho.

A investigação realizada no acervo fotográfico da escola permitiu uma percepção mais madura dos estudantes e do professor na reorientação do trabalho coletivo e, conseqüentemente, em uma postura mais atenta em relação às lacunas que o percurso de pesquisa tinha evidenciado. Partindo do debate desencadeado em sala de aula e da seleção das fotografias já realizada (Anexo B, p. 141-144) foi redefinida a estratégia da investigação. O primeiro passo foi investigar entre os membros da comunidade escolar possíveis registros fotográficos que pudessem ser incorporados ao projeto de pesquisa. Posteriormente foi realizada a produção de imagens pelos alunos e alunas participantes da investigação. E, por fim, também foram reavaliadas as fotos escolhidas no acervo escolar.

Na produção de imagens sobre a edificação, os estudantes pesquisadores foram orientados a refletir sobre o processo de registro e o papel da autoria em capturas que podem vir a tornarem-se objeto de análise, a partir dos métodos próprios do conhecimento histórico. Da mesma forma, a atividade procurou estimular os alunos e as alunas a considerar os elementos que orientam a construção de uma determinada narrativa sobre o passado, inclusive o ato de produzir um registro fotográfico com objetivo previamente definido. O ensaio procurou ensinar nos estudantes a reflexão de que “a fotografia é a um só tempo cristalização e interrupção de ideias e temporalidade¹⁰⁵” e que configura uma entre outras possibilidades de representação da realidade. Acompanhar os alunos e as alunas pesquisadores na produção de registros permitiu abrir debates sobre as condições de produção das imagens.

Na investigação junto à comunidade escolar foram utilizadas diversas estratégias: os estudantes procuraram questionar seus familiares sobre a existência de registros fotográficos efetuados na escola, considerando como característica da instituição atender mais de uma geração da mesma família e manter alunos e alunas durante todo o ensino fundamental (do primeiro ao nono ano). Também a apresentação de imagens “antigas” foi inserida como tarefa da gincana em comemoração ao aniversário da instituição, celebração realizada anualmente na primeira semana do mês de abril. Ao professor coube indagar outros docentes mais longevos na comunidade sobre seus arquivos pessoais e possíveis contatos para acesso a registros da escola. Foram recebidas, identificadas e digitalizadas 20 imagens no dia de apresentação da “tarefa” da gincana e cerca de 150 registros digitais produzidos após o fechamento do “casarão”.

¹⁰⁵ BORGES, 2011, p. 85.

A pesquisa desencadeada para localizar outras fontes, para além do acervo já conhecido e guardado na escola, permitiu visualizar com maior precisão a concretização do problema de pesquisa construído para orientar a investigação. Ao mesmo tempo, a investida possibilitou ampliar o acervo fotográfico da escola e trouxe a discussão sobre a necessidade de uma política institucional para a preservação e a divulgação dos registros que documentam a trajetória da unidade escolar e da comunidade por ela atendida.

3.3 O PROJETO EXPOGRÁFICO COMO SUPORTE PARA A DIVULGAÇÃO DE PESQUISA HISTÓRICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

O projeto de exposição sintetiza o percurso pelo qual estudantes e professor procuraram construir sobre o ofício do historiador através da reflexão sobre a patrimonialização do espaço escolar, como “entrada” viável e profícua para a produção de conhecimento histórico no ensino fundamental. Sua elaboração está inserida em um processo que pretendeu proporcionar aos estudantes oportunidade de elaborar e reelaborar percepções sobre a escola como espaço de formação e sociabilidade. Além disso, a proposição desta experiência foi construída a partir do protagonismo dos alunos e das alunas pesquisadores na reflexão sobre as questões que orientam a produção do conhecimento histórico.

A divulgação da pesquisa privilegiará os registros fotográficos selecionados no trabalho com o acervo da escola, bem como aqueles produzidos pelos estudantes que protagonizaram a pesquisa. A comunicação da investigação ocorrerá através da construção de um mural de pranchetas. Corriqueiramente utilizadas como suporte portátil para desenhos nas áreas da engenharia e da arquitetura e em relatórios escolares, as pranchetas também são utilizadas atualmente como objetos de decoração, desde uma perspectiva que investe no reaproveitamento de materiais destinados ao descarte. Essa opção considera além do aproveitamento de um item que compõem o material escolar, a familiaridade dos estudantes com a estrutura e a mobilidade que permite que a exposição seja instalada em diferentes espaços da escola.

A exposição foi projetada em quatro segmentos identificados pelo uso do termo “tempos”, aqui pensando como metáfora espacial capaz de dialogar com as categorias de

“espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” propostas por Reinhart Koselleck. Ainda segundo este autor, estas categorias não são opostas, mas, antes, “indicam maneiras desiguais de ser” e da tensão que geram “pode ser deduzido algo como o tempo histórico”. E, como formulações não estáticas, a experiência e a expectativa podem modificar-se com o “correr do tempo”, o que nos permitiu deduzir que necessitam de espaço de movimento.¹⁰⁶ O envolvimento dos estudantes na aula de história, realizando o ensaio de pesquisa proposto, pode também ser indiciário sobre o quanto a sedimentação de diferentes expectativas tornadas experiências na materialidade da escola foi capaz de constituir-se como tensão entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” na ação dos integrantes da comunidade escolar.

Os critérios de seleção dos materiais para compor o projeto de exposição procuram atender a duas questões de ordem distintas: a) a materialidade do objeto que desencadeou a investigação; e b) as características do conjunto documental analisado (a disposição no acervo, a possibilidade de contextualização e as condições de produção). A característica material da edificação que figurou como fio condutor do problema de pesquisa definiu pelo investimento na possibilidade metodológica de reconstrução do ciclo de vida do objeto, o que para o prédio mais antigo da escola pressupôs considerar sua construção, os distintos usos do espaço e que tipo de registros fotográficos foram elaborados sobre a casa. A iconografia, em particular as fotografias, como assinala Ana Luiza Martins, figuraram como principal fonte de informação para os historiadores dedicados as questões do patrimônio cultural, pelo menos desde o século XIX¹⁰⁷.

Quanto à tipologia do acervo utilizado na investigação, tanto a documentação textual quanto os conjuntos de imagens apresentaram-se dispersos e acondicionados de forma improvisada. Especificamente o acervo fotográfico mostrou-se de difícil tratamento, com composição que apresentou narrativa semelhante aos álbuns familiares¹⁰⁸ e a ausência de uma lógica de arquivamento e registro que inviabilizou, na maioria dos casos, a identificação dos autores e, por consequência, interditou a reconstrução das condições de produção do registro. Desta forma, a opção foi concentrar a pesquisa na análise das cenas e personagens registrados, orientada pela definição na qual

¹⁰⁶ KOSELLECK, 2006, p. 310, 312-313.

¹⁰⁷ MARTINS, 2012, p. 296.

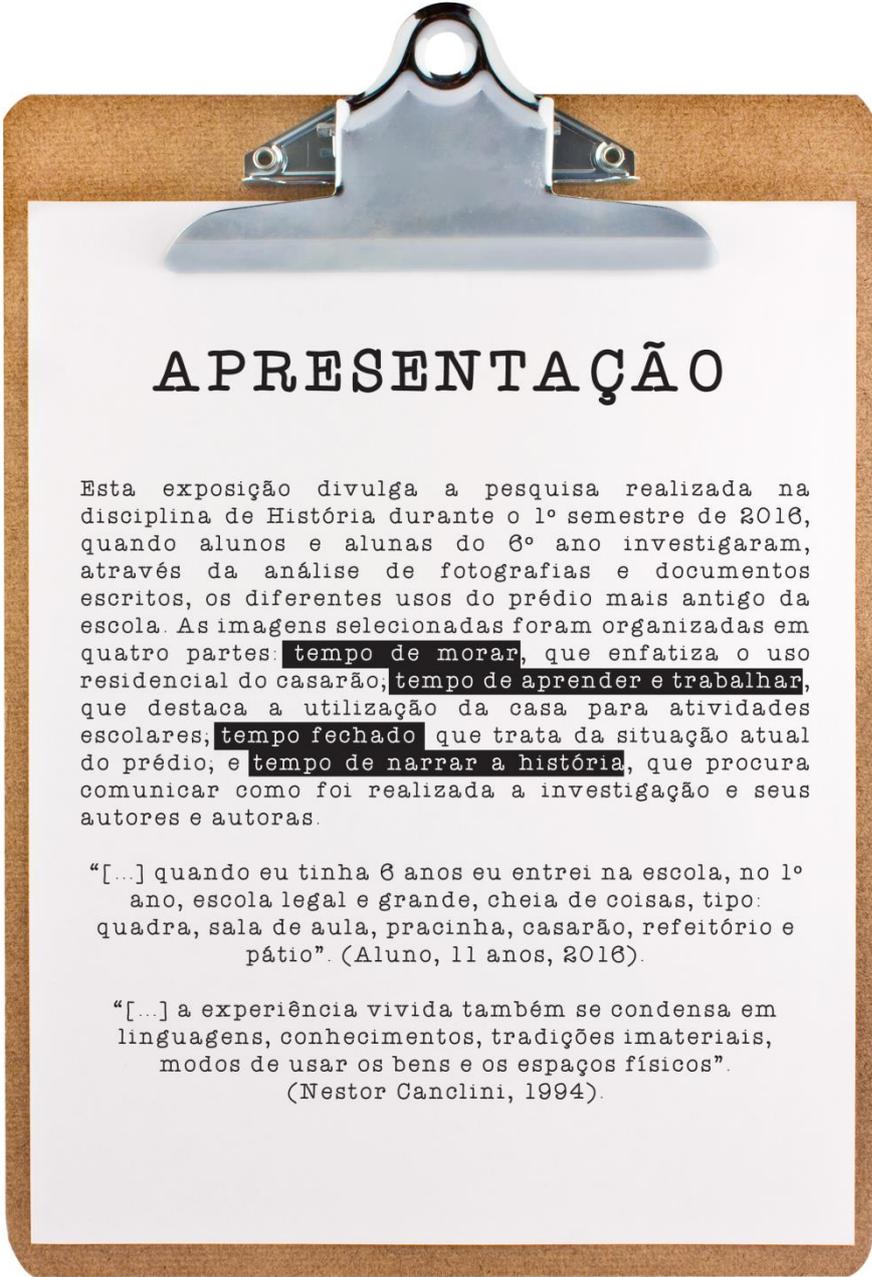
¹⁰⁸ LIMA; CARVALHO, 2012, p. 49, recuperam que os retratos e as narrativas dos álbuns de família são constituídos a partir de uma lógica que privilegia componentes afetivos e a transmissão de códigos para a conduta social.

a imagem fotográfica é fixa. (...) Informa sobre os cenários, as personagens e os acontecimentos de uma determinada cultura material. (...) É fragmento congelado e datado. Como outras imagens, ela também pressupõe um jogo de inclusão e exclusão. É escolha, como tal, não apenas constitui uma representação do real, como também integra um sistema simbólico pautado por códigos oriundos da cultura que os produz. (BORGES, 2011, p. 82-83).

É sob essa perspectiva que o projeto de exposição procurou construir, por exemplo, a percepção do que foi digno de registro no espaço escolar, como celebrações pátrias, mobilizações festivas internas, atividades educativas ao ar livre, a presença de autoridades e momentos de confraternização da comunidade atendida pela instituição. Além disso, ao registrar e divulgar a “rotina” de pesquisa, a exposição busca provocar o efeito que consiga comunicar que as fotografias podem assumir distintas posições na constituição do conhecimento histórico, entre as quais, destaca-se a de construção legada ao futuro.

A primeira parte da exposição, *tempo de morar*, discute o uso residencial da edificação assobradada que compõe o conjunto arquitetônico da escola, agrega a reprodução de imagens internas do “casarão” e fragmentos ampliados de fontes que descrevem a dimensão do espaço físico, transações de compra, venda ou doação e identificam os proprietários do prédio. No segundo grupo de imagens, identificado como *tempo de aprender e trabalhar*, a mirada está voltada para a ocupação da casa como unidade escolar e a elaboração dos registros de cerimônias e festividades como representação das atividades escolares, quando eventos e acontecimentos específicos são conectores, produzidos deliberadamente ou não, para comunicar determinado olhar sobre o passado. O terceiro espaço, apresentado sob o título *tempo fechado*, registra a situação atual da edificação e está centrado na exposição de registros internos e externos da casa interdita. A última subdivisão, *tempo de narrar a história*, comunica, através de registros fotográficos e fragmentos de textos dos estudantes, o caminho percorrido pela investigação divulgada e a ficha técnica da exposição.

A seguir será apresentado o projeto gráfico construído para divulgação da pesquisa. As telas estão organizadas inicialmente para mostrar uma visão de conjunto de cada segmento e depois, individualmente, cada fotografia é reproduzida acompanhada dos elementos textuais e gráficos que compõem a estrutura.



APRESENTAÇÃO

Esta exposição divulga a pesquisa realizada na disciplina de História durante o 1º semestre de 2016, quando alunos e alunas do 6º ano investigaram, através da análise de fotografias e documentos escritos, os diferentes usos do prédio mais antigo da escola. As imagens selecionadas foram organizadas em quatro partes: **tempo de morar**, que enfatiza o uso residencial do casarão, **tempo de aprender e trabalhar**, que destaca a utilização da casa para atividades escolares, **tempo fechado** que trata da situação atual do prédio, e **tempo de narrar a história**, que procura comunicar como foi realizada a investigação e seus autores e autoras.

“[...] quando eu tinha 6 anos eu entrei na escola, no 1º ano, escola legal e grande, cheia de coisas, tipo: quadra, sala de aula, pracinha, casarão, refeitório e pátio”. (Aluno, 11 anos, 2016).

“[...] a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos”.
(Nestor Canclini, 1994).

Tempo de morar

<p>O prédio foi construído em 1957, sob o regime de ditadura militar, sob o planejamento urbanístico de 1955. O projeto arquitetônico foi desenvolvido por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.</p>	<p>O prédio foi construído em 1957, sob o regime de ditadura militar, sob o planejamento urbanístico de 1955. O projeto arquitetônico foi desenvolvido por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.</p>	<p>Imagem lateral do prédio.</p>	<p>Vista do prédio da Rua da República.</p>	<p>Banheiro odo e saneamento detalhe.</p>
<p>Banhada, grade e esgoto, parâmetro.</p>	<p>Porta da frente e parte do sistema de esgoto.</p>	<p>Coluna da área externa da entrada principal.</p>	<p>Banhada da entrada principal.</p>	<p>Banhada principal, canteiro e parte da fachada externa.</p>



Imagem 15,
Album B.
Acervo da EEEF
Professor
Olintho de
Oliveira.



“O casarão fica na Rua República nº 655,
bairro cidade baixa. O casarão assoberçado
era fora do alinhamento da rua”, (aluna, 11
anos, aluno, 11 anos, aluna, 12 anos).



Foto: Adriana Neves,
2015. Acervo da EEEF
Professor Olintho de
Oliveira.



Foto: Adriana
Neves, 2015.
Acervo da EEEF
Professor
Olintho de
Oliveira.



“O registro de imóveis fala sobre a venda do
casarão. O casarão era de José Baptista,”
(aluna, 11 anos; aluno, 11 anos; aluna, 12
anos).



Foto: Adriana
Neves, 2015.
Acervo da EEEF
Professor
Olintho de
Oliveira.



Foto: Adriana Neves,
Neves, 2015.
Acervo da EEEF
Professor
Olintho de
Oliveira.



“[A construção foi passada] de geração em geração até ficar com o estado, com quem permanece até hoje como a escola Olintho de Oliveira”, (aluno, 11 anos).



Foto: Adriana Neves,
2015. Acervo da EEEF
Professor Olintho de
Oliveira.



Foto: Adriana Neves, Neves, 2015. Acervo da EEEF Professor Olintho de Oliveira.



“Falecido o Dr. Olintho de Oliveira, formado em medicina e fundador de uma faculdade. Ele foi tão importante para a medicina que uma escola teve como dedicatória seu nome”, (aluna, 11 anos)



Foto: Adriana Neves, 2015. Acervo da EEEF Professor Olintho de Oliveira.

Tempo de Aprender e Trabalhar

 <p>Turma em frente ao casarão Atividade de observação e registro</p>	 <p>Dia da Criança, 1989 Atividade de observação e registro</p>	 <p>Festiva de oratividade, 1988 Atividade de observação e registro</p>	 <p>Dia para as mulheres empreendedoras Atividade de observação e registro</p>	 <p>Semana "Oleifilaxa" Atividade de observação e registro</p>
 <p>A imagem mostra uma festa ocorrendo Atividade de observação e registro</p>	 <p>Pintura no ar livre no lado do casarão, sem data informada Atividade de observação e registro</p>	 <p>Espetáculo teatral Atividade de observação e registro</p>	 <p>Bombardeio no espionamento, 1988 Atividade de observação e registro</p>	 <p>Festa de aniversário de nascimento, 1989 Atividade de observação e registro</p>



“Um grupo de alunos e alunas em frente ao casarão”, (aluno, 11 anos).



Imagem 3,
Album A.
Acervo da EEEF
Professor
Olintho de
Oliveira.



“Alunos e alunas estão comemorando o dia da criança no pátio, 1983”, (aluna, 13 anos).



Imagem 2,
página 2, Album
Flor. Acervo da
EEEF Professor
Olintho de
Oliveira.



“Alunos e professores celebrando o festival da criatividade em 1982” (aluno, 12 anos; aluno, 11 anos; aluno, 14 anos).



Imagem 2, página 4, Álbum Montanha/Paisagem. Acervo da EEEF Professor Olintho de Oliveira.



“As concorrentes à Rainha da Primavera tomando chá no casarão”, (aluna, 11 anos).



Imagem 1, página 8A, Álbum Azul. Acervo da EEEF Professor Olintho de Oliveira.



“Diretora fazendo a abertura da ‘Semana Olinthiana’ em frente ao casarão”, (aluna, 11 anos).



Imagem 2,
página 12B,
Album Azul.
Acervo da EEEF
Professor
Olintho de
Oliveira.



“Quermesse. Uma festa ocorrendo na escola no ano de 1981”, (aluno, 11 anos).



Imagem 2,
página 3, Album
Vermelho.
Acervo da EEEF
Professor
Olintho de
Oliveira.



“Pintura ao ar livre sobre a primavera.”,
(aluna, 11 anos; aluna, 11 anos; aluna, 11 anos,
aluna, 11 anos; aluno, 11 anos).



Imagem 1,
página 2A,
Álbum Azul.
Acervo da EEEF
Professor
Olintho de
Oliveira.



“O presidente do CPM fez feijoada no casarão
para a comunidade”, (aluna, 11 anos).



Imagem 1,
página 4B,
Álbum Azul.
Acervo da EEEF
Professor
Olintho de
Oliveira.



“Soldados e alunos homenageando os expedicionários com o casarão ao fundo, 1982”, (aluno, 12 anos).



Imagem 2, página 3,
Album
Montanha/Paisagem.
Acervo da EEEF Professor
Olintho de Oliveira.



“O Secretário da Educação conversando com algumas mulheres sobre a escola, na sala da diretora”, (aluna, 11 anos).



Imagem 2, página 12, Album
Montanha/Paisagem
m. Acervo da EEEF
Professor Olintho
de Oliveira.



“Aos meus 7 anos eu tinha começado a ler e escrever. Eu não gostava muito de brincar de boneca, o meu negócio era esporte”,
(aluna, 11 anos).



Imagem 16,
Álbum C. Acervo
da EEEF
Professor
Olinho de
Oliveira.



“Eu estou gostando muito de ficar nesta escola e nesta cidade”, (aluna, 11 anos).



Imagem 10,
Álbum B. Acervo
da EEEF
Professor
Olinho de
Oliveira.



“Quando eu fiz 6 anos entrei no colégio e fiz bastante amigos”, (aluna, 11 anos).



Imagem 12,
Álbum B. Acervo
da EEEF
Professor
Olintho de
Oliveira.



“Quando eu tinha 6 anos eu entrei na escola, no 1º ano, escola legal e grande, cheia de coisas, tipo: quadra, sala de aula, pracinha, casarão, refeitório e pátio”, (aluno, 11 anos).



Imagem 13,
Álbum B. Acervo
da EEEF
Professor
Olintho de
Oliveira.



“Nós crescemos juntos até os 6 anos. Depois eu entrei no colégio Olintho de Oliveira”,
(aluno, 11 anos).



Foto: turma 61,
2016. Acervo da
EEEE Professor
Olintho de
Oliveira.



“A sala é pequena, mas os professores são muito bons”, (aluno, 12 anos).



Foto: turma 61,
2016. Acervo da
EEEE Professor
Olintho de
Oliveira.

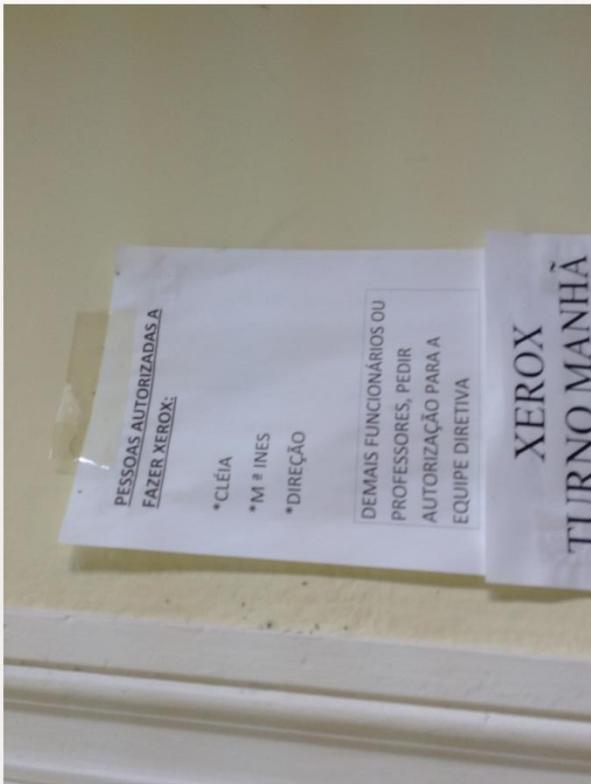




“(...) tendo em vista as informações do Laudo de Estabilidade Estrutural (...) do prédio de dois pavimentos em alvenaria de tijolos maciços (...)”.



Foto: turma 62, 2016. Acervo da EEEF Professor Olintho de Oliveira.



“Lavramos o presente AUTO DE INTERDIÇÃO (...)”.



Imagem 11, Álbum B. Acervo da EEEF Professor Olintho de Oliveira.

Tempo de Narrar a História





Construindo metodologia para a catalogação do acervo fotográfico (turma 62)



Acervo da EEEF
Professor
Olinho de
Oliveira.



Identificando fontes no acervo de imagens da escola (turma 62)



Acervo da EEEF
Professor
Olinho de
Oliveira.



Trabalhando com os registros fotográficos do acervo escolar (turma 62)



Acervo da EEEF
Professor
Olinho de
Oliveira.



Construindo metodologia para catalogação do acervo fotográfico (turma 61)



Acervo da EEEF
Professor
Olinho de
Oliveira.





Identificando fontes no acervo de imagens da escola (turma 61)



Acervo da EEEF
Professor
Olinho de
Oliveira.



Produzindo registros e novas perspectivas (turma 62)



Acervo da EEEF
Professor
Olinho de
Oliveira.



Ensaio fotográfico (turma 61)



Acervo da EEEF
Professor
Olinho de
Oliveira.



Olhar dos alunos sobre o espaço físico da escola (turma 61)



Acervo da EEEF
Professor
Olinho de
Oliveira.



Alunos e alunas na aula de história (turma 61).



Acervo da EEEF
Professor
Olinho de
Oliveira.



Fotografando a casa (turma 62)



Acervo da EEEF
Professor
Olinho de
Oliveira.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
E. E. F. PROFESSOR OLINTHO DE OLIVEIRA

PROJETO DESENVOLVIDO NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA
1º SEMESTRE DE 2016

ALUNOS E ALUNAS DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ana Luisa Flores Brunoni	João Vitor Escandiel Rochedo
Andriele Valentin Pinto	João Vitor Martins Gonçalves
Artur Fagundes de Souza	Julia Presser Dutra
Augusto Gonçalves Juliano	Júlio Da Rocha Nunes
Carolina Mallmann	Kamylle Victoria Porto Silva
Cauã Perez Cêzar	Karol Xavier Marques
Clara Morgana Chaves Lemos	Larissa Gonçalves de Souza
Corine Dalmaso Faria	Leticia Ferraz dos Santos
Deborah Rannah T. N. da Costa	Levi Machado Davila
Derick D. Gonçalves dos Santos	Luiza Chaves Martins
Diandra N. Isbarrol Ferrão	Marcelo Rambo Alves de Lima
Éderson De Oliveira Flores	Nicolas Kohl da Costa
Eduarda Pastro Tschiedel	Pablo Santellano Lopes
Eduardo das Neves Fernandes	Pâmella Lopes Raimundo
Enzo Michelle Furno Constanza	Pedro Henrique F. de Oliveira
Evelin Eduarda de Souza Pereira	Ricardo Miola Costa
Felipe Bandeira Duarte Baptista	Robson Luis Assis de Oliveira
Felipe Cabral da Silva	Sofia Dornelles Pavessi
Gabrielle Freitas Maciel	Sthéfany Cardoso Alves
Iorras Hübner Aires	Thaina Pozza Baggattini
Jennifer Gonçalves de Oliveira	Vinícius Muzykant Machado

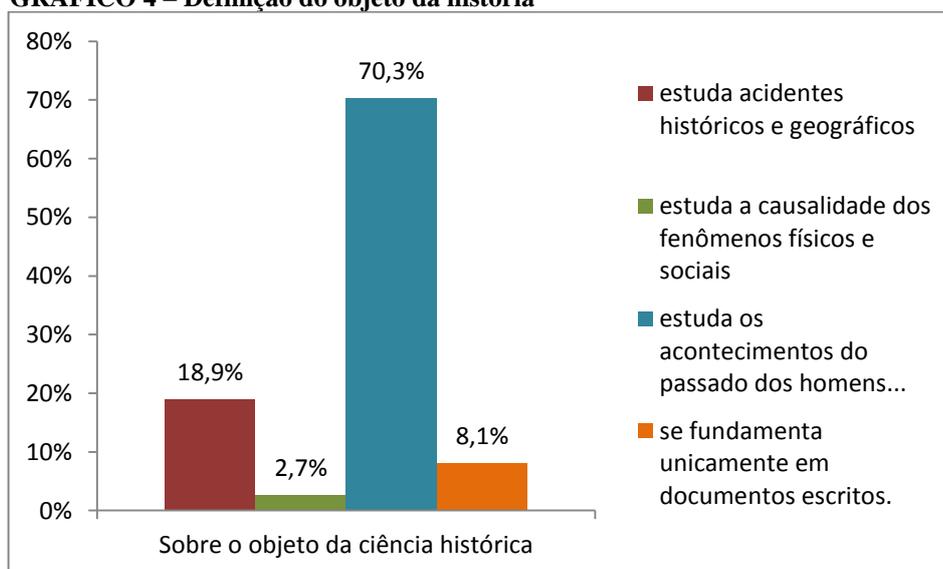
PROFESSOR RESPONSÁVEL
Leandro Balejos Pereira

PROJETO GRÁFICO
Paula Schulz Pancich

3.4 AVALIANDO NOÇÕES E CONCEITOS ADQUIRIDOS PELOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Para avaliar o potencial do projeto expográfico na disciplina História foram adotados dois procedimentos. O primeiro procurou aferir o conhecimento adquirido pelos alunos e as alunas envolvidos na pesquisa a partir de instrumento escrito individual, realizado no final do bimestre letivo (Apêndice H, p. 158-160). Também foram utilizadas as anotações que o professor realizou durante o processo de investigação no decorrer do primeiro quarto do ano letivo de 2016¹⁰⁹. A seguir serão analisadas algumas das respostas dos estudantes no enfrentamento de questões que discutiam os objetos de análise da história, a noção de fonte histórica, a narrativa como mediação entre passado e o conhecimento histórico e a noção de patrimônio cultural e seus desdobramentos como possibilidade para a educação histórica.

GRÁFICO 4 – Definição do objeto da história



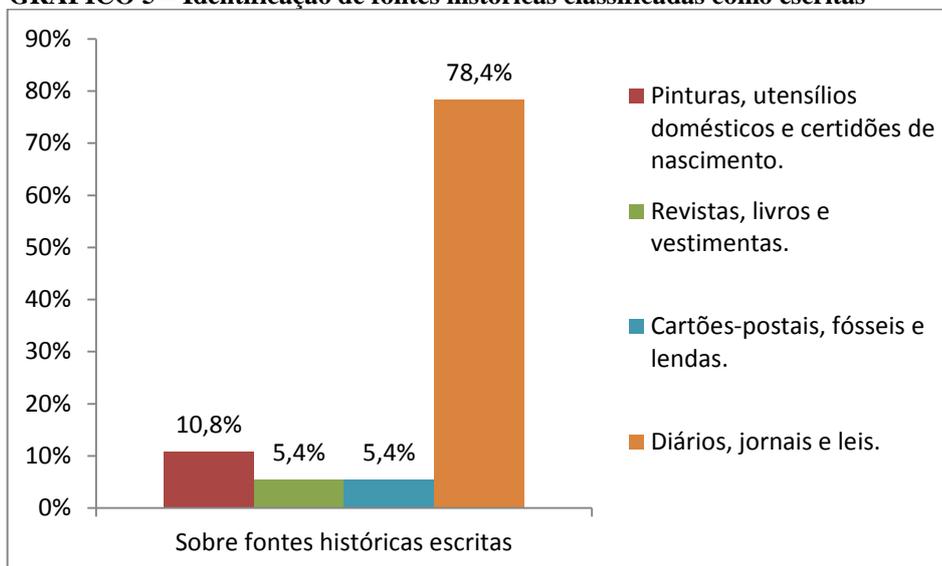
Fonte: avaliação da disciplina realizada no primeiro bimestre de 2016.

A primeira questão apresentada aos alunos e alunas pesquisadores foi o objeto do conhecimento histórico, através de definições amplas sobre os fenômenos que merecem a atenção dos historiadores e que figuram no currículo escolar. Observando o gráfico acima é possível aferir que a maioria dos estudantes (70,3%) conseguiu identificar que a história “estuda os acontecimentos do passado, utilizando-se dos vestígios que homens e mulheres

¹⁰⁹ Em 2016, o primeiro bimestre letivo esteve compreendido entre 29 de fevereiro e 13 de maio. Neste intervalo ocorreram 28 aulas da disciplina (das 30 previstas), distribuídas em 3 encontros semanais com duração de 50 minutos cada.

deixaram para facilitar a compreensão do presente”. Também percentualmente significativa foi a relação entre História e Geografia (18,9%) estabelecida na resposta dos estudantes, bem como a menção da exclusividade dos documentos escritos (8,1%) como fonte para a história.

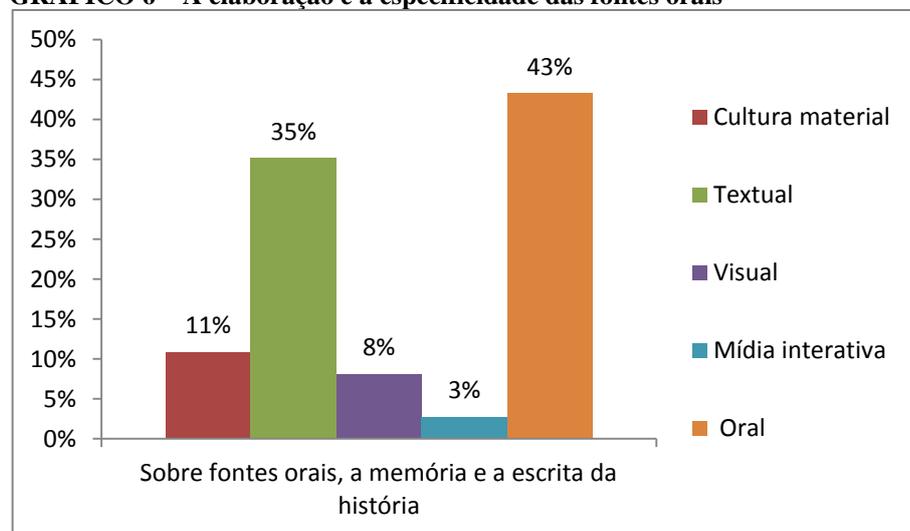
GRÁFICO 5 – Identificação de fontes históricas classificadas como escritas



Fonte: avaliação da disciplina realizada no primeiro bimestre de 2016.

De acordo com os dados acima, quando solicitado que potenciais fontes históricas escritas fossem indicadas, a maioria significativa dos respondentes (78,4%) assinalou a alternativa correta. No entanto, também merece destaque o percentual de estudantes (10,8%) que escolheu a alternativa que mesclava elementos classificados como documentos escritos com outros vinculados ao conceito de cultura material.

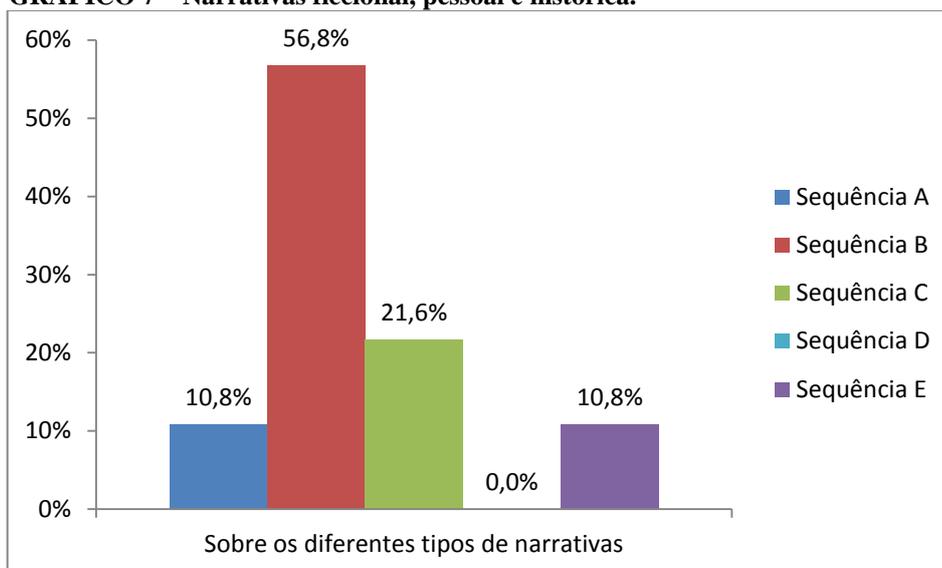
GRÁFICO 6 – A elaboração e a especificidade das fontes orais



Fonte: avaliação da disciplina realizada no primeiro bimestre de 2016.

Quando proposta a análise da especificidade do testemunho como fonte para a escrita da história, estabelecendo uma relação entre o envelhecimento, a memória e a narrativa histórica, a maioria dos alunos e alunas (43%) conseguiu identificar as características das fontes orais. Embora seja importante considerar que percentual significativo dos respondentes (35%) atribuiu aos relatos orais à constituição de construções textuais, confundindo a especificidade da fonte com o suporte utilizado para incluí-la na avaliação.

GRÁFICO 7 – Narrativas ficcional, pessoal e histórica.



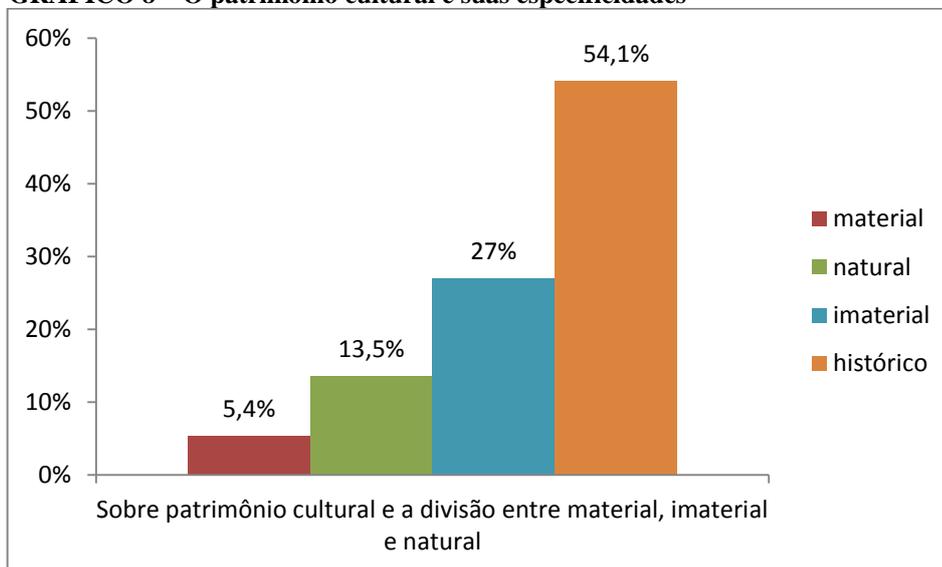
Fonte: avaliação da disciplina realizada no primeiro bimestre de 2016.

Sobre as características gerais de diferentes construções narrativas, a maioria dos estudantes (56,8%) obteve êxito ao identificar “história pessoal” como marcada pela experiência de vida, quando os documentos produzidos ao longo de uma vida são vestígios para a elaboração de histórias. Também a “narrativa histórica” foi relacionada ao registro do que é vivido por sociedades humanas ao longo do tempo. E, por fim, reconheceram que uma “narrativa ficcional” indica imaginação derivada da capacidade criativa de determinado autor ou grupo de autores. De outra parte, a segunda sequência mais escolhida (21,6%) acentua uma compreensão de que a narrativa histórica constitui-se prioritariamente a partir do registro da experiência de sujeitos individuais, em detrimento do estudo de processos coletivos mais amplos. A rigor, a importância dos personagens como agentes históricos propulsores de atividades sociais pode ser considerada uma evidência, no entanto, não é prudente ignorar que os limites da ação dos sujeitos individuais, em determinadas situações, “são fixados pelo jogo contraditório das relações sociais consideradas em seu conjunto¹¹⁰”. Da mesma forma que não

¹¹⁰ PETERSEN; LOVATO, 2013, p. 255.

parece adequado avaliar as construções dos estudantes da educação básica em paralelo com o debate que problematiza a relação entre *sujeito* e *estrutura* nas ciências sociais.

GRÁFICO 8 – O patrimônio cultural e suas especificidades



Fonte: avaliação da disciplina realizada no primeiro bimestre de 2016.

Quando problematizada a diferenciação entre materialidade e imaterialidade como subdivisões da noção de patrimônio cultural, mais da metade dos estudantes (54,1%) relacionou o samba de roda do Recôncavo Baiano, exemplo oferecido, com a dimensão histórica do patrimônio cultural, porém, sem enfatizar a característica imaterial do bem cultural em questão. Essa dificuldade dos estudantes em analisar a questão da memória e os temas a ela relacionados, como o patrimônio, pode estar relacionada com a presença de uma concepção do conhecimento histórico que ainda privilegia uma “narrativa acontecimental e absoluta”, onde a definição de história e de memória é tópica, secundarizada¹¹¹. O que, de certa forma, ainda representa um descompasso entre a prática escolar e os parâmetros nacionais para a educação básica¹¹².

¹¹¹ ALMEIDA; MIRANDA, 2012, p. 270.

¹¹² Para os anos iniciais do ensino fundamental (primeiro e segundo ciclos) já é referenciado como “patrimônio sociocultural” e sua valorização está vinculado à possibilidade de convivência democrática. Interessantemente é proposta como metodologia um estudo comparativo reunindo diversos aspectos entre as três capitais brasileiras (Salvador, Rio de Janeiro e Brasília), bem como, para o período de dominação portuguesa, suas relações com Lisboa. BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia*, 1997, p. 33 e 50. Nos anos finais do fundamental o conhecimento e a valorização, lastreados na observância de critérios éticos, do “patrimônio sociocultural brasileiro” além de integrar “os objetivos do ensino fundamental”, também figura como um dos “objetivos gerais da história”. BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: História*, 1998, p. 7 e 43. Ainda, com relação ao ensino médio, entre os “conhecimentos de História” desejáveis para a etapa está a compreensão da contribuição da história para as “novas gerações” ou, em outros termos, no papel disciplinar que a história possui no combate da “amnésia social”. Abordar a constituição do “patrimônio cultural” e, conseqüentemente, as práticas de seleção do patrimônio a ser preservado é posto como fundamento para problematizar os “vínculos que cada geração estabelece com outras gerações, das raízes culturais e históricas que caracterizam a sociedade

Na mesma direção indica o estudo realizado por Margarida Oliveira e Itamar Freitas, que analisam as propostas curriculares produzidas para os anos finais do ensino fundamental, entre os anos 2007 e 2012, em 18 estados do país. Entre os dados recolhidos na pesquisa da documentação oficial, o estudo aferiu que as habilidades de compreender, identificar, interpretar, comparar, conhecer e reconhecer juntas representam a metade da expectativa relativa aos conteúdos. O que, ainda segundo os autores, é preocupante na medida em que não está no horizonte do processo de aprendizagem o desenvolvimento de habilidades mais complexas, como “avaliar” e “criar”.¹¹³ Mesmo que a interrogação que contrapunha a materialidade e a imaterialidade do patrimônio cultural pudesse ser resolvida com o reconhecimento de suas especificidades, boa parte dos alunos e das alunas não conseguiu solucionar a questão. Resultado esse que pode ser relacionado a descontextualização da temática no currículo e a insuficiência das habilidades desenvolvidas no âmbito da escola em relação ao conhecimento histórico.

humana”. BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias*, 1999, p. 26-27.

¹¹³ OLIVEIRA; FREITAS, 2012, p. 273 e 282.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou refletir sobre o ofício do historiador na educação básica, através da análise do processo de patrimonialização do espaço escolar e da elaboração de um projeto expográfico por alunos e alunas do 6º ano do ensino fundamental na Escola Estadual Professor Olintho de Oliveira. Para tanto, considerou a materialidade das instituições formais de educação como possibilidade de atuação da História, enquanto área de conhecimento que proporciona diferentes leituras do mundo. E que a condição material dos objetos, a partir da reflexão sobre a cultura material escolar, pode revigorar o aprendizado em história, assim como a pedagogia do objeto, através do pressuposto do “objeto gerador”, pode ser uma importante ferramenta metodológica para o ensino de história ao estimular reflexões sobre questões inerentes ao ofício do historiador, tais como: a materialidade da história, os usos sociais do patrimônio, a historicidade dos objetos e a relação entre tempo cronológico e tempo histórico. Desta forma, para destacar o ciclo de vida da edificação com maior representatividade no espaço escolar, seus distintos usos e que características lhes são atribuídas para fundamentá-lo como patrimônio, a pesquisa no acervo documental e iconográfico da escola foi simultaneamente recurso metodológico e questão mobilizadora para a produção de conhecimento histórico no ensino fundamental.

Na descrição e análise dos procedimentos de preparação da elaboração do projeto de exposição foi possível verificar que os estudantes do 6º ano do ensino fundamental manifestaram sobre a narrativa histórica uma compreensão em que são admitidos múltiplos pontos de vista, reconheceram a dimensão social da escrita da história e o espaço escolar como referência de tempo e espaço para seus relatos autobiográficos. Quando se procurou expandir as noções de documento e de fonte para a história no contato das turmas com o acervo escolar, os resultados indicaram que parte dos alunos e alunas descreveu as fontes a partir da cópia de trechos dos documentos consultados. Enquanto, em alguns casos, puderam ser identificadas construções descritivas que partiram de texto autoral dos agentes da análise, incluindo, por vezes, a formulação de hipóteses preliminares sobre o potencial explicativo da fonte no conjunto da documentação. Evidenciando que o esforço de apresentar o material junto com perguntas, pode ser uma metodologia interessante para a compreensão das fontes não apenas como pistas do passado, mas como vestígios questionados pelo historiador.

No trabalho com o acervo de imagens em sala de aula foi possível verificar que a maioria dos estudantes conseguiu compreender e seguir a metodologia de pesquisa proposta, embora, em alguns casos, pelo volume de registros a serem analisados não tenha sido catalogado todo material disponível. Mesmo assim, a atividade conseguiu proporcionar uma reflexão sobre a necessidade de construir caminhos de pesquisa, para que os possíveis retornos ao acervo sejam ordenados e conscientes e não fruto de escolhas aleatórias. Nesta direção, o encaminhamento da pesquisa indicou a questão do controle do historiador sobre as potenciais fontes para a história, reiterando a importância da crítica interna e externa do documento. Além disso, mostrou-se imprescindível considerar como característica fundamental do acervo consultado a fragmentação expressa na variedade temática, temporal e nas lacunas no conjunto dos álbuns pesquisados, bem como na organização interna de cada divisor do montante das fontes disponíveis. Em outros termos, o percurso da investigação demonstrou a importância de observar as condições de produção de potenciais fontes como os registros iconográficos.

A partir da aplicação de um instrumento de avaliação escrito foi possível identificar as noções e conceitos melhor assimilados pelos alunos e alunas pesquisadores, bem como indicar os pontos não alcançados plenamente pela aula de história. A maioria dos estudantes conseguiu identificar, a seu modo, as relações entre o presente e o passado como objeto do conhecimento histórico, a importância dos vestígios como potenciais fontes históricas e a relação entre a produção do conhecimento em história e as demandas do presente. Também em relação à noção de fonte, compreendendo a classificação e a identificação das especificidades de cada tipo de documento, os estudantes obtiveram bom desempenho ao reconhecer e comparar fontes escritas e iconográficas, os testemunhos orais e a cultura material.

Sobre diferentes construções narrativas, a maioria dos estudantes envolvidos na pesquisa reconheceu as características próprias de histórias de vida, narrativas ficcionais e construções próprias do conhecimento histórico. Neste ponto, também merecem destaque na avaliação os dados que informam que parte dos estudantes compreende a narrativa histórica como resultado da narrativização da experiência pessoal, em detrimento do estudo de processos coletivos mais amplos. Uma das investigações que podem ser desenvolvidas sobre o tema a partir desta indicação é justamente os aspectos que orientam a transição entre o ensino fundamental I e II especificamente no campo do conhecimento histórico. Mesmo

considerando que a legislação educacional reitera em diversas publicações o caráter unitário e progressivo da educação básica¹¹⁴, as passagens do 5º para o 6º do ensino fundamental, bem como o ingresso no ensino médio são momentos de transição na trajetória escolar de crianças e adolescentes. Não apenas pelo trabalho em áreas do conhecimento, o que já deve ocorrer nos primeiros anos de escolarização, mas, especialmente, pela intensificação da disciplinarização da vida escolar dos estudantes definitivamente inseridos na especialização de diferentes campos do conhecimento científico e nas demandas próprias da escola.

Com relação à diferenciação entre materialidade e imaterialidade como dimensões separadas na política patrimonial brasileira, mais da metade dos alunos e das alunas relacionou o exemplo oferecido com a dimensão histórica do patrimônio, porém, sem enfatizar a característica imaterial do bem cultural. Essa dificuldade dos estudantes em analisar a questão da memória e os temas a ela relacionados, como patrimônio e suas especificidades, pode estar relacionada ainda com a presença reduzida do debate na educação básica, enfatizando a descontextualização da temática no currículo e a insuficiência das habilidades desenvolvidas no âmbito da escola sobre a complexa relação entre memória e a elaboração do conhecimento histórico. Embora, o acesso aos critérios e aos materiais didáticos disponibilizados especificamente para os anos finais do ensino fundamental indique que o tema do patrimônio cultural está presente, seja com a definição proposta aqui ou com a utilização termos correlatos¹¹⁵.

Mesmo que por período respeitável legitimada no currículo mínimo da escola, a História necessita de um trabalho preliminar de apresentação de seus processos de produção, de seus objetivos disciplinares e contribuição para a área das ciências humanas. Não se trata, porém, de uma intervenção pedagógica para a introdução ao método historiográfico nos moldes da especialização científica, mas de apresentar a identidade cognitiva da disciplina e de revisar conceitos, noções e processos basilares para a compreensão da trajetória dos grupos sociais. Para além de uma postura que privilegia a memorização de eventos e

¹¹⁴ BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*, 1996; BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História*, 1998; BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio - ciências humanas e suas tecnologias*, 1999; BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação*, 2013; BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*, 2015.

¹¹⁵ As coleções aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para os anos finais do ensino fundamental (2008, 2011 e 2017), com maior ou menor espaço e com mais de uma perspectiva, trazem entre seus conteúdos a discussão sobre o patrimônio cultural já nas primeiras unidades das obras destinadas ao 6º ano. BRASIL. *Guia de livros didáticos PNLD 2008: História*, 2007. BRASIL. *Guia de livros didáticos: PNLD 2011: História*, 2010; BRASIL. *PNLD 2017: história - Ensino fundamental anos finais*, 2016.

acontecimentos, o que é parte do processo de aprendizagem, também é possível e salutar trabalhar para que o contexto escolar seja um espaço de reflexão sobre os procedimentos da História. Neste sentido, embora extremamente profícuo e gratificante nesta etapa da formação escolar dos alunos e das alunas, a discussão sobre ofício do historiador e os procedimentos próprios ao conhecimento histórico não deve manter-se concentrada no 6º ano do ensino fundamental, mas, antes, como inclusive preconiza a proposta em debate da Base Nacional Comum Curricular, seja um eixo presente em todos os anos da educação básica.

FONTES

1. Livro didático

BRAICK, Patrícia Ramos. *Estudar história: das origens do homem à era digital*. São Paulo: Moderna, 2011, p. 26.

2. Transcrição

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Transcrição disponível em: <https://goo.gl/2rlCXS>. Acesso em: 11 fev. 2016.

3. Jornais

ALMEIDA, Antônio da Rocha. Dr. Olímpio Olinto de Oliveira - Vultos da Pátria 160. *Correio do Povo*, sem data. Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Olintho de Oliveira.

Faleceu ontem no Rio de Janeiro o professor Olintho de Oliveira. *Correio do Povo*, 23 de maio de 1956, p. 10 e 16. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

G. E. Olinto de Oliveira reverencia o seu patrono. *Correio do Povo*, sem data. Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Olintho de Oliveira.

Grupo Escolar Olintho de Oliveira ganhou piano e conheceu o Museu de Alimentação. *Folha da Tarde*, 08 de agosto de 1962.

Há um século no Correio do Povo. *Correio do Povo*, 1º de setembro de 1910. Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Olintho de Oliveira.

Honrarias nacionais e estrangeiras. *Correio do Povo*, 23 de maio de 1956. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

MOREIRA, Raul. Olinto de Oliveira. *Correio do Povo*, 25 de maio 1956, p. 16. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PIANTA, Dante. Rio-grandenses. Olímpio Oliveira. *Diário de Notícias*, 1962. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Pintado por alunos. *Zero Hora*, 24 de novembro de 1974. Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Olintho de Oliveira.

VIANNA, Gonçalves. Olinto de Oliveira. *Correio do Povo*, 24 de maio de 1956. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

4. Álbuns fotográficos, pinturas e filmes

Álbum “A”, com 34 imagens. Acervo da E.E.E.F. Professor Olintho de Oliveira.

Álbum “azul”, com 133 imagens. Acervo da E.E.E.F. Professor Olintho de Oliveira.

Álbum “B”, 15 imagens. Acervo da E.E.E.F. Professor Olintho de Oliveira.

Álbum “C”, com 22 imagens. Acervo da E.E.E.F. Professor Olintho de Oliveira.

Álbum “castelo/igreja”, com 28 imagens. Acervo da E.E.E.F. Professor Olintho de Oliveira.

Álbum “flor”, com 25 imagens. Acervo da E.E.E.F. Professor Olintho de Oliveira.

Álbum “montanha/paisagem”, com 27 imagens. Acervo da E.E.E.F. Professor Olintho de Oliveira.

Álbum “vermelho”, com 31 imagens. Acervo da E.E.E.F. Professor Olintho de Oliveira.

Envelope (tamanho A4), com 25 imagens. Acervo da E.E.E.F. Professor Olintho de Oliveira.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). *Primeira Missa no Brasil (1858-1860)*. Óleo sobre tela, 270x357cm, de Victor Meirelles. Disponível em: <https://goo.gl/JQy817>. Acesso em: 11 fev. 2016.

NARRADORES DE JAVÉ. Direção: Eliane Caffé. Intérpretes: José Dumont, Gero Camilo, Rui Resende, Luci Pereira, Néelson Dantas e Néelson Xavier. Roteiro: Eliane Caffé e Luis Alberto de Abreu. Música: DJ Dolores. Brasil, Riofilme, 2003.

PROFISSÃO REPÓRTER. Direção: Ali Kamel e Silvia Faria. Produção e apresentação: Caco Barcellos *et al.* Programa jornalístico. Brasil, Rede Globo de televisão, 2 de agosto de 2011. Disponível em: <https://goo.gl/0oT0ZA>. Acesso em: 15 abr. 2016.

5. Decretos, portarias e constituições

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://goo.gl/nBydQP>. Acesso em: 08 abr. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <https://goo.gl/g3RSyW>. Acesso em: 08 abr. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Nº 6945, de 16 de março de 1956. Publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 17 de março de 1956, p.01. Disponível em: <http://corag.rs.gov.br/doe>. Acesso em: 03 fev. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Nº 8348, de 13 de dezembro de 1957. Publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, de 18 de dezembro de 1957, p.39. Disponível em: <http://corag.rs.gov.br/doe>. Acesso em: 03 fev. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Portaria Nº 174.848, de 08 de abril de 1980. Publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, de 14 de abril de 1980, p.01. Disponível em: <http://corag.rs.gov.br/doe>. Acesso em: 03 fev. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Nº 6943, de 13 de março de 1956. Publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, de 16 de março de 1956, p.002. Disponível em: <http://corag.rs.gov.br/doe>. Acesso em: 03 fev. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Nº 1.192, de 05 de abril de 1950. Publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, de 11 de abril de 1950, p.001- 003. Disponível em: <http://corag.rs.gov.br/doe>. Acesso em: 03 fev. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Nº 4881, de 22 de fevereiro de 1954. Publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, de 24 de fevereiro de 1954, p. 001. Disponível em: <http://corag.rs.gov.br/doe>. Acesso em: 03 fev. 2016.

6. Relatórios, certidões, correspondências e processos

PORTO ALEGRE. *Bens Tombados e Inventariados em Porto Alegre*. Secretaria da Cultura. Coordenação da Memória Cultural. Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural, outubro de 2013. Disponível em: <http://goo.gl/uTiba2>. Acesso em: 11 jul. 2015.

PORTO ALEGRE. *Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis de Porto Alegre*. Secretaria da Cultura. Coordenação da Memória Cultural. Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural, 2014. Disponível em: <http://goo.gl/CQhIwH>. Acesso em: 11 jul. 2015.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Procuradoria Geral do Município. Setor de Escrituras. *Comunicação Nº 025/82*, 17 de março de 1982. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria da Fazenda. Unidade de Tributos Imobiliários. Processo/DRC/BV Nº 100.901657.11.5, 22 de agosto de 2011. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria da Fazenda. Unidade de Tributos Imobiliários. *Croqui*, sem data. Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PORTO ALEGRE. Registro de Imóveis da 2ª Zona. *Certidão*, 5 de abril de 1944.

PORTO ALEGRE. Registro de Imóveis da 2ª Zona. *Certidão*, 24 de abril de 1945.

PORTO ALEGRE. Registro de Imóveis da 2ª Zona. *Certidão*, 27 de junho de 1969.

PORTO ALEGRE. Registro de Imóveis da 2ª Zona. *Certidão*, 28 de fevereiro de 1983.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. *Relatório de matrícula*, 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano.
1ª Coordenadoria Regional de Obras Públicas. *Auto de Interdição*, 08 de agosto de 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maria Aparecida Azevedo. Educação: um novo Patamar institucional. *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 87, p. 131-143, julho de 2010.

ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de; MIRANDA, Sonia Regina. Memória e História em livros didáticos de História: o PNLD em perspectiva. In: *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 46, p. 259-283, out./dez. 2012.

BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 63-64.

BENITO, Agustín Escolano. El espacio escolar como escenario y como representación. *Revista teias*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 1-12, 2000.

_____. Agustín Escolano. La cultura material de la escuela y la educación patrimonial. *Educatio Siglo XXI*, vol. 28, nº 2, p. 43-64, 2010.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia de livros didáticos PNLD 2008: História. Brasília: MEC, 2007.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Guia de livros didáticos: PNLD 2011: História. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação. PNLD 2017: história - Ensino fundamental anos finais. Brasília, Brasília: MEC, SEB, 2016.

_____. Ministério da Educação e Conselho Nacional da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: História*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília, 1999.

_____. Presidência da República. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia*. Brasília: MEC/SEF, Vol. 1, 1997.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia*. Brasília: MEC/SEF, Vol. 2, 1997.

CANCLINI, Nestor G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, p. 95-115, 1994.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, vol. 2, p. 177-229, 1990.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 147-165, 2012.

FALCON, Francisco José Calzans. *Estudos de teoria da história e historiografia. Teoria da história*. Volume I. São Paulo: Hucitec, 2011.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, vol. 30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 5, p. 28-49, 1992.

FRAGO, Antonio Viñao. La historia material e inmaterial de la escuela: memoria, patrimonio y educación. *Educação*, Porto Alegre, vol. 35, n. 1, p. 7-17, jan./abr. 2012.

_____. Antonio Viñao. Memoria, patrimonio y educación. *Educatio Siglo XXI*, Vol. 28 nº 2, p. 17-42, 2010.

_____. Antonio Viñao. El espacio escolar. Introducción. *Historia de la Educación*. Vol. XII-XIII (1993-94), p. 11-13, 1993.

FUNARI, Pedro Paulo. Fontes Arqueológicas. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 81-110.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Arquivos Escolares e Ensino de História. *Criar Educação*, vol. 1, 2012, p. 1-13.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; ALMEIDA, Doris Bittencourt. Patrimônios da educação: o ensino e a pesquisa. *Revista Latino-Americana de História*. Vol. 2, nº. 6, p. 1-16, 2013.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; POSSAMAI, Zita Rosane. Educação patrimonial: percursos, concepções e apropriações. *Mouseion*, Canoas, UnilaSalle, n. 19, p. 13-26, dez. 2014.

GONÇALVES, N. G. A escola e o arquivo escolar: discutindo possibilidades de interlocução entre atividades de ensino, pesquisa e extensão. In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação - A Educação e seus Sujeitos na História. *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação*. Goiânia: UCG, vol. I, p. 1-10, 2006.

GONTIJO, Rebeca. Identidade nacional e ensino de história: a diversidade como “patrimônio sociocultural”. In: ABREU, Martha; SOIHET, R. *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009, p. 55-79.

GOODSON, Ivor. F. Currículo: a invenção de uma tradição. In: _____. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes, 2008. Capítulo 1.

_____. Etimologias, epistemologias e o emergir do currículo. In: _____. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes, 2008. Capítulo 2.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. Fundamentos da educação patrimonial. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, FAPA, n. 27, p. 25-35, jan./jun. 2000.

JENKINS, Keith. *A História repensada*. Tradução de Mario Vilela. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e história. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 9-27.

KOSELLECK, Reinhart. 'Espaço de experiência' e 'horizonte de expectativa': duas categorias históricas. In: _____. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, editora da PUC/RJ, 2006, p. 305-327.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução de Bernardo Leitão *et. al.* 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Apontamentos para pensar o ensino de História hoje: reformas curriculares, Ensino Médio e formação do professor. *Tempo*, vol.11, n.21, p. 49-64, Junho de 2006.

MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o patrimônio cultural. Uma construção permanente. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 281-308.

MEDEIROS, Helber Renato Feydit de. O passado e o presente da puericultura através da história do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira. In: *Anais. XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

MEINERZ, Carla Beatriz; GIL, Carmem Zeli de Vargas; PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando (orgs.). *Saberes e práticas de professores de História em formação*. Porto Alegre: UFRGS, 2013. Caderno pedagógico de história PIBID/UFRGS.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, p. 09-24, 1992.

_____. Fotografia como documento – Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. *Tempo*, Rio de Janeiro, n.14, p. 131-151, 2002.

MENEZES, Maria Cristina; MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Preservação do Patrimônio Histórico Institucional: a importância dos acervos escolares no estudo da instituição. In: *VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino em História da Educação*. Uberlândia: EDUFU, vol. 1, p. 445-455, 2006.

MENEZES, Maria Cristina. A escola e sua materialidade: o desafio do trabalho e a necessidade da interlocução. *Pro-posições*, Campinas, vol. 16, n. 1, p. 13-17, jan./abr. 2005.

MOGARRO, Maria João. Arquivo e Educação: A construção da memória educativa. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 1, p. 71-84, 2006.

OLIVEIRA, Margarida; FREITAS, Itamar. Currículos de História e expectativas de aprendizagem para os anos finais do ensino fundamental no Brasil (2007-2012). *Revista História Hoje*, vol. 1, nº 1, p. 269-304, 2012.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 128-148.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 15, nº 28, p. 113-128, 2008.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LOVATO, Bárbara Hartung. *Introdução ao estudo da História: temas e textos*. Porto Alegre, Edição do autor, 2013.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de História*. Chapecó: Argos, 2004.

_____. Uma questão de tempo: os usos da memória nas aulas de História. *Cadernos CEDES*, vol. 30, p. 397-411, 2010.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. A escrita como condição para o ensino e a aprendizagem de história. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 30, nº 60, p. 121-142, 2010.

SCALDAFERRI, Dilma Mallard. Concepções de tempo e ensino de história. In: *História & Ensino*, Londrina, vol. 14, p. 53-70, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate. *Revista Linhas*, Florianópolis, vol. 14, n. 26, p. 199-221, jan./jun. 2013.

ANEXOS

ANEXO A – Exemplos das fontes escritas analisadas em sala de aula

Data: sem data			Localização: Acervo EEEF Professor Olintho de Oliveira		
Tipo de fonte:					
<input type="checkbox"/> certidão	<input type="checkbox"/> carta	<input type="checkbox"/> testamento	<input type="checkbox"/> livro	<input checked="" type="checkbox"/> jornal	<input type="checkbox"/> revista
<input type="checkbox"/> processo	<input type="checkbox"/> ofício	<input type="checkbox"/> memorando	<input type="checkbox"/> comunicado	<input type="checkbox"/> listas	<input type="checkbox"/> ata
<input type="checkbox"/> diário oficial	<input type="checkbox"/> imagem	<input type="checkbox"/> pintura	<input type="checkbox"/> fotografia	<input type="checkbox"/> entrevista	<input type="checkbox"/> objetos

VULTOS DA PÁTRIA — 160 —
Professor

Dr. OLÍMPIO OLINTO DE OLIVEIRA

(Especial para o "Correio do Povo")
ANTÔNIO DA ROCHA ALMEIDA

Tratar o nobre perfil do dr. Olinto de Oliveira — homenagem justa a uma das maiores expressões da Medicina Brasileira — significa para nós recordar dias já distantes da segunda década do século, quando nos reuníamos no porão de sua casa da Rua da Independência, esquina da de S. Antônio (morávamos ao lado), para estudar com seus filhos. Amigo de todos eles e colega de turma do mais moço, acostumamo-nos a ver no médico de nossa família o homem justo e bom, culto e honrado, que tão bem soube transmitir aos filhos aquela dignidade e aquela simpatia que foram o característico de sua grande vida. Apesar de, ao morrer já estar, havia quarente anos, residente em Porto Alegre, conservava a tie e a dedicação dos tempos de moço.

Nasceu Olímpio Olinto de Oliveira, na cidade de Porto Alegre, Capital da Província do Rio Grande do Sul, a 5-1-1865 e faleceu no Rio de Janeiro a 22-5-1958, com a idade de 93 anos.

Seu pai, Tenente-coronel Francisco Olinto de Carvalho e de D. Clara Cândida de Oliveira e materna do Tenente-coronel Francisco de Assis Chagas e de D. Ana Helena de Azevedo. Tinha o casal os seguintes filhos: 1. Olímpio Olinto de Oliveira, nosso biografado; 2. Clara Olinto de Oliveira, nascida em Porto Alegre, a 19-3-1868, casada com Euclides Fausto de Souza, com sucessão; 3. Helena Olinto de Oliveira, nascida em Porto Alegre a 3-12-1862 e ali falecida a 16-9-1938, em estado de solteira; 4. Francisco Olinto de Oliveira, nascido em Porto Alegre, a 12-11-1871, casado com a Lisette Fett, com sucessão; 5. Ana Olinto de Oliveira, nascida em Porto Alegre, a 26-7-1873, casada com Agenor Fausto de Souza, com sucessão; 6. Maria Adília Olinto de Oliveira, nascida em Porto Alegre, a 6-11-1879, casada com Matias Pedro Amadeu Luchesi, com sucessão; 7. Herclília Olinto de Oliveira, nascida no Rio de Janeiro, a 2-12-1883 e falecida em Porto Alegre, a 12-9-1945, casada com o Professor, escritor e jornalista dr. Raimundo Gonçalves Vianna, com sucessão; 8. Plínio Olinto de Oliveira, nascido em Niterói, a 19-2-1885 e falecido no Rio de Janeiro, médico casado com sua sobrinha D. Zélia Fausto de Souza, com sucessão.

Olintho foi batizado a 9-3-1867, na Catedral de Santa Madre de Deus de Porto Alegre, sendo oficiante o Cônego Vicente Ferreira da Costa Pinheiro e tendo como padrinhos o avô paterno Tenente Coronel Francisco Olinto de Carvalho e a d. Ana Rufina de

te, livrando-se, assim, do bel-jamão.

Concluiu o curso médico, voltou o dr. Olinto a sua Província natal e iniciou a clínica, dedicando-se à pediatria, em que foi dos mestres mais consumados. A cada passo encontramos, na cidade onde ele clinicou e lecionou por espaço de 80 anos, pessoas já quase septuagenárias e algumas até mais velhas, que nos dizem, ainda cheias de gratidão: "Eu devo a vida ao dr. Olinto!"

Logo depois, resolveu, constituir o lar "assentado nos fundamentos do casamento cristão, em que a esposa é respeitada na fidelidade de seu bem-amado que vai buscar no recato de sua virtude inspiração e força para o pão nosso de cada dia" — no dizer de seu discípulo, o Sr. Dr. Santiana Barbosa, em depoimento publicado logo depois de ter desaparecido o insuspeito moço, faz ênfase. A 21-6-1889, na paróquia de Santa Madre de Deus, no prédio 184 H da Rua do Duque de Caxias, residência do sr. Carlos de la Grange, oficiante o Vigário Cônego José Marcelino de Souza Bittencourt, casava o dr. Olímpio Olinto de Oliveira com d. Maria Emília (Pereira) (d. Nhazinha), nascida na mesma cidade a 13-2-1886 e falecida no Rio de Janeiro a 3-6-1957, filha legítima do Major Francisco Batista da Silva Pereira, Barão de Gravatá (de Braga, Portugal) e de d. Maria Emília de Menezes Pereira (do Rio Pardo) e materna do Desembargador dr. Antônio Vieira Braga e de d. Joaquina Centeno da Silva. Foram testemunhas do ato Carlos de la Grange e Emílio da Silva Pereira. Teve o casal a seguinte descendência, nascida toda em Porto Alegre: 1. Ester Olinto, nascida a 13-8-1890, casada, em primeiras núpcias com Anibal Barcelos Medeiros, com sucessão e, em segundas, com o Professor Dr. Raul Pilla, catedrático da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, político, escritor e jornalista, sem sucessão; 2. Carlos Olinto, nascido a 4-9-1892 e falecido a 7-11-1893; 3. Silvio Olinto, nascido a 26-12-1893, engenheiro civil, solteiro; 4. Jorge Olinto nascido a 18-3-1895, Bacharel em Direito e diplomata, casado com d. Maria Eugênia de Toledo, com sucessão; 5. Paulo Olinto nascido a 5-9-1896, solteiro, conservador do Museu Imperial, nascido a 9-4-1898, doutor de Petrópolis; 6. Mário Olinto em medicina, casado com d. Maria Diná de Araújo Cunha, com sucessão; 7. Décio Olinto, nascido a 29-12-1900, doutor em medicina casado com d. Lidia de Souza Quartim, com sucessão.

Homem simples, desprezando grandezas e aparências, dedicou-se, de então, à clínica e à educação dos filhos. A 1.10.1895 sala o Dr. Olinto de Oliveira para assistir a uma acon-

saídas do Clube do Comércio a 10.5.1902, sendo ele seu 1.º presidente, ocupante da cadeira n.º 1, que tinha como patrono o grande Joaquim Caetano. Em junho de 1934, o escritor João Maia convidava alguns remanescentes da primeira fase para reerquer o importante sodalício. Formaram logo a seu lado o Dr. Olinto de Oliveira, já residente no Rio de Janeiro, os Drs. Mario Totta, Alcides Maia e José Carlos de Souza Lobo e o príncipe dos poetas rio-grandenses Zeferino Brasil. A 20.12.1934 era reinstalada a Academia, sob a presidência de João Maia, tendo como colegas de diretoria o festejado escritor galcho Augusto Meyer, Alvaro Porto Alegre, Ary Martins, Jorge Bahls e o professor e poeta Dr. Dario de Bittencourt.

Com o falecimento, em 1947, do Professor Dr. Luis Masson, catedrático de Clínica Médica, pediu o Dr. Olinto transferência da cátedra de Clínica Pediátrica para a vaga então ocorrida. A Congregação da Faculdade entendeu de não deferir-lhe o pedido, confiando a cadeira ao Professor Dr. Aurélio de Lima Fy, professor de Clínica Proctológica, pelo processo de promoção. O Professor Olinto de Oliveira, em face dessa decisão, renunciou, no mesmo dia, à cátedra que tanto dignificara. O Centro Acadêmico, presidido pelo doutorando Ivo Barbedo, prestou-lhe, então, significativa homenagem no salão nobre da Faculdade, entregando ao mestre querido uma mensagem cheia de saudade e de reconhecimento. Na mesma sessão solene, o Professor Sarmiento Leite, a quem fora confiada a presidência dos trabalhos, declarou que a Congregação da Faculdade acabava de conferir ao homenageado o título de Professor honorário. Afastado da cátedra, visivelmente desgostoso, decidiu o Professor Olinto de Oliveira deixar, com a família, sua Porto Alegre, fixando residência na então Capital da República, para onde seguiu em princípios de 1918. Lá instalou consultório e poderia ainda prestar excelentes serviços pelo grande renome que levava de seu Estado natal. Aceito no grande centro científico do Rio de Janeiro, colaborou eficientemente em várias organizações médicas da capital, notadamente na Inspeção de Higiene Infantil, que se transformou no Departamento Nacional de Criança, que dirigiu desde sua criação. A 5.6.1919 proferiu, na convite da Faculdade de Medicina, em Montevideo, extensa aula sobre perturbações cardíacas fixadas e formas escleróticas da hipertensão arterial.

A 14.1.1920 formou, na Biblioteca Nacional, interessante conferência sob o título "O feticismo terapêutico e a Medicina moderna". A 22.8.1921 apresentava outro importante trabalho ao 1.º Congresso Médico Sindicalista, reunido no Rio de

Data: 23/05/1956			Localização: Acervo AHPAMV		
Tipo de fonte:					
<input type="checkbox"/> certidão	<input type="checkbox"/> carta	<input type="checkbox"/> testamento	<input type="checkbox"/> livro	<input checked="" type="checkbox"/> jornal	<input type="checkbox"/> revista
<input type="checkbox"/> processo	<input type="checkbox"/> ofício	<input type="checkbox"/> memorando	<input type="checkbox"/> comunicado	<input type="checkbox"/> listas	<input type="checkbox"/> ata
<input type="checkbox"/> diário oficial	<input type="checkbox"/> imagem	<input type="checkbox"/> pintura	<input type="checkbox"/> fotografia	<input type="checkbox"/> entrevista	<input type="checkbox"/> objetos

1956

FACIL EM DO PAÍS

O RIO E EM SÃO PAULO, EM BE-
TOM OS BANCOS PARTICULARES

Agrícola tabelecer o equilíbrio indispensável à prosperidade de várias regiões e à solução de muitos problemas econômicos de maior importância. Para realizar esse programa, o governo precisa do concurso da rede bancária particular e convocou uma reunião dos presidentes de sindicatos de bancos."



Professor Olintho de Oliveira

FALECEU ONTEM NO RIO O PROFESSOR OLINTHO DE OLIVEIRA

Era o ilustre riograndense uma das grandes expressões da medicina brasileira — Fundador da Faculdade de Medicina desta capital — Campanhas do insigne pediatra em favor da infância

RIO, 22 (C. P.) — A's duas e meia da madrugada faleceu em sua residência, nesta capital, para onde se transferira há muitos anos, o ilustre cientista rio-grandense professor Olintho de Oliveira, cujo saber e serviços prestados à medicina do país no ramo da pediatria lhe deram nome internacional.

Formado a 12 de janeiro de 1887 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o professor Olintho de Oliveira iniciou sua vida profissional em Porto Alegre, exercendo clínica geral e, especialmente a pediatria.

Foi um dos fundadores da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Sul, onde lecionou a princípio química biológica, anatomia e fisiologia patológica, e, posteriormente, clínica pediátrica, e ortopedia infantil, cátedra que exerceu até se transferir, em 1917, de Porto Alegre para a capital da República.

DEVOTAMENTO À INFANCIA

Seu devotamento pela medicina infantil vinha desde o curso acadêmico como um dos discípulos prediletos do grande especialista professor Moncorvo, que se tem como verdadeiro pioneiro nos estudos desta especialidade no Brasil. Não havendo em Porto Alegre nenhuma instituição de assistência médica ou social, fundou aí o grande médico e mestre uma associação de proteção à infância e iniciou a construção da primeira creche feita no Brasil.

Fundou, em 1899, um dispensário infantil anexo à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, que tomou grande desenvolvimento e foi, pouco tempo depois, acrescido de uma enfermaria e um laboratório de pesquisas. Dirigiu estes serviços durante 25 anos e os trabalhos que elaborou no seu modesto laboratório foram premiados com medalha de prata na Exposição Internacional de Higiene, realizada em 1909 no Rio de Janeiro.

Exerceu por duas vezes o cargo de diretor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, fundando durante sua profícua gestão o Instituto Pasteur, para tratamento preventivo da raiva, e o Instituto Osvaldo Cruz, instituição meritória, dedicada às pesquisas médicas.

A primeira turma de médicos formados em Porto Alegre escolheu-o paranimfo. Ao retirar-se do exercício da sua cátedra, foi eleito professor honorário e, mais tarde, professor emérito. Na capital da República, quando já aqui residia, foi eleito presidente do Congresso Pan-Americano da Criança realizado como uma das grandes solenidades comemorativas do centenário da Independência do Brasil em 1922.

Presidiu também no Rio a Conferência Nacional de Proteção à Infância de 1933 e representou, oficialmente o Brasil em vários congressos de proteção à infância, realizados em Buenos Aires, Montevideo, Chile, Roma e Paris. Em 1930 foi convidado para dirigir o Departamento de Higiene Infantil e o Departamento de Saúde Pública, então limitado ao Distrito Federal. Em pouco tempo conseguiu transformar aquele órgão em Departamento de Proteção à Maternidade e à Infância com ação extensiva a todo o país e, mais tarde, com o apoio e aprovação do governo obteve a criação do Departamento Nacional da Criança.

Na direção dessas repartições

(Continua na 10.a página)

Faleceu ontem...

(Continuação da última página)

governamentais procurou estender o mais possível a todo o país os benefícios de uma ativa propaganda em favor das principais necessidades da criança. Para tanto, promoveu, em 1934, a primeira Campanha Nacional pela Alimentação da Criança, sob o patrocínio do presidente da República, cardeal arcebispo metropolitano, clero, professores primários, prefeitos municipais e imprensa. Iniciou a organização de associações de senhoras para proteção à infância em grande numero de municípios e a instalação dos então denominados postos de higiene infantil. Estes postos foram aperfeiçoados desde 1942, sob a denominação de Postos de Puericultura, órgãos fundamentais de toda a organização dos serviços locais de proteção à infância em todo o país. Instituiu desde 1939 a semana e o movimento anual de propaganda de ensinamentos destinados a promover em todo o Brasil interesse pela criança e meios de protegê-la.

Intercâmbio comercial com o exterior

RIO, 22 (C. P.) — O presidente Kubitschek enviou mensagem ao Congresso Nacional, acompanhada de projeto de lei propondo a prorrogação do regime de licença para o intercâmbio comercial com o exterior. O regime em vigor terá sua aplicação terminada a 30 de junho próximo e a mensagem presidencial solicita sua prorrogação até 31 de dezembro de 1957, de vez que, conforme salienta o documento, o governo não considera de imediata necessidade a adoção de modificações no regime vigente.

Data: sem data			Localização: Acervo EEEF Professor Olintho de Oliveira		
Tipo de fonte:					
<input type="checkbox"/> certidão	<input type="checkbox"/> carta	<input type="checkbox"/> testamento	<input type="checkbox"/> livro	<input checked="" type="checkbox"/> jornal	<input type="checkbox"/> revista
<input type="checkbox"/> processo	<input type="checkbox"/> ofício	<input type="checkbox"/> memorando	<input type="checkbox"/> comunicado	<input type="checkbox"/> listas	<input type="checkbox"/> ata
<input type="checkbox"/> diário oficial	<input type="checkbox"/> imagem	<input type="checkbox"/> pintura	<input type="checkbox"/> fotografia	<input type="checkbox"/> entrevista	<input type="checkbox"/> objetos



Alunos do Grupo Escolar Prof. Olintho de Oliveira em nossa redação, acompanhados das professoras Maria de Lourdes Pires Bergesch e Maria José Abreu Calcanhotto.

G. E. Olintho de Oliveira reverencia o seu patrono

Acompanhado das professoras Maria José Abreu Calcanhotto e Maria de Lourdes Pires Bergesch, um grupo de alunos do Grupo Escolar Prof. Olintho de Oliveira visitou a redação deste jornal para fazer a entrega do seguinte texto em que se presta homenagem ao patrono da escola, de quem hoje, dia 22, transcorre o 21.º aniversário de falecimento:

"Mais um acontecimento de significação profunda se faz em nossa comunidade: 20.º aniversário do Grupo Escolar Prof. Olintho de Oliveira.

Neste momento histórico, temos presente a magnífica obra realizada pelo eminente patrono desta escola que, na simplicidade e no anonimato, imprimiu no sudário de nosso tem-

po os valores da disponibilidade, do altruísmo e da dedicação, visando à promoção humana.

Esta obra continua a refletir-se no setor educacional, como exemplo digno de ser lembrado com amor, porque de amor foram as realizações do benemérito prof. Olintho de Oliveira.

Educação em destaque registra, nesta data, a projeção sem limites do patrono de uma escola que, hoje, de modo especial, lhe rende a homenagem profunda que sintetiza as festividades conjuntas:

Tu, prof. Olintho de Oliveira, edificaste uma obra de amor e deixaste conosco a mensagem de atividades cheias de esperança, para a formação de cada criança.

Tu és destaque em educação, hoje e sempre, na historicidade de uma escola, que continuará a perpetuar teus exemplos dignos, retratados na síntese. O documentário de tua vida.

Nasceu na capital gaúcha em 5 de janeiro de 1886. Estudou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se formou a 12 de janeiro de 1887.

Vida complexa, a do varão simples que sem alarido nem crises ascendeu aos topos da ciência e conquistou com modestia e discrição altas situações sociais.

O estudo foi a sua paixão e a naturalidade, o seu dom de penetrar nos corações, combinou ao seu vastíssimo saber a firmeza de caráter e a calma benévola e acolhedora.

Sempre avançou no terreno seguro dos conhecimentos técnicos, com a calma de um apóstolo, que aprendia para transmitir, sentindo a mais completa das recompensas.

Era o guia perfeito nas aulas e enfermarias do ensino, o médico seguro à cabeceira do doente.

Foi um dos fundadores da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Sul.

Seu devotamento pela medicina infantil vinha desde o curso acadêmico. Não havendo em Porto Alegre nenhuma instituição de assistência médica ou social, fundou aí o grande médico e mestre uma associação de proteção à infância e iniciou a construção da primeira creche feita no Brasil.

Fundou em 1890 um dispensário infantil anexo à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, que tomou grande desenvolvimento e foi pouco tempo depois acrescido de uma enfermaria e um laboratório de pesquisas. Dirigiu esses serviços durante 25 anos e os trabalhos que elaborou no seu laboratório foram premiados com medalha de prata na Exposição Internacional de Higiene, realizada 1909, no Rio de Janeiro. A 1.ª turma de médicos formados em Porto Alegre escolheu-o para paraninfo.

Foi um dos fundadores do Instituto Pasteur e Osvaldo Cruz ambos no Rio de Janeiro.

Na capital da República, foi eleito presidente do Congresso Pan-Americano da criança, realizado como uma das grandes solenidades comemorativas do centenário da Independência do Brasil em 1822.

Em 1930 foi convidado para dirigir a Inspeção de Higiene Infantil do Departamento de Saúde Pública. Em pouco tempo conseguiu transformar aquele órgão em Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância com ação extensiva a todo país, sendo, por indicação sua, então criado o Departamento Nacional da Criança que tão larga e útil atuação exerce presentemente.

Em 1933 presidiu também no Rio de Janeiro a Conferência Nacional de Proteção à Infância e oficialmente representou o Brasil em vários Congressos de Proteção à Infância.

Anima ainda a sua opulenta vida interior o cultivo das letras e das artes. Duas instituições florescem em Porto Alegre das quais o Prof. Olintho de Oliveira foi o fundador e o primeiro presidente: A Academia Sul Rio-Grandense de Letras e o Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul.

Em 1953, o presidente Getúlio Vargas assinou decreto conferindo o Diploma de Inscrição do Prof. Olintho de Oliveira no Livro do Mérito.

O prof. Olintho de Oliveira faleceu aos 90 anos de idade no dia 22 de maio de 1956 no Rio de Janeiro".

Data: julho de 2009			Localização: Acervo EEEF Professor Olintho de Oliveira		
Tipo de fonte:					
<input type="checkbox"/> certidão	<input type="checkbox"/> carta	<input type="checkbox"/> testamento	<input type="checkbox"/> livro	<input checked="" type="checkbox"/> jornal	<input type="checkbox"/> revista
<input type="checkbox"/> processo	<input type="checkbox"/> ofício	<input type="checkbox"/> memorando	<input type="checkbox"/> comunicado	<input type="checkbox"/> listas	<input type="checkbox"/> ata
<input type="checkbox"/> diário oficial	<input type="checkbox"/> imagem	<input type="checkbox"/> pintura	<input type="checkbox"/> fotografia	<input type="checkbox"/> entrevista	<input type="checkbox"/> objetos

Em julho de 1909, o Instituto Livre de Belas Artes do Rio Grande do Sul criou o seu Conservatório de Música, dirigido pelo médico Olintho de Oliveira, que foi o fundador da Instituição com sede na rua Senhor dos Passos. O Conservatório de Música começou oferecendo os cursos básico, fundamental e superior de teoria da música, a composição e a música vocal e instrumental, de acordo com o seu estatuto. A iniciativa teve apoio de 65 comissões regionais do Estado, sendo regido por uma Comissão Central. O Conservatório foi criado numa época em que Porto Alegre reforçava a sua posição de liderança regional, e sanava-se assim parte das deficiências culturais sentidas durante o Império. Na verdade, era um projeto compensatório civilizatório regional republicano, que acabou envolvendo a criação de outras instituições de ensino avançado no Estado, provocando movimentos semelhantes em outras partes do país. Em 1915, o presidente do Estado, Borges de Medeiros, aumentou a dotação orçamentária, possibilitando uma melhoria nas condições gerais de funcionamento da instituição.

**Há um século no
Correio do Povo**



Olintho de Oliveira



Sede do Conservatório de Música na rua Senhor dos Passos

SI

FOTOS: CP MEMÓRIA

Data: 01/09/2010			Localização: Acervo EEEF Professor Olintho de Oliveira		
Tipo de fonte:					
<input type="checkbox"/> certidão	<input type="checkbox"/> carta	<input type="checkbox"/> testamento	<input type="checkbox"/> livro	<input checked="" type="checkbox"/> jornal	<input type="checkbox"/> revista
<input type="checkbox"/> processo	<input type="checkbox"/> officio	<input type="checkbox"/> memorando	<input type="checkbox"/> comunicado	<input type="checkbox"/> listas	<input type="checkbox"/> ata
<input type="checkbox"/> diário oficial	<input type="checkbox"/> imagem	<input type="checkbox"/> pintura	<input type="checkbox"/> fotografia	<input type="checkbox"/> entrevista	<input type="checkbox"/> objetos

Há um século no Correio do Povo

Pesquisa e edição: RENATO BOHUSCH | renatobohusch@correiodopovo.com.br

Correio do Povo do dia 1º de setembro de 1910 noticiava:

DIVERSAS

Festa em S. Jeronymo – No periodo de 25 do corrente a 2 de outubro proximo, realisar-se-ão, em S. Jeronymo, as festas do padroeiro local, de N. S. do Rosario e de N. S. da Conceição.

Estrada de Ferro do Riacho – Começará a vigorar de hoje em diante, nessa estrada de ferro, o seguinte horario: Dias uteis: partidas do Riacho, às 7.30 e 9.30 da manhã, e às 2 e 5 da tarde; da Tristeza, às 8.15 e 10.15 da manhã, e às 2.45 e 5.45 da tarde; aos domingos: partidas do Riacho, as 8 e 10 da manhã, e às 2 e 5 da tarde; da Tristeza, às 8.45 e 10.45 da manhã, e às 2.35 e 5.45 da tarde.

Serviço de recenseamento – Diz o Paiz, do Rio, que, segundo os calculos feitos na 2ª secção da repartição geral de estatística (demographia), a quem incumbe immediatamente o serviço de recenseamento da população, o numero de pacotes a expedir para as diferentes zonas recenseadoras, contendo listas censitarias, será de dez mil. Esse calculo tem por base a população obtida nos recenseamentos anteriores. Pelo acrescimo geometrico verificado de 1890 para 1900, a população de 1910 de-

verá ser aproximadamente de vinte e um milhões de habitantes. Admittida tambem a densidade da população de cinco pessoas por fogo, ou familia, e contendo cada pacote quinhentas listas censitarias, torna-se claro que, em cada pacote, ha impressos que comportem informações relativas a duas mil e quinhentas pessoas. Assim, haverá necessidade, para aquella população calculada, de oito mil pacotes, ou sejam, vinte milhões e meio de listas. Como, entretanto, cumpre attender o augmento provavel de população além do calculo e, alem disso, aos possiveis extravios e estragos de impressos, a remessa eleva-se a dez mil pacotes.

Exposição Agro-Pecuaría – Sabemos que o dr. Vasco Bandeira será indicado para presidente da Exposição Agro-Pecuaría, a se inaugurar nesta capital, em meados do anno vindouro, conforme noticiámos hontem.

TELEGRAMMAS

Desfalque na Intendencia Rio Grande, 31 – O Echo do Sul affirma que correm rumores de um desfalque havido na Intendencia Muni-

cipal. Accrescenta aquella folha ser ridiculo o pretendido desmentido do *Intransigente*, quando se trata de um facto publico.

Academia de Lettras

Rio, 31 – A Academia Brasileira de Lettras effectuará, a 3 do corrente, no Palacio Monroe, a sessão de recepção do novo academico dr. Pedro Lessa, ministro do Supremo Tribunal Federal.

Instituto Pasteur – Como antecipáramos, inaugurar-se-á hoje, ás 3 horas da tarde, no edificio da Beneficencia Porto-Alegrense, á rua independencia n.º 6, o Instituto Pasteur, que terá como director o dr. Raymundo Vianna. O acto de inauguração será solemne, comparecendo a elle o presidente do Estado, autoridades civis e militares e representantes da imprensa. A Praça do Commercio desta capital designou os srs. Hemeterio Mostardeiro e Leopoldo Schneider, este director e aquelle vice-presidente, para represent-a no acto da inauguração do Instituto Pasteur. O sr. A. M. Araújo, presidente da Praça do Commercio, mandou agradecer á Faculdade de Medicina e Pharmacia a attenção do convite, no mesmo officio em que communicava ao dr. Olintho de Oliveira haver sido escolhido aquella comissão.

A grafia de época está preservada nos textos acima



Olintho de Oliveira

CRONOLOGIA

O dia 1º de setembro na história

Data: 23/05/1956			Localização: Acervo AHPAMV		
Tipo de fonte:					
<input type="checkbox"/> certidão	<input type="checkbox"/> carta	<input type="checkbox"/> testamento	<input type="checkbox"/> livro	<input checked="" type="checkbox"/> jornal	<input type="checkbox"/> revista
<input type="checkbox"/> processo	<input type="checkbox"/> ofício	<input type="checkbox"/> memorando	<input type="checkbox"/> comunicado	<input type="checkbox"/> listas	<input type="checkbox"/> ata
<input type="checkbox"/> diário oficial	<input type="checkbox"/> imagem	<input type="checkbox"/> pintura	<input type="checkbox"/> fotografia	<input type="checkbox"/> entrevista	<input type="checkbox"/> objetos

...inamentos destinados a promover em todo o Brasil interesse pela criança e meios de protegê-la.

HONRARIAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

Na reunião conjunta das sociedades americanas de pediatria, realizada em Buenos Aires, em 1952, recebeu, por indicação de 62 congressistas, o título de decano de pediatras sul-americanos. Na sessão comemorativa do 40.º aniversário de fundação dos arquivos latino-americanos de pediatria, foi consagrado o seu nome em uma placa que foi trazida da capital portenha por enviado especial e entregue ao Instituto Nacional de Puericultura do Departamento Nacional da Criança. Como cultor, também, que foi, das letras e das artes, o professor Olinto fundou e foi o primeiro presidente da Academia Sul-Riograndense de Letras, do Instituto de Belas Artes do nosso Estado, deste fazendo parte o Conservatório de Música e a Escola de Artes.

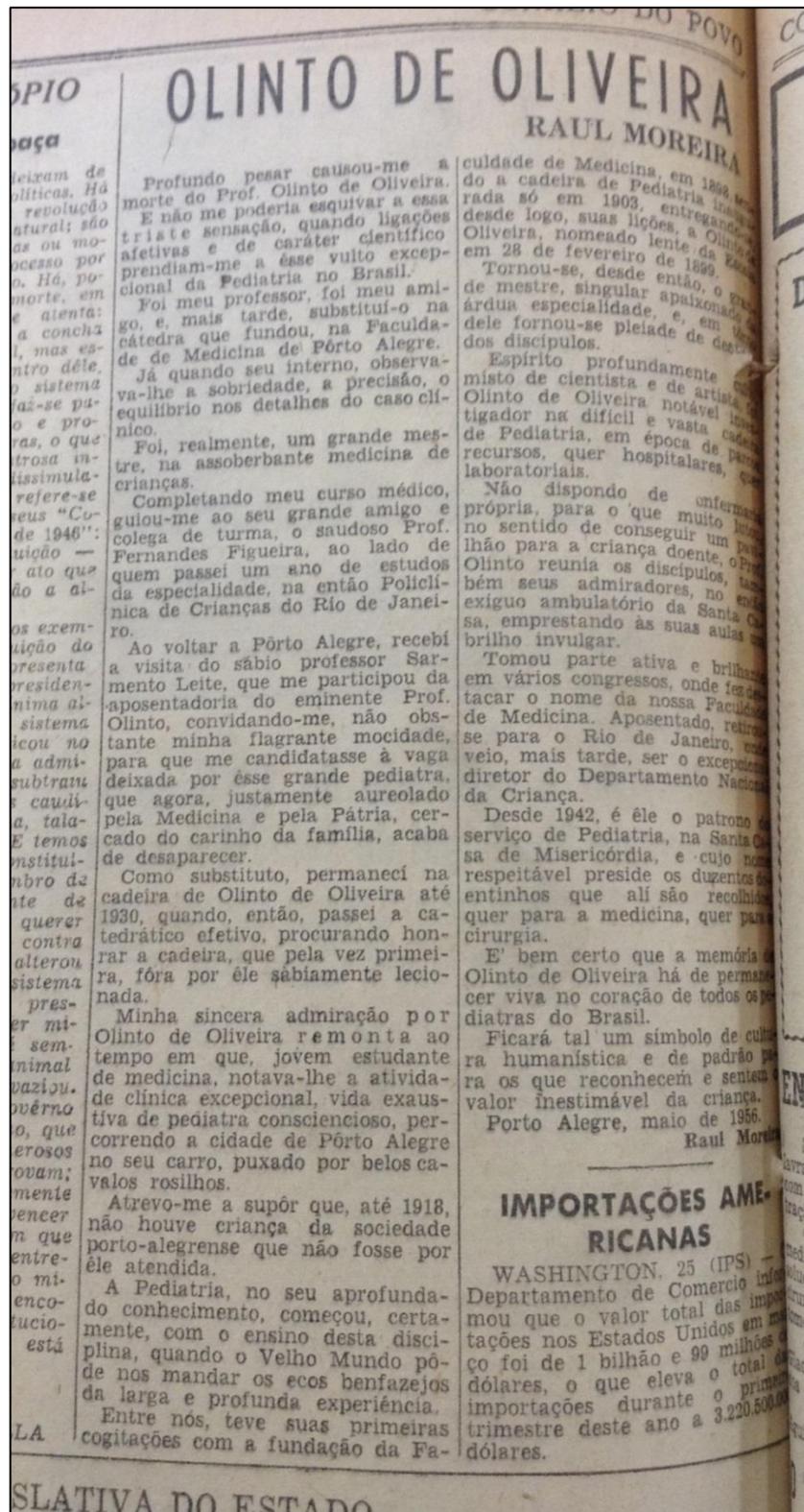
Grande amigo de Caldas Junior, fundador do nosso jornal, o professor Olinto ilustrava as páginas do "Correio do Povo" desde a sua mocidade com frequência, com colaboração científica e literária, divulgando assim preciosos conhecimentos para os que se iniciavam na ciência médica e no culto das letras.

Em 1953, o presidente Getúlio Vargas assinou decreto conferindo o diploma de inscrição do professor Olinto no Livro do Mérito. Já enfermo, o ilustre cientista se fez representar na solenidade de entrega daquele diploma, realizada no salão nobre do Palácio do Catete, pelos seus filhos, em nome dos quais, por sua disposição, falou o mais moço, Jorge Olinto de Oliveira, na época já um pediatra de renome, como seu pai.

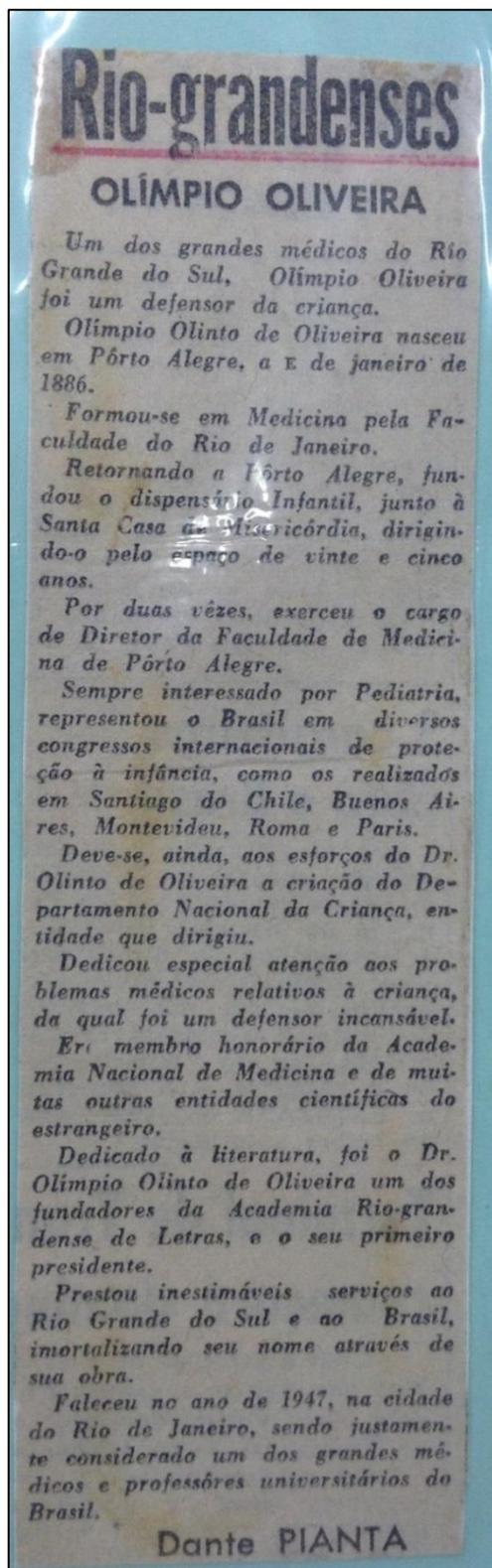
O professor Olinto de Oliveira faleceu aos noventa anos de idade, completados no dia 5 de janeiro último. Finou-se assim uma vida cheia de serviços relevantes ao país e que, no dizer do pediatra e acadêmico professor Peregrino Junior, era "um sábio e um santo". Seus funerais realizaram-se às 16 horas, no Cemitério de São João Batista, com grande acompanhamento de figuras da mais alta expressão da administração pública, da ciência, das letras e do jornalismo.

PROSEQUEM EM GENE

Data: 25/05/1956			Localização: Acervo AHPAMV		
Tipo de fonte:					
<input type="checkbox"/> certidão	<input type="checkbox"/> carta	<input type="checkbox"/> testamento	<input type="checkbox"/> livro	<input checked="" type="checkbox"/> jornal	<input type="checkbox"/> revista
<input type="checkbox"/> processo	<input type="checkbox"/> ofício	<input type="checkbox"/> memorando	<input type="checkbox"/> comunicado	<input type="checkbox"/> listas	<input type="checkbox"/> ata
<input type="checkbox"/> diário oficial	<input type="checkbox"/> imagem	<input type="checkbox"/> pintura	<input type="checkbox"/> fotografia	<input type="checkbox"/> entrevista	<input type="checkbox"/> objetos



Data: 1962			Localização: Acervo AHPAMV		
Tipo de fonte:					
<input type="checkbox"/> certidão	<input type="checkbox"/> carta	<input type="checkbox"/> testamento	<input type="checkbox"/> livro	<input checked="" type="checkbox"/> jornal	<input type="checkbox"/> revista
<input type="checkbox"/> processo	<input type="checkbox"/> ofício	<input type="checkbox"/> memorando	<input type="checkbox"/> comunicado	<input type="checkbox"/> listas	<input type="checkbox"/> ata
<input type="checkbox"/> diário oficial	<input type="checkbox"/> imagem	<input type="checkbox"/> pintura	<input type="checkbox"/> fotografia	<input type="checkbox"/> entrevista	<input type="checkbox"/> objetos



Data: 24/01/1974			Localização: Acervo EEEF Professor Olintho de Oliveira		
Tipo de fonte:					
<input type="checkbox"/> certidão	<input type="checkbox"/> carta	<input type="checkbox"/> testamento	<input type="checkbox"/> livro	<input checked="" type="checkbox"/> jornal	<input type="checkbox"/> revista
<input type="checkbox"/> processo	<input type="checkbox"/> ofício	<input type="checkbox"/> memorando	<input type="checkbox"/> comunicado	<input type="checkbox"/> listas	<input type="checkbox"/> ata
<input type="checkbox"/> diário oficial	<input type="checkbox"/> imagem	<input type="checkbox"/> pintura	<input type="checkbox"/> fotografia	<input type="checkbox"/> entrevista	<input type="checkbox"/> objetos

PINTADO POR ALUNOS



Para comemorar o centenário do patrono, alunos tiveram iniciativa



Partindo da idéia inicial de fazer uma limpeza geral na escola, para a comemoração do centenário de nascimento do seu patrono, os alunos do Wiston Churchill acabaram pintando o prédio, lixando e envernizando classes e construindo jardins. O entusiasmo dos poucos que aceitaram auxiliar os professores, no início, foi aos poucos contagiando toda a escola, que agora está dividida em equipes sob a orientação dos professores, envolvidas em diversas atividades.

Quando a direção do Wiston Churchill pensou em organizar uma semana de festividades para a comemoração do centenário de seu patrono, surgiram de imediato dois problemas: o prédio da escola não apresentava condições para o desenvolvimento das atividades programadas e não dispunha de recursos para fazer os reparos necessários pois, sendo uma escola estadual, toda a arrecadação era destinada aos alunos carentes. Por sugestão dos professores foi pedido aos alunos que auxiliassem, lavando as paredes da escola. A primeira reação foi desfavorável. Apenas alguns iniciaram o trabalho, mas em pouco tempo todos os alunos se envolveram. Surgiu deles a idéia de pintar o colégio. Outro grupo resolveu que era necessário lixar e envernizar as classes. Com a orientação do professor de ciências construíram um jardim, os trabalhos das aulas técnicas vão ser expostos, os de artes e desenho também. Uma das paredes vai ganhar um painel, feito pelos alunos e mesmo o hino da escola foi a soma das contribuições dos estudantes. Para a pintura do prédio o trabalho foi dividido. Os alunos do turno da manhã e tarde pintam muros e paredes mais acessíveis, enquanto os da noite, trabalhando em sábados e domingos, concluem o restante.

O entusiasmo e envolvimento dos alunos foi surpresa para os professores, que não esperavam tanta cooperação. A motivação agora é tão grande que se tornou difícil para os professores cumprir o horário normal das aulas.

Soraya Inês explica porque os alunos estão ajudando: "É uma experiência nova. A gente não é forçada mas se sente obrigada a deixar uma cooperação para o colégio onde recebeu tanto".

As comemorações do centenário de Wiston Churchill iniciam dia 25 e vão até o dia 30 de dezembro.

ZERO HORA

ZERO HORA — 24-11-74 — Porto Alegre

Data: 24/05/1956			Localização: Acervo AHPAMV		
Tipo de fonte:					
<input type="checkbox"/> certidão	<input type="checkbox"/> carta	<input type="checkbox"/> testamento	<input type="checkbox"/> livro	<input checked="" type="checkbox"/> jornal	<input type="checkbox"/> revista
<input type="checkbox"/> processo	<input type="checkbox"/> ofício	<input type="checkbox"/> memorando	<input type="checkbox"/> comunicado	<input type="checkbox"/> listas	<input type="checkbox"/> ata
<input type="checkbox"/> diário oficial	<input type="checkbox"/> imagem	<input type="checkbox"/> pintura	<input type="checkbox"/> fotografia	<input type="checkbox"/> entrevista	<input type="checkbox"/> objetos

QUINTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 1956

OLINTO DE OLIVEIRA

(Especial para o "Correio do Povo")

GONÇALVES VIANNA

Não era ainda meia noite, quando recebo, consternado, a dolorosa notícia do passamento de Olinto de Oliveira, residente no Rio há mais de trinta anos. Não obstante a idade e os sofrimentos penosos de longa data, que já estavam a pedir o repouso definitivo dessa alma de eleito, encheu-se-me o coração de pesar e de imensas saudades, pois que, com ele, despedi-se de mim o incomparável professor e dileto amigo.

Apagado esse grande nome do cenário da vida pública, perdem o Rio Grande e o Brasil uma das suas excelsas figuras, que, do ponto de vista teológico, restituiu o depósito e, no filosófico, deixou de pensar! Essa, a perda irreparável. Apagar-se a luz de uma vigorosa inteligência, nesta hora em que o país é isso, que se está vendo, a perder-se nas trevas de uma noite de duração indefinida, significa pesado luto para o Rio Grande e a cultura brasileira que hoje, mais do que nunca, estão clamando por homens de pensamento e de espírito público incorruptível.

No momento que está passando, quando o país se agita e combate na polémica e no sacrifício, procurando nobre e patrioticamente resolver, em nome da Justiça, o tremendo problema dos nossos destinos, reconhecendo como Proudhon, que a negação da sociedade importa numa afirmação consequente, que é todo um angustiante perigo; que, depois de desmantelados abusos, privilégios e devastações do patrimônio comum, impõe-se o imperativo inarredável de organizar solidamente o trabalho, segundo um estilo de vida que nos assegure a paz, propiciando-nos o bem estar e o florescimento da virtude; neste transe culminante da nossa História, de cuja gravidade não há exemplo no passado, quando mais desesperadamente se está clamando, para a defesa dos nossos bens incomparáveis, o concurso de todos os espíritos cultos e superiormente dotados, é para lamentar profundamente que se tenha ido, do cenário das nossas lutas, essa outra grande vida, que foi padrão da cultura riograndense e orgulho autêntico das nossas mais belas tradições.

x x x

Para os que não conheceram o clínico emérito, o famoso pediatra e um dos maiores professores da medicina contemporânea, pre-

sumo bastante o perfil moral e intelectual que aqui transparece nestas linhas:

Respondendo-me, em carta, sobre minha impressão a respeito de um dos livros de Gustavo Corção — já era ele maior de oitenta anos — escreveu:

"Não conheço essa obra, como aliás quase nada da literatura moderna, que já não é para mim. Lutando embora com a possível energia contra a inação da velhice, limito-me a reler as coisas gratas de outrora, sobretudo poesia e filosofia, a ouvir boa música (Deus abençoe o inventor do rádio), e a viajar no avião do pensamento, que me leva por esses mundos afora, a ver e a sentir, com as m's profundas emoções, as coisas belas e luminosas que o Creator andou espalhando por aí. Esqueço assim o ramerrão de cada dia, que aliás, seria ingrato desprezar, porque é feito também de coisas boas e belas, com algumas asperezas e espinhos próprios do que é rasteiro. E faço força para não ver o mal irremediável e para co' ele conformar-me. Sono às vezes (mas não chega a ser delírio) em compor algum trabalho. Tenho dois ou três em mente. Escrevinho, tomo notas, chego mesmo a celinear algum tiras. Mas aí o avião que é de tipo antigo, não aguenta as alturas e volta ao terreno, como se fosse um galináceo... E a obra-prima, ovo mal fecundado, fica ali para um canto, gorando..."

Mas perdoe-me, caríssimo amigo: Estou a abusar da sua longanimidade para exibir-me, esquecido do moi haïssable de Pascal.

O seu entusiástico comentário do livro do Corção é, como também este o seja, um grito d'alma que se vem juntar ao clamor universal da humanidade, a debater-se no tumulto da imensa revolução que ela atravessa agora e que talvez esteja ainda em começo. Remédios, expedientes, soluções de toda espécie, surgem de todos os lados, em atordoante confusão. Posto já um tanto à margem, e não tendo alcançado nem um pouco daquele presbitismo que permite a tantos velhos enxergar ao longe, não consigo perceber nessas mezinhas, a eficiência, a aplicabilidade e, sobretudo, a oportunidade imprescindíveis. O abalo, assim tremendo, exigirá séculos para amainar. E não creio que os meios para isso estejam à nossa vista.

E vou er: breve adormecer, levando a tristeza e a compaixão de ver, arrastados, no temporal, de roldão, os pedaços de mim, dos meus e o resto dessa pobre humanidade que já está sofrendo tanto e vai sofrer muito mais. Que Deus deles e dela se amerceie!...

Em notável conferência para médicos e estudantes, no Rio, punha o egrégio professor este remate, digno de figurar numa antologia:

"Em ciência não há dogmas, nem preconceitos. Não há credos, nem sacramentos, nem profissão de fé; não há autoridades indiscutíveis nem princípios preestabelecidos. Não se admitem seitas, nem escolas, nem catecismos, nem doutrinas! Estrada larga, batida, direita, iluminada! Que venham para ali, à luz meridiana, todos os fatos descobertos, hipóteses, conclusões, e submetam-se ao exame, à dúvida, à análise, à discussão.

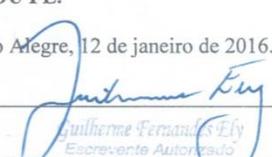
Arte e ciência, profissão e sacerdotício, a medicina acolhe no seu seio tudo quanto se propõe a cooperar na tarefa sagrada que é a sua razão de ser — o combate à dor, à doença, à morte.

A medicina tradicional é um profundo e largo rio, sereno e misterioso, que a humanidade atravessa, sedenta de remédios e consolação para os seus males. As suas nascentes são, de um lado, o sofrimento; do outro — a caridade. Afluem para ele como para o seu declive natural, todas as boas vontades, aos serviços da misericórdia e da compaixão humana; todas as conquistas da ciência, desde a mais simples e rudimentar até à mais transcendental, todas as contribuições do empirismo esclarecido e bem intencionado!

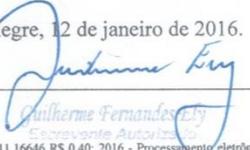
Para aonde se dirige esse rio? Em que oceano deságua? Não o sabemos ainda, não o saberemos talvez nunca; mas entrevemos que se dirige para o grande mar ilusório, aí de nós! dos nossos sonhos de uma felicidade futura, perfeita e absoluta!..."

Alma de poeta, vocação de cientista, dialética de professor, generoso coração de médico, exemplo incomum de pai amantíssimo e cidadão modelar de sua Pátria, finou-se, há poucas horas, com todas as insígnias do seu imenso valor, o sábio que era também um santo! Vida intensa e gloriosa a do Professor Olinto que, pelo fulgor da sua inteligência, nobreza dos seus sentimentos e amor aos homens, atingiu à plenitude do espírito, adorando a Beleza e a Perfeição!...

Data: 05/04/1944			Localização: Arquivo Registro de Imóveis 2ª Zona de Porto Alegre		
Tipo de fonte:					
<input checked="" type="checkbox"/> certidão	<input type="checkbox"/> carta	<input type="checkbox"/> testamento	<input type="checkbox"/> livro	<input type="checkbox"/> jornal	<input type="checkbox"/> revista
<input type="checkbox"/> processo	<input type="checkbox"/> ofício	<input type="checkbox"/> memorando	<input type="checkbox"/> comunicado	<input type="checkbox"/> listas	<input type="checkbox"/> ata
<input type="checkbox"/> diário oficial	<input type="checkbox"/> imagem	<input type="checkbox"/> pintura	<input type="checkbox"/> fotografia	<input type="checkbox"/> entrevista	<input type="checkbox"/> objetos

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COMARCA DE PORTO ALEGRE REGISTRO DE IMÓVEIS DA 2ª ZONA Rua Siqueira Campos, 1163 - 3º andar - CEP 90.010-001 - Tel.(51) 3013-4660 www.risegundazonapoa.com Bel. Regina de Fátima Marques Fernandes Registradora	
C E R T I D ã O	
<p>CERTIFICO que, à folha 58 do livro "3-L/1" deste Serviço Registral Imobiliário, consta a transcrição do teor seguinte: "Número: 17.451. Data: 5 de abril de 1944. Protocolo: Não consta. Circunscrição: 1º distrito, 1ª Zona. Denominação ou rua: Rua da República, nº 635. Imóvel/características e confrontações: Um prédio assobradado, situado à rua da República, fora do alinhamento da rua, nº 635, cujo terreno tem a largura de 21,48m e confina pelo leste com o alinhamento daquela rua, pelo norte com propriedade do Dr. Israel Baptista, pelo sul, na extensão de 34,94m, com Dr. Israel Baptista; na extensão de 13,24m com Dr. Tiburcio e na extensão de 23,55m, com outro prédio da herança de José Baptista Soares da Silveira e Souza Filho, nº 649. Ao prédio nº 635 fica incorporado em virtude do testamento do de cujus, uma faixa de terreno de 2,00m de largura, retirada do terreno que lhe fica contíguo, o referido nº 4, desta forma o terreno do prédio nº 635 fica tendo no alinhamento da rua República a extensão de 23,48m, avaliado em Cr\$ 70.000,00. Nome, estado, profissão, domicílio e residência do adquirente: Cypriana Baptista de Mesquita, casada com o Tenente Coronel Candido Alves de Mesquita. Nome, estado, profissão, domicílio e residência do transmitente: Herança de José Baptista Soares da Silveira e Souza Filho. Forma do título e data: Certidão passada pelo escrivão do Cartório da Provedoria desta capital em 26/9/1927. Título de transmissão: Partilha. Valor do contrato: Cr\$ 70.000,00. Condições do contrato: Não constam. Procedência da transcrição: Partilha amigável de 1909. AVERBAÇÕES: Imóvel transferido, em virtude de partilha, para a transcrição 20.142, na folha 168 do livro 3-N. Em 24/4/1945." Nada mais consta.</p>	
O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.	
Porto Alegre, 12 de janeiro de 2016.  Guilherme Fernandes Ely Escrevente Autorizado	
<small>Emolumentos: R\$ 7,60 Selo: 0470.01.1500011.16642 R\$ 0,40; 2016 - Busca R\$ 7,90 Selo: 0470.01.1500011.16643 R\$ 0,40; 2016 - Processamento eletrônico R\$ 4,10 Selo: 0470.01.1500011.16644 R\$ 0,40; Total: R\$ 20,80 14:11:20</small>	

Data: 24/04/1945			Localização: Arquivo Registro de Imóveis 2ª Zona de Porto Alegre		
Tipo de fonte:					
<input checked="" type="checkbox"/> certidão	<input type="checkbox"/> carta	<input type="checkbox"/> testamento	<input type="checkbox"/> livro	<input type="checkbox"/> jornal	<input type="checkbox"/> revista
<input type="checkbox"/> processo	<input type="checkbox"/> ofício	<input type="checkbox"/> memorando	<input type="checkbox"/> comunicado	<input type="checkbox"/> listas	<input type="checkbox"/> ata
<input type="checkbox"/> diário oficial	<input type="checkbox"/> imagem	<input type="checkbox"/> pintura	<input type="checkbox"/> fotografia	<input type="checkbox"/> entrevista	<input type="checkbox"/> objetos

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COMARCA DE PORTO ALEGRE REGISTRO DE IMÓVEIS DA 2ª ZONA Rua Siqueira Campos, 1163 - 3º andar - CEP 90.010-001 - Tel.(51) 3013-4660 www.risegundazonapoa.com Bel. Regina de Fátima Marques Fernandes Registradora
C E R T I D ã O
<p>CERTIFICO que, à folha 168 do livro "3-N/2" deste Serviço Registral Imobiliário, consta a transcrição do teor seguinte: "Número: 20.142. Data: 24 de abril de 1945. Protocolo: 32.497. Circunscrição: Segunda zona, 1º distrito, 2º Ofício de Imóveis. Denominação ou rua: República, 635. Imóvel/características e confrontações: O prédio assobradado, sito à rua da República nº 635, antigo nº 6, fora do alinhamento da dita rua, cujo terreno tem ao leste, no alinhamento daquela rua, a extensão de 21,48m, incluídos os 2,00m retirados do prédio nº 649 da mesma rua, e confina pelo norte, na extensão de 78,40m, com propriedade do Dr. Israel Baptista Soares da Silveira e Souza, sob nº 611 da mesma rua; a divisa oeste tem a extensão de 20,60m, sendo 9,75m com propriedade de Maestri Irmãos, sito à Travessa Carmo nº 164 e 10,85m com terreno do prédio da rua João Alfredo nº 302, de Miguel Pontigliosi, e ao sul, na extensão de 34,94m, com os fundos dos terrenos dos prédios da rua João Alfredo nºs 306, 308, 318 e 328, do Dr. Israel Baptista Soares da Silveira e Souza, e na extensão de 13,24m, ainda na face sul, e 2,00m na pequena face para o oeste com os fundos dos prédios da rua João Alfredo nº 332 e 334 de propriedade dos herdeiros de Dr. Joaquim Tiburcio de Azevedo, e ainda ao sul, na extensão de 23,55m com terreno do prédio nº 649 da rua da República. Avaliado em Cr\$ 85.000,00. Nome, estado, profissão, domicílio e residência do adquirente: Dr. José Baptista Canabarro, brasileiro, casado com Ligia Silveira Canabarro, ele engenheiro civil, domiciliados e residentes nesta capital. Nome, estado, profissão, domicílio e residência do transmitente: Herança de Cypriana Baptista de Mesquita. Forma do título e data: Formal de partilha, passado pelo 3º Cartório de Órfãos desta capital em 3/4/1945, julgado o inventário por sentença em 21/2/1945, pelo Dr. Claudino Gayer. Título de transmissão: Legítima materna. Valor do contrato: Cr\$ 85.000,00. Condições do contrato: As do formal. Procedência da transcrição: 17.451 do livro 3-L. AVERBAÇÕES: Imóvel transferido, em virtude de desapropriação, para a transcrição 95.629, na folha 168 do livro 3-CP. Em 27/6/1969." Nada mais consta.</p>
O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.
Porto Alegre, 12 de janeiro de 2016.  Guilherme Fernandes Escrivão Autuário
<small>Emolumentos: R\$ 7,60 Sel: 0470.01.1500011.16645 R\$ 0,40; 2016 - Busca R\$ 7,90 Sel: 0470.01.1500011.16646 R\$ 0,40; 2016 - Processamento eletrônico R\$ 4,10 Sel: 0470.01.1500011.16647 R\$ 0,40; Total: R\$ 20,80 14:11:24</small>

Data: 27/06/1969			Localização: Arquivo Registro de Imóveis 2ª Zona de Porto Alegre		
Tipo de fonte:					
<input checked="" type="checkbox"/> certidão	<input type="checkbox"/> carta	<input type="checkbox"/> testamento	<input type="checkbox"/> livro	<input type="checkbox"/> jornal	<input type="checkbox"/> revista
<input type="checkbox"/> processo	<input type="checkbox"/> ofício	<input type="checkbox"/> memorando	<input type="checkbox"/> comunicado	<input type="checkbox"/> listas	<input type="checkbox"/> ata
<input type="checkbox"/> diário oficial	<input type="checkbox"/> imagem	<input type="checkbox"/> pintura	<input type="checkbox"/> fotografia	<input type="checkbox"/> entrevista	<input type="checkbox"/> objetos



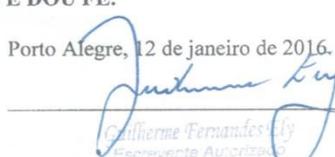
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
COMARCA DE PORTO ALEGRE
REGISTRO DE IMÓVEIS DA 2ª ZONA
Rua Siqueira Campos, 1163 - 3º andar - CEP 90.010-001 - Tel.(51) 3013-4660
www.risegundazonapoa.com
Bel. Regina de Fátima Marques Fernandes
Registradora

C E R T I D ã O

CERTIFICO que, à folha 294 do livro "3-CP/2" deste Serviço Registral Imobiliário, consta a transcrição do teor seguinte: "Número: 95.629. Data: 27 de junho de 1969. Protocolo: 242.175. Circunscrição: Cidade Baixa. Denominação ou rua: República, nº 635. **Imóvel/características e confrontações:** O prédio à rua da República nº 635, antigo nº 6, fora do alinhamento da dita rua, cujo terreno tem, ao leste, no alinhamento daquela rua, a extensão de 21,48m, incluídos os 2,00m retirados do prédio nº 649 da mesma rua, e confina pelo norte, ne extensão de 78,40m, com propriedade de. Israel Baptista Soares da Silveira e Souza, sob nº 611 da mesma rua; a divisa oeste tem a extensão de 20,60m, sendo 9,45m com propriedade de Maestri Irmãos, sito à Travessa Carmo nº 164, e 10,85m com terreno do prédio à rua João Alfredo nº 320, de Miguel Pontigiosi, e ao sul, na extensão de 34,94m, com os fundos dos terrenos dos prédios da rua João Alfredo nºs 306, 308, 318 e 328, de Isaac Soares da Silveira e Souza, na extensão de 13,24m, ainda na face sul, e 2,00m face para o oeste, com os fundos dos prédios da rua João Alfredo nº 332 e 334, de herdeiros de Joaquim Tiburcio de Azevedo, e ainda ao sul, na extensão de 23,55m com terreno do prédio nº 649 da rua da República. Nome, estado, profissão, domicílio e residência do **adquirente:** Estado do Rio Grande do Sul. Nome, estado, profissão, domicílio e residência do transmitente: José Baptista Canabarro, engenheiro, e sua esposa Ligia Silveira Canabarro, domiciliados e residentes nesta capital. Forma do título e data: Carta de sentença, passada pelo 2º Cartório dos Feitos da Fazenda Pública em 7/5/1969, com sentença do Dr. Hermann Homem de Carvalho Roenick de 29/4/1968 e acórdão da 2ª Câmara Cível, de 11/12/1968. Título de transmissão: Carta de sentença. Valor do contrato: NCr\$ 88.267,63. Condições do contrato: As da carta. Procedência da transcrição: 20.142 do livro 3-N. **AVERBAÇÕES:** Imóvel transferido, em virtude de doação, para a matrícula nº 58.290 do livro 2 de Registro Geral desta Serventia. Em 28/2/1983." Nada mais consta.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Porto Alegre, 12 de janeiro de 2016.


 Guilherme Fernandes
 Escrevente Autorizada

Emolumentos: R\$ 7,60 Selo: 0470.01.1500011.16648 R\$ 0,40; 2016 - Busca R\$ 7,90 Selo: 0470.01.1500011.16649 R\$ 0,40; 2016 - Processamento eletrônico R\$ 4,10 Selo: 0470.01.1500011.16650 R\$ 0,40; Total: R\$ 20,80 14.11.28

Data: 28/02/1983			Localização: Arquivo Registro de Imóveis 2ª Zona de Porto Alegre		
Tipo de fonte:					
<input checked="" type="checkbox"/> certidão	<input type="checkbox"/> carta	<input type="checkbox"/> testamento	<input type="checkbox"/> livro	<input type="checkbox"/> jornal	<input type="checkbox"/> revista
<input type="checkbox"/> processo	<input type="checkbox"/> ofício	<input type="checkbox"/> memorando	<input type="checkbox"/> comunicado	<input type="checkbox"/> listas	<input type="checkbox"/> ata
<input type="checkbox"/> diário oficial	<input type="checkbox"/> imagem	<input type="checkbox"/> pintura	<input type="checkbox"/> fotografia	<input type="checkbox"/> entrevista	<input type="checkbox"/> objetos

Página 01

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
COMARCA DE PORTO ALEGRE
REGISTRO DE IMÓVEIS DA 2ª ZONA
Bel. Regina de Fátima Marques Fernandes
Registradora

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido da parte interessada, que a imagem digitalizada foi extraída nos termos do Art. 19, § 1º da Lei 6.015/73 e corresponde à reprodução autêntica da ficha a que se refere:

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 2ª ZONA — P. ALEGRE
LIVRO N.º 2 — REGISTRO GERAL

58.290	MÁTRICULA		PORTO ALEGRE, 28 de fevereiro de 1983	FLS. 1	MÁTRICULA 58.290
--------	-----------	---	---------------------------------------	--------	------------------

Imóvel: O prédio assobradado sito à rua da República, nº 635, fora do alinhamento da dita rua, cujo terreno tem, a leste, no alinhamento daquela rua, a extensão de 21m48, incluídos os 2m00 retirados do prédio número 649 da mesma rua, e confina pelo norte, na extensão de 78m40, com propriedade que é ou foi de Israel Batista Soares da Silveira e Souza, sob número 611 da mesma rua, a divisa oeste tem a extensão de 20m60, sendo 9m45 com propriedade que é ou foi de Maestri Irmãos, sito à travessa do Carmo, número 164, e 10m85, com terreno do prédio da rua João Alfredo, número 320, que é ou foi de Miguel Pontigliasi, e, ao sul, na extensão 34m94, com os fundos dos terrenos dos prédios da rua João Alfredo números 306 e 308, 318 e 328, que são ou foram de Isaac Baptista Soares da Silveira e Souza, e, na extensão de 13m24 ainda na face sul e 2m00 pequena face para o oeste, com os fundos dos prédios da rua João Alfredo, números 332 e 334, de propriedade de herdeiros de Joaquim Tibúrcio de Azevedo ou seus sucessores, e, ainda ao sul, na extensão de 23m55, com terreno do prédio número 649 da rua da República.

Quarteirão: Ruas da República, João Alfredo, José do Patrocínio e travessa do Carmo.

Bairro: Cidade Baixa.

Procedência: 3-CP, fls. 294, nº 95.629, de 27-6-69.

Proprietário: O Estado do Rio Grande do Sul.

Escr. *[assinatura]*

RI/58.290 DOAÇÃO Prot. 124.051 Escritura de doação, lavrada no 2º Tabelionato d/capital, em 9 de novembro de 1982, no livro T-276, fls. 116, apresentada por certidão.

ADQUIRENTE: Município de Porto Alegre.

TRANSMITENTE: Estado do Rio Grande do Sul.

Valor: Cr\$ 3.956.600,00 *[assinatura]*

Em 28-2-83. *[assinatura]*

CONTINUA NO VERSO

O REFERIDO É VERDADE E DOU FE.
Porto Alegre, 13 de janeiro de 2016.

[assinatura]
Guilherme Fernandes Ely
Escrevente Autorizado

Emolumentos: R\$ 7,60 Selo: 0470.01.1500011.17233 R\$ 0,40; 2016 - Busca R\$ 7,90 Selo: 0470.01.1500011.17233 R\$ 0,40; 2016 - Processamento eletrônico R\$ 4,10 Selo: 0470.01.1500011.17234 R\$ 0,40; Total: R\$ 20,80 11:28:52

registro de imóveis da 2ª zona - registro de imóveis da 2ª zona - registro de imóveis da 2ª zona - registradora de imóveis da 2ª zona - registro de imóveis da 2ª zona -
Rua Siqueira Campos, 1163, Sala 301 - Tel. (51) 3013-4660 - www.risegunda.onapoa.com

Data: 08/08/2012		Localização: Acervo EEEF Professor Olintho de Oliveira			
Tipo de fonte:					
<input type="checkbox"/> certidão	<input type="checkbox"/> carta	<input type="checkbox"/> testamento	<input type="checkbox"/> livro	<input type="checkbox"/> jornal	<input type="checkbox"/> revista
<input checked="" type="checkbox"/> processo	<input type="checkbox"/> ofício	<input type="checkbox"/> memorando	<input type="checkbox"/> comunicado	<input type="checkbox"/> listas	<input type="checkbox"/> ata
<input type="checkbox"/> diário oficial	<input type="checkbox"/> imagem	<input type="checkbox"/> pintura	<input type="checkbox"/> fotografia	<input type="checkbox"/> entrevista	<input type="checkbox"/> objetos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS, IRRIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
DEPARTAMENTO DE OBRAS
1ª C.R.O.P - COORDENADORIA REGIONAL DE OBRAS PÚBLICAS

Processo nº10013-1900/11-7

AUTO DE INTERDIÇÃO

Lavramos o presente AUTO DE INTERDIÇÃO, tendo em vista as informações do Laudo de Estabilidade Estrutural apresentado no dia 26 de Julho de 2012 do prédio de dois pavimentos em alvenaria de tijolos maciços na Escola **de Ensino o Fundamental Olintho de Oliveira**, devido constar em sua Conclusão de Estabilidade o seguinte:

Na situação em que se encontra a estrutura atualmente existe o risco eminente de colapso e são necessárias medidas emergenciais quanto aos seguintes elementos:

- Treliças de sustentação do telhado
- Madeiramento do telhado
- Alvenarias periféricas no segundo pavimento
- Divisórias internas do segundo pavimento
- Assoalho do piso no segundo pavimento
- Tratamento das regiões com reboco deslocado em ambos os pavimentos
- Recuperação e tratamentos das fissuras, trincas e rachaduras encontradas por toda a edificação
- Impermeabilização dos locais com umidades ascendentes e infiltrações.

O devido auto de interdição é para a retirada das pessoas e de seu mobiliário.

Atenciosamente,

Porto Alegre, 08 de agosto de 2012

Eng. Júlio C. Fredes da Silveira
Id. Func. 3649180-1 CREA 61428
1º CROP- PORTO ALEGRE/DOP/ISC



Eng Civil **Júlio Cesar Fredes da Silveira**
Fiscal de Obras da 1ª CROP/SOP
Secretaria de Obras Públicas

1

ANEXO B – Amostra das imagens seleccionadas no acervo fotográfico da escola









APÊNDICES

APÊNDICE A – Questões sobre a história de vida dos alunos e das alunas

E.E.E. FUNDAMENTAL PROFESSOR OLINTHO DE OLIVEIRA

Disciplina: História

Prof. Leandro

Bimestre/ano: 1º/2016

Responda as questões a seguir baseando-se na história da sua vida. Tire conclusões a partir das suas respostas.

- a) Em sua história aparecem outros personagens além de você? Quem? Por quê?
- b) Se estes outros personagens que aparecem em seu texto fossem escrever a sua história, ela seria igual? Por quê?
- c) Qual destas histórias estaria certa? Por quê?
- d) Você escreveu sua história utilizando a memória. Mas se precisasse escrevê-la de maneira bem detalhada, que outros recursos utilizaria?
- e) Classifique estes recursos em documentos escritos, orais, visuais, e vestígios.
- f) Você escreveu seu texto em *ordem cronológica*? Por quê?
- g) Alguns fatos de sua vida apareceriam nas histórias pessoais de outras pessoas? Por quê?
- h) Para explicar os acontecimentos de sua vida você precisou localizá-los no tempo e no espaço? Por quê?
- i) Você acredita que depois de lerem a sua história as pessoas podem te conhecer e entender melhor? Por quê?

Bom trabalho!

APÊNDICE B – Síntese textual redigida pelo professor

COMO ESCREVER A HISTÓRIA?

A HISTÓRIA E O TEMPO

Para organizar as tarefas diárias os seres humanos criaram unidades de medida do tempo, como: hora, dia, mês, ano, século, milênio...
Essas unidades de medida também auxiliam o historiador a compreender e estabelecer a duração de diversos acontecimentos.

PERÍODOS CURTOS

OS DIAS: tempo que a terra leva para dar uma volta completa ao redor do seu próprio eixo - MOVIMENTO DE ROTAÇÃO.

OS ANOS: cálculo com base no tempo em que a terra leva para dar uma volta em torno do sol - MOVIMENTO DE TRANSLAÇÃO.

PERÍODOS LONGOS

TABELA DOS SÉCULOS							
SÉCULO	ANO	SÉCULO	ANO	SÉCULO	ANO	SÉCULO	ANO
I	1 a 100	VI	501 a 600	XI	1001 a 1100	XVI	1501 a 1600
II	101 a 200	VII	601 a 700	XII	1101 a 1200	XVII	1601 a 1700
III	201 a 300	VIII	701 a 800	XIII	1201 a 1300	XVIII	1701 a 1800
IV	301 a 400	IX	801 a 900	XIV	1301 a 1400	XIX	1801 a 1900
V	401 a 500	X	901 a 1000	XV	1401 a 1500	XX	1901 a 2000
						XXI	2001 a 2100

[L1] Comentário: Décadas, séculos e milênios.

Leitura complementar nas páginas 26, 27 e 28 do seu livro.

A HISTÓRIA E O ESPAÇO

Todo o acontecimento histórico está relacionado a AÇÃO DE ALGUÉM, a um LUGAR e a uma DATA.

Exemplo: Em **22 de abril de 1500** chegava ao **Brasil** 13 caravelas portuguesas lideradas por Pedro Álvares Cabral. A primeira vista, eles acreditavam tratar-se de um grande monte, e chamaram-no de **Monte Pascoal**. No **dia 26 de abril**, foi celebrada a primeira missa no **Brasil**.

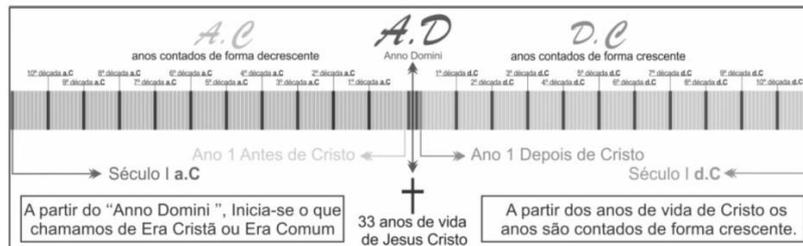
CALENÁRIOS, PRA QUÊ?

Os calendários estão relacionados à cultura de cada povo, a uma época e a um lugar. Geralmente, os calendários iniciam com um acontecimento considerado importante. Ou seja, **CALENÁRIOS** são **CRIAÇÕES CULTURAIS** e não existem desde sempre.

Cristão (Gregoriano)	Islâmico	Judaico	Chinês
			
1º de janeiro de 2016	20 Rabi' al-Awwal de 1437	20 Tevet de 5776	8 de fev. de 2016 ANO DO MACACO DE FOGO
Baseado no ciclo solar, tem como referência o nascimento de Jesus Cristo.	Baseado no ciclo lunar, inicia-se com a fuga de Maomé de Meca para Medina, em 622 d.C.	Baseado no ciclo lunar, parte da criação o mundo conforme a Bíblia.	Baseado no ciclo lunar, iniciado em 2697 a.C – ano do patriarca chinês Huang-ti.

[L3] Comentário: O calendário cristão teve início no século VI, quando o abade Dionísio decidiu contar o tempo a partir do ano 1 do nascimento de Jesus Cristo. Até então a contagem era feita a partir da posse do imperador romano Diocleciano.

Leitura complementar nas páginas 23, 24 e 25 do seu livro.



O HISTORIADOR E SUAS FONTES



Documentos escritos



Registros iconográficos



Relatos orais



Cultura material



Todos os vestígios (o que é preservado de diferentes tipos de produções humanas) são fontes históricas independentemente da seleção do/da historiador/a?



Os vestígios (o que é preservado de diferentes tipos de produções humanas) necessitam do trabalho do/da historiador/a para tornar-se FONTE HISTÓRICA?

[L4] Comentário: Leitura complementar nas páginas 14, 15 e 16 do seu livro.

O TRABALHO DO HISTORIADOR E O PATRIMÔNIO CULTURAL



Patrimônio familiar: objetos que pertenciam aos antepassados de determinada família.



Patrimônio histórico: bens importantes para a cultura de um determinado grupo social.



Bens materiais – monumentos públicos e privados, objetos, edificações...



Bens imateriais – músicas, línguas, danças, modo de fazer algo, lendas...



Bens naturais – florestas, rios, montanhas, espécies de animais...

[L5] Comentário: Leitura complementar na página 17 do seu livro.

APÊNDICE C – Ficha de pesquisa (I) utilizada na investigação do acervo documental

FICHA DE PESQUISA					
Título:				Data:	
				Localização:	
Tipo de fonte:					
<input type="checkbox"/> certidão	<input type="checkbox"/> carta	<input type="checkbox"/> testamento	<input type="checkbox"/> livro	<input type="checkbox"/> jornal	<input type="checkbox"/> revista
<input type="checkbox"/> processo	<input type="checkbox"/> ofício	<input type="checkbox"/> memorando	<input type="checkbox"/> comunicado	<input type="checkbox"/> listas	<input type="checkbox"/> ata
<input type="checkbox"/> diário oficial	<input type="checkbox"/> imagem	<input type="checkbox"/> pintura	<input type="checkbox"/> fotografia	<input type="checkbox"/> entrevista	<input type="checkbox"/> objetos
DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO					

DADOS DO(A) PESQUISADOR(A)					
Nome: _____					
Turma: _____ Data da pesquisa: ____ / ____ / ____					

APÊNDICE D – Produção textual discutindo o conceito de patrimônio cultural

E.E.E. FUNDAMENTAL PROFESSOR OLINTHO DE OLIVEIRA

Disciplina: História

Prof. Leandro

Bimestre/ano: 1º/2016

Patrimônio Histórico e Artístico ou Patrimônio Cultural¹?

Em 1988 foi alterada a ideia de patrimônio estabelecida em 1937, substituindo a expressão Patrimônio Histórico e Artístico por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa mudança incluiu a cultura como referência e a definição dos bens que poderiam ser reconhecidos, sobretudo os de caráter imaterial.

Enquanto a lei de 1937 estabelecia como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico², bibliográfico³ ou artístico”, a nova regulamentação entende patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, considerados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Nessa redefinição estão as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações⁴ e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico⁵, artístico, arqueológico, paleontológico⁶, ecológico e científico.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (*IPHAN*) cuida do cumprimento das leis, efetivando a gestão⁷ do Patrimônio Cultural Brasileiro e dos bens reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (*UNESCO*) como Patrimônio da Humanidade. Pioneiro na preservação do patrimônio na América Latina, o Instituto possui grande conhecimento acumulado ao longo de décadas e tornou-se referência para instituições de países de passado colonial (colonizados pelos europeus), mantendo cooperação internacional. O IPHAN visa facilitar o acesso ao conhecimento dos bens nacionais, a gestão do patrimônio é efetivada segundo as características de cada grupo: Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Arqueológico e Patrimônio da Humanidade.

Patrimônio Material

O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções

¹ Nestor Canclini define patrimônio cultural como “o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos – não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, *modos de usar os bens e os espaços físicos*”. A noção apresentada pelo antropólogo argentino é importante por reconhecer os usos dos espaços como passíveis de patrimonialização.

² Pertencente a ou próprio da etnografia. Etnografia: 1. Estudo descritivo das diversas etnias, de suas características antropológicas, sociais etc.; 2. Registro descritivo da cultura material de um determinado povo.

³ Pertencente ou relativo à bibliografia.

⁴ 1. Ato ou efeito de edificar; construção; 2. Edifício, prédio.

⁵ Que diz respeito a paisagem. 1. Extensão de território que se abrange num lance de vista.

⁶ Referente a paleontologia. Paleontologia: 1. Ciência que estuda as formas de vida existentes em períodos geológicos passados, a partir dos seus fósseis; 2. Obra sobre essa ciência.

⁷ 1. Ato de gerir; 2. Administração, direção.

arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Patrimônio Imaterial

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. A UNESCO define como patrimônio imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos⁸ e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural".

Patrimônio Arqueológico

São considerados sítios arqueológicos os locais onde se encontram vestígios positivos de ocupação humana; os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos", as grutas, lapas e abrigos sob-rochas. As inscrições rupestres ou locais com sulcos de polimento, os sambaquis e outros vestígios de atividade humana também são sítios arqueológicos.

Patrimônio da Humanidade

De acordo com a classificação da UNESCO, o Patrimônio Cultural é composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. Incluem obras de arquitetura, escultura e pintura monumentais ou de caráter arqueológico, e, ainda, obras isoladas ou conjugadas do homem e da natureza. O Patrimônio Natural é integrado por formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, *habitats* de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético excepcional e universal. Por sua vez, o Patrimônio Imaterial contempla os saberes, práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Referências consultadas:

CANCLINI, Nestor G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, 1994, p. 99.

<http://portal.iphan.gov.br/> Acesso em: 10 abr. 2016.

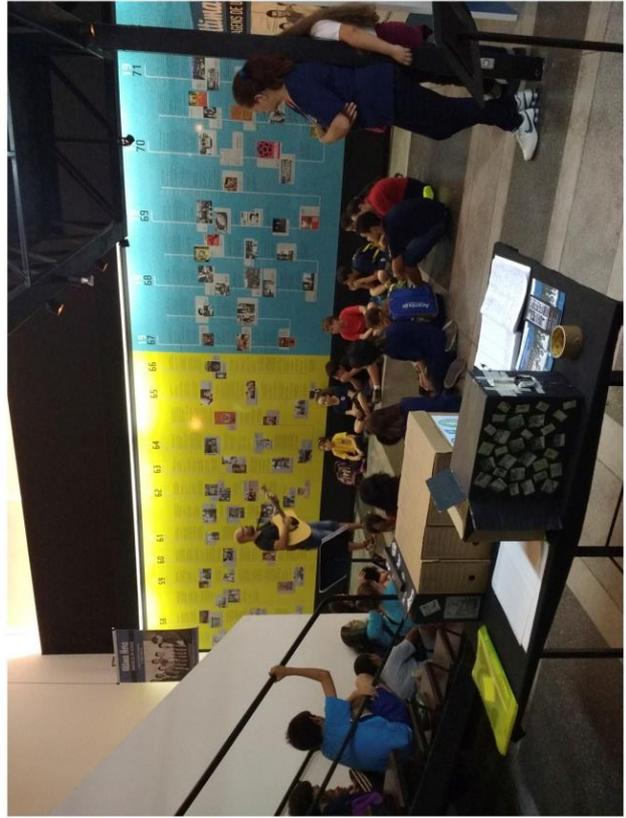
<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/> Acesso em: 10 abr. 2016.

⁸ Designação dada a qualquer objeto produzido pelas artes mecânicas.

APÊNDICE F – Registros fotográficos da visitação ao MCSHJC







APÊNDICE G – Descrição das imagens selecionadas no acervo fotográfico

RELAÇÃO DAS IMAGENS SELECIONADAS EM PESQUISA NO ACERVO FOTOGRÁFICO - Turma A						
PESQUISADOR(A)	Álbum	Página	Foto	Data	Título	Descrição
Aluna, 11 anos	"Montanha/Paisagem"	12	2	1983	Sem título	Algumas mulheres conversando com o Secretário da Educação sobre algumas coisas que tem na escola e sobre os alunos.
Aluno, 11 anos	"Envelope"	-	17	s/data	Sem título	Um grupo de alunos parados no pátio da frente.
Aluna, 10 anos	"Montanha/Paisagem"	6	1	1982	Festival da criatividade 1982	Alunos fazendo uma apresentação, aparentemente de balé, no pátio da escola com o casarão ao fundo.
Aluno, 12 anos	"Vermelho"	3	1	1981	Desfile da semana da pátria	Jovens e pais no desfile da pátria.
Aluna, 13 anos	"Castelo/Igreja"	6	2	1982	Desfile da semana da pátria	Pessoas em uma passeata
Aluna, 15 anos	"Castelo/Igreja"	6	2	1982	Desfile da semana da pátria	Pessoas em uma passeata com cartazes.
Aluno, 13 anos	"Flor"	2	1	s/data	Homenagem Mascaranhas de Moraes	Um grupo de pessoas reunidas dentro do casarão para um evento.
Aluno, 11 anos	"Envelope"	-	8	s/data	Sem título	Alunos e professores voltando da quadra.
Aluna, 12 anos	"Castelo/Igreja"	6	2	1982	Desfile da semana da pátria	Pessoas em uma passeata com cartazes.
Aluno, 11 anos	"Azul"	12B	2	1990	Desfile da semana da pátria	Estão na frente do casarão comemorando o aniversário do colégio.
Aluno, 11 anos	"Envelope"	-	1	s/data	Sem título	Os alunos estão cantando o hino nacional.
Aluna, 11 anos	"Azul"	4B	1	s/data	Presidente do CPM (abrigo) feijoadada	O presidente do CPM fez feijoadada no casarão para pessoas de um abrigo.
Aluno, 14 anos	"Flor"	2	1	s/data	Homenagem a Mascaranhas de Moraes	Sem descrição
Aluna, 11 anos	"Azul"	9A	1	s/data	Abertura semana "Olinthiana"	Diretora fazendo a abertura da semana "Olinthiana" na frente do casarão.
Aluno, 11 anos	"Vermelho"	3	2	1981	Quermesse	A imagem mostra uma festa ocorrendo na escola no ano de 1981.
Aluno, 11 anos	"Azul"	2A	1	s/data	Sem título	Pintura ao ar livre no lado do casarão
Aluno, 11 anos	"Castelo/Igreja"	6	2	1982	Desfile da semana da pátria	Pessoas em uma passeata.
Aluna, 11 anos	"Montanha/Paisagem"	13	1	1983	Visita do Secretário de Educação	O Secretário de Educação conversando com algumas mulheres sobre a escola, na sala da diretora, e a diretora ouvindo ele falar.
Aluna, 12 anos	"Castelo/Igreja"	7	1	1982	Desfile da semana da pátria	Sem descrição
Aluno, 11 anos	"Castelo/Igreja"	7	1	1982	Desfile da semana da pátria	Alunos desfilando na frente do casarão.
Aluna, 12 anos	"Castelo/Igreja"	7	2	1982	Desfile da semana da pátria	Alunas e alunas desfilando com a rede de vôlei nas mãos na frente do casarão.

PESQUISADOR(A)	RELAÇÃO DAS IMAGENS SELECIONADAS EM PESQUISA NO ACERVO FOTOGRÁFICO - Turma B						
	Álbum	Página	Foto	Data	Título	Descrição	
Aluno, 11 anos	"Castelo/Igreja"	6	1	1982	Jantar encerramento 1º semestre	Jantar encerramento 1º semestre no casarão com uma festa.	
Aluna, 11 anos	"Azul"	8A	1	s/data	Chá para as alunas concorrentes a rainha da Primavera da escola.	As concorrentes a Rainha da Primavera tomando chá no casarão	
Aluna, 13 anos	"Flor"	2	2	1983	Dia da criança	Eles estão comemorando o dia da criança no pátio da escola.	
Aluna, 11 anos	"Azul"	2A	1	s/data	Pintura ao ar livre	A crianças estão ao ar livre no pátio pintando, colorindo, fazendo desenho. Os professores ajudam os alunos a pintar, a ter ideia do que desenhar, desenhando no chão, no papel, em tudo, uma atividade diferente.	
Aluno, 14 anos	"Montanha/Paisagem"	2	2	1982	Festival da criatividade	Vários alunos vendo apresentação de outros alunos com o casarão ao fundo.	
Aluno, 12 anos	"Montanha/Paisagem"	3	2	1982	Homenagem ao expedicionário	Soldados e alunos homenageando os expedicionários com o casarão ao fundo.	

APÊNDICE H – Avaliação escrita sobre os temas discutidos no 1º bimestre de 2016

	E. E. E. FUND. PROFESSOR OLINTHO DE OLIVEIRA		
	Rua da República, 635, Cidade Baixa, Porto Alegre/RS – CEP: 90050-321. Fone: (51) 32283674.		
	Prof. Leandro	Disciplina: História	Bimestre: 1º
	Aluno(a): _____		
Turma: _____	Data: ____ / ____ / ____	Aproveitamento: _____	

AVALIAÇÃO DE HISTÓRIA

- 1) Escolha a afirmativa correta sobre a ciência histórica e insira na grade de respostas:
- A - estuda os acidentes históricos e geográficos do planeta Terra.
 B - estuda a causalidade dos fenômenos físicos e sociais com base no empirismo.
 C - estuda os acontecimentos do passado dos homens, utilizando-se dos vestígios que a humanidade deixou para facilitar a compreensão do presente.
 D - se fundamenta unicamente em documentos escritos.
 E - estuda os acontecimentos presentes para prever o futuro da humanidade.
- 2) Sobre os diferentes tipos de fontes históricas, relacione a primeira coluna com a segunda:
- | | |
|-----------------------------|---|
| 1 - Documentos escritos | () Restos de moradia, fósseis humanos, objetos de uso doméstico. |
| 2 - Cultura material | () Entrevistas, relatos, gravações. |
| 3 - Registros iconográficos | () Diários, testamentos, cartas. |
| 4 - Fontes orais | () Desenhos, pinturas, fotos. |
- Qual a sequência correta?
- A – 2, 4, 1, 3 B – 4, 2, 3, 1 C – 1, 3, 2, 4 D – 3, 1, 4, 2 E – 2, 4, 3, 1
- 3) De acordo com a divisão tradicional da História, a evolução cronológica correta dos períodos históricos é:
- A - Pré-História, Idade Antiga, Idade Contemporânea, Idade Média e Idade Moderna.
 B - Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea.
 C - Pré-História, Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea.
 D - Idade Contemporânea, Idade Moderna, Idade Antiga e Idade Média.
 E - Pré-História, Idade Moderna, Idade Média, Idade Contemporânea e Idade Antiga.
- 4) Sobre os diferentes tipos de narrativas, relacione a primeira coluna com a segunda:
- | | |
|-------------------------|---|
| 1 - Narrativa ficcional | () é experiência de vida. Todos os documentos que produzimos ao longo da nossa vida, ajudam a contar nossa história. |
| 2 - História Pessoal | () é o relato de uma história vivida por sociedades humanas ao longo do tempo. |
| 3 - Narrativa Histórica | () é uma história em que um autor cria no mundo da imaginação. É uma história narrada por um narrador e vivida por seus personagens. |
- Qual a sequência correta?
- A – 1, 2, 3 B – 2, 3, 1 C – 3, 2, 1 D – 1, 3, 2 E – 2, 1, 3

- 5) Existem bens que são importantes para a cultura de um povo, sendo considerados seu *patrimônio cultural*. O samba é um dos mais fortes símbolos da cultura afro-brasileira. Esse gênero musical tem suas raízes nas danças e músicas criadas pelos escravos africanos que chegaram ao Brasil a partir do século XVI. Em 2005, o samba de roda do Recôncavo Baiano foi declarado patrimônio cultural _____ da Humanidade pela Unesco.

Qual termo(s) completa(m) a lacuna?

A – material B – natural C – familiar D – imaterial E – histórico

- 6) A divisão tradicional da história classifica como “Pré-história” todo o período anterior à invenção da escrita (4000 a.C.). O termo “pré-histórico” pode ser entendido de maneira preconceituosa, pois parte da ideia de que os povos que não conheciam a escrita não faziam história, eram “atrasados” ou “não civilizados”. Entretanto, atualmente, os pesquisadores reconhecem que todos os povos têm história.

Considerando o texto acima, qual opção abaixo explica como os historiadores investigam o passado das sociedades que não dominam a escrita?

- A – através da análise de documentos escritos preservados.
 B – através do relato dos sobreviventes das sociedades ágrafas formadas antes de 4000 a.C.
 C – investigando, principalmente, a cultural material destes grupos para reconstruir seus hábitos.
 D – utilizando os registros fotográficos como prova da existência destas sociedades humanas.
 E – construindo narrativas ficcionais sobre o passado dos grupos sociais se escrita.

- 7) Os calendários estão relacionados à cultura de cada povo, a uma época e a um lugar. Geralmente, os calendários iniciam com um acontecimento considerado importante. Ou seja, calendários são criações culturais e não existem desde sempre. Relacione a primeira coluna com a segunda e preencha a sequência correta.

- 1 Calendário Judaico () Baseado no ciclo solar e tem como referência o nascimento de Jesus Cristo.
 2 Calendário Chinês () Baseado no ciclo lunar, inicia-se com a fuga de Moomé para Medina, em 622.
 3 Calendário Cristão () Baseado no ciclo lunar, parte da criação do mundo conforme a Bíblia.
 4 Calendário Islâmico () Baseado no ciclo lunar, inicia-se em 2697 a.C., ano do patriarca Huang-ti.

Qual a sequência correta?

A – 4, 3, 2, 1 B – 1, 2, 3, 4 C – 2, 1, 4, 3 D – 3, 4, 2, 1 E – nenhuma

- 8) Para organizar as tarefas diárias os seres humanos criaram unidades de medida do tempo. Essas unidades de medida também auxiliam o historiador a compreender e estabelecer a duração de diversos acontecimentos. Sobre o tema, assinale a resposta correta:

- A – hora, dia e século são considerados períodos curtos.
 B – ano, milênio e mês podem ser considerados períodos longos.
 C – milênio, século e década configuram períodos longos.
 D – dia, mês e ano configuram períodos longos.
 E – década, século e milênio constituem períodos curtos.

- 9) Dentre as opções abaixo, qual delas apresenta apenas exemplos de fontes escritas?

- A - Pinturas, utensílios domésticos e certidões de nascimento.
 B - Revistas, livros e vestimentas.
 C - Brinquedos, documentos e móveis.
 D - Cartões-postais, fósseis e lendas.
 E - Diários, jornais e leis.

10) Leia atentamente o texto abaixo e assinale a alternativa correta.

Os idosos

Envelhecer é uma grande vitória. Significa estar vivendo há muito tempo, já ter passado por várias experiências e testemunhado inúmeros acontecimentos. Conviver com os idosos é um privilégio, pois temos a possibilidade de partilhar toda essa memória, esse conhecimento acumulado sobre o mundo.

Para a história, os idosos significam uma oportunidade única para recuperar informações sobre o passado. Mais do que isso, é a chance de preservar testemunhos e experiências de sujeitos que, em sua memória, nunca tiveram a oportunidade de registrar seu modo de vida, sua história.

Ao trabalhar com o relato de pessoas idosas, o historiador estará utilizando uma fonte:

- A – Cultura material
- B – Textual
- C – Visual
- D - Mídia interativa
- E – Oral

11) Sobre periodização, assinale apenas a RESPOSTA CORRETA nas alternativas abaixo:

- A – O ano 2012 faz parte da primeira década de século XXI.
- B – As siglas a.C. e d.C. distinguem os períodos anteriores e posteriores ao nascimento de Cristo, respectivamente.
- C – O século XX começou no ano 1900.
- D – Os anos 1800 e 1801 pertencem ao século XIX.
- E – O terceiro milênio d.C. começou em 2000.

APÊNDICE I – Autorização dos responsáveis para atividade fora da escola

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
E.E.E.F. PROFESSOR OLINTHO DE OLIVEIRA
 RUA DA REPÚBLICA, 635 – FONE: 3228-3674

Autorizo _____ da turma _____ a ir ao Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, acompanhado(a) de seu professor de História para visitar o espaço de exposição da instituição e participar da oficina “*Escrita da luz*”, durante o horário de aula.

Dia: 15 de abril de 2016 (sexta-feira)

Entrada franca

RECOMENDAÇÕES

É imprescindível o retorno da autorização assinada para que o/a aluno/a possa sair da escola.

O(a) aluno(a) deve vestir o uniforme da escola e calçado confortável.

Levar documento, se possível, com foto.

Levar bloco e caneta ou lápis para anotações. Não há espaço para alimentação no museu.

 ASSINATURA DO/A RESPONSÁVEL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
E.E.E.F. PROFESSOR OLINTHO DE OLIVEIRA
 RUA DA REPÚBLICA, 635 – FONE: 3228-3674

Autorizo _____ da turma _____ a ir ao Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, acompanhado(a) de seu professor de História para visitar o espaço de exposição da instituição e participar da oficina “*Escrita da luz*”, durante o horário de aula.

Dia: 15 de abril de 2016 (sexta-feira)

Entrada franca

RECOMENDAÇÕES

É imprescindível o retorno da autorização assinada para que o/a aluno/a possa sair da escola.

O(a) aluno(a) deve vestir o uniforme da escola e calçado confortável.

Levar documento, se possível, com foto.

Levar bloco e caneta ou lápis para anotações. Não há espaço para alimentação no museu.

 ASSINATURA DO/A RESPONSÁVEL